



Ano IV – Número 7 – Julho/2011

Expediente

Conselho Editorial

Ana Mônica Henriques Lopes (História – UFAL)
Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (Sociologia – USP)
Carlos Moreira Henriques Serrano (Antropologia – USP)
Maria Cristina Cortez Wissenbach (História – USP)
Kabengele Munanga (Antropologia – USP)
Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez (História – USP)
Marina de Mello e Souza (História – USP)
Marina Gusmão de Mendonça (História – FAAP)
Ronilda Iyakemi Ribeiro (Psicologia – USP)
Wilson do Nascimento Barbosa (História – USP)

Edição

Flávio Thales Ribeiro Francisco
Irinéia M. Franco dos Santos
Muryatan Santana Barbosa
Rodrigo Bonciani

Revisão

Eduardo Januário
Maria Rosa Dória Ribeiro
Thiago Sapede

Colaboradores

Josélia Aguiar
Luís Carlos de Assis
Magno Bissoli
Sebastião Vargas Filho
Surya Aaronovich Pombo de Barros

Autor Corporativo

NEACP – Núcleo de Estudos de África, Colonialidade e Cultura Política
Sankofa - Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana
Publicação semestral do NEACP – Núcleo de Estudos de África, Colonialidade e Cultura Política.
Departamento de História (USP). Av. Professor Lineu Prestes, 338. Cidade Universitária. Sala M-4. São Paulo
– SP – CEP 05508-900. Telefone: (011) 3091-8599.
<http://sites.google.com/site/revistasankofa>
revistasankofa@gmail.com
<http://site.google.com/site/neacpusp>
neacp.usp@hotmail.com

Orientação para Autores:

Os textos enviados para publicação devem obedecer às seguintes normas:

1. *Artigos*: mínimo de quinze, máximo de trinta páginas, em Times New Roman, corpo 12, entrelinha 1,5.
2. *Resenhas*: mínimo de duas, máximo de seis páginas, em Times New Roman, corpo 12, entrelinha 1,5.
3. *Entrevistas*: mínimo de duas, máximo de dez páginas, em Times New Roman, corpo 12, entrelinha 1,5.
4. *Documentação*: mínimo de dez, máximo de vinte páginas, em Times New Roman, corpo 12, entrelinha 1,5.
5. As citações, notas de referência e indicações bibliográficas devem seguir as normas atualizadas ABNT.
6. Os artigos devem vir acompanhados com resumo e palavras-chave em português e em língua estrangeira.
7. Todos os artigos devem vir acompanhados de bibliografia ou referências bibliográficas.
8. Serão aceitos artigos em espanhol ou inglês, acompanhados de resumo e palavras-chave em português.

Os textos devem ser enviados em formato *doc* ou *rtf* para o endereço eletrônico: revistasankofa@gmail.com. Juntamente com os mesmos, deverá ser encaminhado um resumo de até dez linhas sobre a qualificação acadêmica e profissional do(s) autor(es).

Aguardamos a vossa participação.

Os Editores.

FICHA CATALOGRÁFICA

SANKOFA - Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana/Núcleo de Estudos de África, Colonialidade e Cultura Política – Número VII, Ano IV, Julho de 2011. São Paulo, NEACP, 2011.

<http://sites.google.com/site/revistasankofa>
Semestral

1. História da África. 2. Diáspora Africana

Sumário

Sobre Sankofa	04
Editorial	05
Artigos	
O Reino do Ndongo no Contexto da Restauração: Mbundus, Portugueses e Holandeses na África Centro Ocidental <i>Flávia Maria de Carvalho</i>	07
As Concepções Etnocêntricas do Genocídio de Ruanda: a Negação do Sujeito Histórico Ruandês <i>Daniilo Ferreira da Fonseca</i>	29
Representações e respostas: táticas no combate ao imaginário racialista no Brasil e nos Estados Unidos na virada do século XIX <i>Sabrina Gledhill</i>	44
Educação e Saúde: Perspectivas para a Autoestima de Crianças Negras no Processo de Escolarização <i>Veronice Francisca dos Santos</i> <i>Isabelle Sanches</i>	72
Ensaio & Debates	
Impactos dos interesses petrolíferos nas relações comerciais China-África <i>Marina Gusmão de Mendonça</i>	87
Resenhas	
<i>Guerra e Cidadania de Primeira Classe</i> . LENTHZ-SMITH, Adriene Danette. <i>Freedom Struggles: African Americans and World War I</i> . Cambridge: Harvard University Press, 2009. <i>Por Flávio Thales Ribeiro Francisco</i>	103
Entrevista	
Zezito de Araújo: Movimento Negro em Alagoas: militância e história	107

Sobre Sankofa

O conceito de *Sankofa* (*Sanko* = voltar; *fa* = buscar, trazer) origina-se de um provérbio tradicional entre os povos de língua Akan da África Ocidental, em Gana, Togo e Costa do Marfim. Em Akan “*se wo were fi na wosan kofa a yenki*” que pode ser traduzido por “*não é tabu voltar atrás e buscar o que esqueceu*”. Como um símbolo Adinkra, Sankofa pode ser representado como um pássaro mítico que voa para frente, tendo a cabeça voltada para trás e carregando no seu bico um ovo, o futuro. Também se apresenta como um desenho similar ao coração ocidental. Os Ashantes de Gana usam os símbolos Adinkra para representar provérbios ou idéias filosóficas. *Sankofa* ensinaria a possibilidade de voltar atrás, às nossas raízes, para poder realizar nosso potencial para avançar.¹

Sankofa é, assim, uma realização do eu, individual e coletivo. O que quer que seja que tenha sido perdido, esquecido, renunciado ou privado, pode ser reclamado, reavivado, preservado ou perpetuado. Ele representa os conceitos de auto-identidade e redefinição. Simboliza uma compreensão do destino individual e da identidade coletiva do grupo cultural. É parte do conhecimento dos povos africanos, expressando a busca de sabedoria em aprender com o passado para entender o presente e moldar o futuro.

Deste saber africano, Sankofa molda uma visão projetiva aos povos milenares e aqueles desterritorializados pela modernidade colonial do “Ocidente”. Admite a necessidade de recuperar o que foi esquecido ou renegado. Traz aqui, ao primeiro plano, a importância do estudo da história e culturas africanas e afro-americanas, como lições alternativas de conhecimento e vivências para a contemporaneidade. Desvela, assim, desde a experiência africana e diaspórica, uma abertura para a heterogeneidade real do saber humano, para que nos possamos observar o mundo de formas diferentes. Em suma, perceber os nossos problemas de outros modos e com outros saberes. Em tempos de homogeneização, está é a maior riqueza que um povo pode possuir.

¹ Sobre a simbologia e imagens há informações disponíveis em <http://www.africawithin.com/studies/sankofa.htm>. Data de acesso: 01/02/2008. Ou <http://www.tulsalibrary.org/aarc/sankofa.htm>. Data de acesso: 05/02/2008.

EDITORIAL SANKOFA Nº 7

“Um instrumento conceitual operativo se coloca na pauta das necessidades imediatas da gente negra brasileira, o qual não deve nem pode ser fruto de uma maquinação cerebral arbitrária, falsa e abstrata – e tampouco um elenco de princípios importados, elaborado com base em contextos e realidades diferentes. A cristalização de nossos conceitos, definições ou princípios deve exprimir a vivência de cultura e práxis da coletividade negra, deve incorporar nossa integridade de ser total, em nosso tempo histórico, enriquecendo e aumentando nossa capacidade de luta”².

Este sétimo número da *Sankofa: Revista de História da África e Estudos da Diáspora Africana* é apresentado em homenagem ao mestre Abdias do Nascimento (1914-2011). Alma livre e de múltiplos talentos, Abdias foi poeta, escultor, professor, escritor, pintor, dramaturgo, ator, ativista. E, em todas estas faces, dedicou o melhor de si a luta do negro brasileiro e mundial. Feliz daqueles que tem a oportunidade de aprender com este doma africano, circunstancialmente nascido brasileiro.

Aos que não o conheceram pessoalmente, resta escrutinar o que Abdias legou a todos: escritos, poesias, pinturas, peças. Aí talvez possa encontrar um pouco da beleza deste espírito, que se realiza de qualquer maneira – como disse Joel Rufino³. Ao negro brasileiro, esta tarefa é ainda mais necessária. Para este, ir a Abdias é reencontrar o melhor de si mesmo e dos seus.

Herdeiros desta luta, o NEACP apresenta aqui sua humilde homenagem a Abdias.

Neste sétimo número, a revista Sankofa traz artigos, ensaio, entrevista, resenha, buscando dar vazão aos trabalhos de pesquisa acadêmica e, simultaneamente, informar a luta anti-racista. Neste número somos brindados com três artigos sobre África. O primeiro destes é o competente artigo da historiadora Flavia Maria de Carvalho, sob título *O reino do Ndongo no contexto da Restauração: mbundu, portugueses e holandeses na África Centro Ocidental*. O segundo e o terceiro, também são de historiadores, e refletem pormenorizadamente sobre questões contemporâneas do continente africano. São eles, o ensaio de Marina Gusmão de Mendonça (*Impacto dos interesses petrolíferos nas relações comerciais China-África*) e o artigo de Danilo Fonseca (*As concepções etnocêntricas do genocídio de Ruanda: a negação do sujeito histórico ruandês*). Juntos, tais artigos nós ajudam a aprender cada vez mais com o a história da África, desde perspectivas diferenciadas.

²NASCIMENTO, Abdias. Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira. In: NASCIMENTO, Elisa L. (org.). *Afrocentralidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. Coleção Sankofa, no. 4. São Paulo Selo Negro, 2009, p. 204.

³ Joel Rufino dos Santos. Transgressor dos limites. In: NASCIMENTO, Abdias (org.). *Orixás: os deuses vivos da África*. Trad. Elisa Larkin Nascimento. Rio de Janeiro: IPEAFRO/Afrodiaspora, 1995, p. 112.

Este número da Sankofa traz uma interessante incursão à análise histórica iconográfica, no artigo de Sabrina Gledhill, em *Representações e respostas: táticas no combate ao imaginário racista no Brasil e nos Estados Unidos na virada do século XIX*. Este viés comparativo, desde a perspectiva diaspórica, será ainda destacado na resenha de Flávio Francisco, sob título *Guerra e Cidadania de Primeira Classe* debatendo a obra *Freedom Struggles: African Americans and World War I* (2009) de Adriene Danette Lenthz-Smith.

Dando espaço a interdisciplinaridade, este número da Sankofa apresenta a importante contribuição das autoras Veronice Francisca dos Santos e Isabelle Sanches, sob título *Educação e Saúde: perspectivas para a auto-estima das crianças negras no processo de escolarização*. Trata-se de uma abordagem inovadora sobre a temática.

Por fim, é com muito orgulho que a revista Sankofa traz uma entrevista inédita com o historiador, professor e ativista negro, Zezito de Araújo. Nesta, Zezito conta um pouco sobre sua trajetória pessoal, do NEAB (UFAL) e do movimento negro brasileiro. Imperdível.

Com esta contribuição, resultado de um trabalho de produção e difusão do conhecimento sobre a África e as diásporas africanas, o NEACP continua o legado de Abdias e de todos os que perseveraram na luta anti-racista no Brasil.

O Reino do Ndongo no Contexto da Restauração: Mbundus, Portugueses e Holandeses na África Centro Ocidental

Flávia Maria de Carvalho⁴

Resumo:

O principal objetivo do artigo é analisar as relações estabelecidas entre os governadores e funcionários da Coroa portuguesa e as autoridades locais do reino do Ndongo, no período de 1640 (Restauração portuguesa) a 1671 (fim da autonomia política da região). O período foi marcado por uma série de conflitos como as invasões holandesas nos territórios que posteriormente passaram a ser chamados de Angola, e embates travados entre religiosos da Companhia de Jesus e capuchinhos italianos que contestavam o monopólio do missionarismo português na África Centro Ocidental.

Palavras-chave: História de Angola, reino do Ndongo, elites políticas africanas, administração portuguesa.

Abstract:

The main purpose of this paper is to analyze the relations between governors and officials of the Portuguese Crown and local authorities of the kingdom of Ndongo, between 1640 (Restoration of Portugal) to 1671 (end of the political autonomy of its region). The period was marked by a series of conflicts as the Dutch invasion in the territories that later came to be called Angola, and clashes between religious caught the Society of Jesus and Italian Capuchin who were contesting the monopoly of Portuguese missionarism in Western Central Africa.

Key-words: History of Angola, the kingdom of Ndongo, African political elites, Portuguese administration.

Apresentação

A partir da década de quarenta do século XVII o então reino do Ndongo passa a ser o cenário de importantes embates internacionais. Em um primeiro plano os colonizadores portugueses, estabelecidos nos territórios da África Centro Ocidental desde finais do século XV, são desafiados por invasores holandeses que tinham pretensões nítidas, e até mesmo óbvias, de tomar o controle do fornecimento de escravos. O momento também é o cenário da Restauração portuguesa⁵, marcando a retomada da soberania política portuguesa e a ascensão da Casa de Bragança sobre o reino e sobre suas possessões coloniais.

Simultaneamente, a Coroa portuguesa e o Vaticano entram em embates sobre o controle das atividades missionárias. Conflitos protagonizados por inicianos portugueses e capuchinhos italianos, que não concordavam com o monopólio lusitano da evangelização.

⁴ Doutoranda em História da Universidade Federal Fluminense desenvolve pesquisas sobre as relações entre os governadores e demais funcionários da Coroa portuguesa e as elites políticas de Angola nos séculos XVII e XVIII, com projeto intitulado “Elites política angolanas: ngolas, sobas, macotas, macunzes e tandalas na dinâmica dos governos portugueses séculos XVII e XVIII”, orientado pela Prof^a Dr^a Mariza de Carvalho Soares. Mestre em História pela mesma instituição, com dissertação intitulada “Violência e corpo escravo: impasses nas experiências coloniais ilustradas - Rio de Janeiro e Angola na segunda metade do século XVIII”, orientada pelo Prof. Dr. Luciano Raposo de Almeida Figueiredo.

⁵ Adotamos como referências principais para as análises sobre a Restauração portuguesa os trabalhos de Eduardo D’Oliveira França. *Portugal na época da restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997; e de Fernando Bouza Álvarez. *Portugal no tempo dos Filipes. Política, cultura, representações. (1580-1668)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

Internamente a situação dos portugueses também não era estável. Intrigas e guerras marcam esse período da presença portuguesa nos territórios dos povos mbundus, em contraponto com o discurso vigente no período anterior da União Ibérica, onde as instruções filipinas defendiam relações pacíficas entre colonizadores e as lideranças locais. Sustentados pelo discurso missionário, os agentes da Coroa deveriam resgatar almas, ao mesmo tempo em que os corpos deveriam ser vendidos nos mercados americanos. O período posterior da Restauração portuguesa marca a redefinição de estratégias junto as principais lideranças locais, período de guerras e de grande violência principalmente nos governos de Salvador Correia de Sá, João Fernandes e André Vidal de Negreiros, período dos governos brasílicos em Angola.

Nesse contexto uma das principais prioridades entre os administradores portugueses era a meta de legitimar seu poder frente às ameaças internas e externas que fragilizavam o seu governo e seus objetivos nas regiões do reino de Ndongo, que no ano de 1671 perde sua autonomia, sucumbindo aos interesses metropolitanos, e passando a ser denominado Angola.

Em síntese, o recorte cronológico adotado mostra os desafios assumidos pelos portugueses para legitimar sua soberania nos territórios da África Centro Ocidental, mais especificamente no reino do Ndongo, terra do povo mbundu.

Dividimos o trabalho em três partes:

1ª O reino do Ndongo: a corte africana do Ngola entre os mbundus;

2ª O Ndongo e as disputas internacionais;

3ª Angola brasílica: os governos de Salvador Correia de Sá, André Vidal de Negreiros e João Fernandes.

1ª parte: O reino do Ndongo: a corte africana do Ngola entre os mbundus

1.1. Territorialidade e identidade mbundu

Os territórios do então chamado reino do Ndongo compreendiam faixas de terra entre dois importantes rios da região: o Kwanza e o Bengo. Cercado por importantes reinos da África Centro Ocidental como o Congo e a Matamba, o Ndongo era habitado pelos mbundus⁶, povo de origem banto, falante de kimbundu, que segundo Jan Vansina teria migrado para a região buscando áreas com melhores potenciais agrícolas⁷.

⁶ A região era habitada majoritariamente pelo povo mbundu, também chamado e grafado em alguns textos e fontes como umbundu.

⁷ VANSINA, Jan. *Paths in the Rainforests. Toward a History of Political Tradition in Equatorial Africa*. Madison. Wisconsin, 1990.

A principal autoridade entre os mbundus era o Ngola⁸, título que deu origem a designação portuguesa *Angola* para suas conquistas. Contudo o poder do Ngola era restrito e limitado. Muitos dos sobas que viviam em seus domínios eram totalmente independentes, ou por razões geográficas que dificultavam o acesso a esses sobados, ou pela ausência de legitimidade do poder político do Ngola junto a esses chefes locais. Alguns sobas reconheciam o Ngola somente por seus poderes místicos, como por exemplo, em relação ao dom de fazer a chuva⁹, mas não o viam como autoridade política.

O sistema político e administrativo do reino do Ndongo nesse período era diferente do modelo vigente no reino do Congo, como esclarece Birmingham:

Contrariamente ao Congo, onde, por exemplo, um *mani* Mbata era governador da província de Mbata, um *mani* Mbamba governador da província de Mbamba e assim por diante, no Ndongo não havia governadores de províncias. [...] Cada uma dessas regiões dividia-se em numerosos chefados (sobados), na sua maioria autônomos¹⁰.

Essa diferença organizacional entre Congo e Ndongo foi determinante para a definição da meta dos portugueses na região. Seria mais vantajoso concentrar os esforços para a contestação da soberania do Ngola do Ndongo junto aos seus sobas, do que do Mani Congo junto aos manis provinciais.

A presença dos portugueses na região, e seu relacionamento com os mbundus, implicaram na necessidade da decodificação de símbolos e procedimentos relacionados ao exercício do poder, itens totalmente desconhecidos pelos pioneiros, mas que aos poucos foram se tornando familiares aos sucessores da empreitada africana nos territórios do Ndongo.

O historiador Luiz Felipe Barreto¹¹ analisou essa questão de forma genérica em seus estudos sobre as etapas multisseculares do processo de colonização português. A contribuição salienta como um imperativo do aprendizado da realidade colonial para a definição de estratégias e de metas específicas para cada região do ultramar português.

Os *descobrimientos antropológicos* seriam produtos da aquisição de informações e da compreensão dessas linguagens e simbolismos variados sobre os modelos de organização e

⁸ HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII. Estudos sobre fontes, métodos e História*. Luanda: Ministério da Cultura, 2007. De acordo com a historiadora, outra terminologia utilizada para o título dos reis do Ndongo era Kiluanji.

⁹ Era comum os sobas enviarem pagamentos para o Ngola em troca de chuvas. Era responsabilidade dos sobas fazerem com que esses tributos chegassem às mãos do Ngola, não existiam cobradores de impostos na corte do Ngola. HEINTZE, Beatrix. *Op cit.*

¹⁰ BIRMINGHAM, David. *Alianças e conflitos. Os primórdios da ocupação estrangeira em Angola (1483-1750)*. Luanda: Arquivo Histórico de Angola, 2004.

¹¹ BARRETO, Luiz Felipe. *Os Descobrimientos e ordem do saber – uma análise sócio cultural*. Lisboa: Ed. Gradiva, 1989. Luiz Felipe Barreto não analisa casos específicos da colonização portuguesa, mas insere a noção das “Descobertas Antropológicas” para a compreensão da presença portuguesa nos territórios ultramarinos portugueses.

identificação de hierarquias e dos canais de comunicação úteis na construção de uma relação entre colonizadores e as autoridades locais.

A ocupação portuguesa na região, iniciada no século XV, forneceu esses pré-requisitos aos agentes colonizadores, o que fez com que no século XVII, em comparação com seus rivais estrangeiros, os portugueses levassem vantagens em alguns itens. Essa bagagem cultural favoreceu os deslocamentos dos lusitanos pelo interior, a comunicação com pombeiros e tangomaos¹², assim como a compreensão de terminologias linguísticas kimbundus, porém não bastou para que posteriores alianças entre os mbundus e estrangeiros fossem evitadas, quando estes sinalizavam com vantagens comerciais no trato negroiro.

Do estabelecimento de feitorias, passando pela adoção do sistema de capitânias hereditárias efetivado por Paulo Dias Novais¹³, até os investimentos militares para a subordinação do reino do Ndongo, os portugueses experimentaram métodos diversificados na tentativa de tornar Angola uma peça funcional em seu sistema colonial.

O sistema de capitânias foi implementado por uma Carta Régia no ano de 1571, definia os limites dos territórios localizados nas margens do rio Kwanza. De acordo com essa Carta Régia essa capitania deveria ser dividida em duas partes: uma moldada nos moldes tradicionais das capitânias implementadas na América Portuguesa, outra parte que deveria ser posteriormente devolvida à Coroa portuguesa. Após a morte de Paulo Dias Novais, várias tensões passaram a tomar conta dos territórios de Angola motivadas pelas disputas de sucessão, esses desentendimentos passaram a ser uma preocupação para os colonizadores, o que levou a Coroa anular o sistema de capitânias e implementar o sistema de governo-geral no ano de 1592, e no ano de 1595 foi criado o *asiento* – privilégio de fornecimento de escravos por parte dos traficantes portugueses para os mercados da América Espanhola¹⁴.

A instrução da Coroa portuguesa que estava voltada para a redução do poder do Ngola tinha propósito claro: ampliar as áreas de fornecimento de escravos para o crescente

¹² ZERON, Carlos Alberto. “Pombeiros e Tangomaos, intermediários do tráfico de escravos na África – século XVI”. In: *II Colóquio Internacional sobre mediadores culturais*. Lagos: Centro de Estudos Gil Eanes, 1999, p. 15-38. Segundo o historiador a grafia da palavra pumbeiro se aproxima do termo do dialeto africano kimbundo “pumbu”, da mesma forma que “mpunbu”, que significam originalmente três pontos comerciais, relacionados aos grandes mercados da África Centro Ocidental.

¹³ O sistema de capitânias foi implementado no ano de 1571 através de uma Carta Régia do mesmo ano.

¹⁴ O trabalho de Maria de Fátima Gouvêa fornece um importante mapeamento do quadro administrativo das heterogêneas possessões do Império Ultramarino Português, analisando o papel dos privilégios e das redes clientelares na formação desses quadros burocráticos. GOUVÊA, Maria de Fátima. “Poder Político e Administração na Formação do Complexo Atlântico Português (1645-1808)”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 285-315.

mercado atlântico de meados do século XVII, além de assegurar uma importante aliança previamente defensiva às possíveis, e anunciadas, invasões holandesas na África Centro Ocidental.

Os Ngolas tinham seu poder marcado pelo sobrenatural, seriam os grandes responsáveis por trazer a chuva. Sua função era estratégica para a manutenção da unidade do reino, mesmo quando para muitos sobas essa vertente mística era a única reconhecida. Para os mbundus o controle da natureza era uma atribuição do Ngola, relacionando essa prática ao dom de comunicação com os ancestrais, elemento estranho aos colonizadores portugueses, que precisaram de tempo para compreender a forte presença da ancestralidade e do componente mágico da figura real no processo de reconhecimento de seu soberano.

As hipóteses explicativas sobre as origens do primeiro Ngola foram analisadas por Miller¹⁵. De acordo com seus estudos o primeiro Ngola não teria sido uma pessoa concreta, mas sim “o princípio abstrato da organização política baseada no Ngola”, que originalmente teria constituído um emblema de linhagem em forma de um pedaço de ferro.

Um componente cultural marcante do povo mbundu foi a valorização das tradições, e a força da oralidade na preservação de valores e crenças. Graças a isso, a tradição do rei ferreiro foi preservada em várias regiões da África Centro Ocidental, ponto que pode ser percebido também no uso de insígnias comuns em diferentes regiões.

Frente a isso os portugueses constataram a função múltipla do Ngola, que, portanto deveria ser mantido no poder, desde que fosse um aliado português. Esse objetivo foi conquistado no ano de 1626, quando auxiliado pelos portugueses assumiu o título máximo do Ndongo, Ngola Ari¹⁶, que se manteve durante toda sua vida um aliado incondicional dos portugueses.

1.2. A hierarquia do Ndongo em meados do século XVII

O reino do Ndongo era formado por uma sociedade altamente hierarquizada, onde papéis eram muito bem definidos, e a prestação de serviços ao Ngola levou à formação de uma complexa corte.

Além do Ngola e dos sobas, existiu no Ndongo um grupo extremamente poderoso: os *makotas*. Esses eram homens descritos como idosos, que exerciam a função de

¹⁵ MILLER, Joseph C. *Poder político e parentesco. Os antigos Estados mbundus em Angola*. Luanda: Ministério da Cultura, 1995.

¹⁶ Ngola Ari auxiliou em vários momentos os portugueses, entre seus feitos exemplificamos a vitória dos portugueses auxiliados por suas tropas, na vitória sobre a rainha Nzinga, entre 1626 e 1627. BIRMINGHAM, David. *Op cit.* HEINTZE, Beatrix. *Op cit.*

aconselhar o Ngola. Sua influência era tamanha que chegava a limitar o poder dos sobas e até mesmo a interferir nos processos de sucessão dos Ngolas.

A sucessão real entre os mbundus deveria seguir os princípios baseados na matrilinearidade, válido na poligâmica sociedade do Ndongo. De acordo com os relatos de Cadornega¹⁷ o sucessor do Ngola deveria ser filho da esposa principal do rei, caso esta não tivesse filhos, o herdeiro deveria ser o filho da segunda esposa. Os filhos do rei com escravas não tinham direito a pleitear o cargo, princípio válido também para as sucessões entre os sobas. O que Cadornega nos mostra é o papel decisivo dos *makotas* no processo sucessório.

Através da análise entre velhice e conhecimento identificamos a valorização da experiência de vida, além do peso da oralidade na divulgação e preservação ancestral desses aconselhamentos entre a cultura mbundu.

De acordo com Beatrix Heintze¹⁸ a hierarquia dos mbundus era formada por vários outros grupos. Abaixo dos Ngolas e dos *makotas*, estavam os sacerdotes supremos chamados *mani-ndongos*, abaixo vinham os *tandalas*, espécie de primeiros ministros, em seguida os *tandalas de cari*, ministros secundários, na sequência vinham as lideranças militares representadas pelos *ngolambole*, que eram os chefes dos exércitos, depois os ferreiros, grupo também ligado aos poderes sobrenaturais em função da relação entre a origem do Ngola e o mito do rei ferreiro, e as especializações funcionais do séquito do Ngola: o criado (mordomo): *mwene lumbu*, o roupeiro: *mwene musete*, o chefe de cozinha: *mwene quizoula* e os embaixadores que representavam a autoridade real nos acordos que exigiam deslocamentos: os *macunzes*¹⁹.

A estratificação social entre os mbundus também é comprovada pela existência de grupos que poderiam ser escravizados e de outros que não poderiam. Na língua kimbundu, os *murindas* eram pessoas que não poderiam perder sua liberdade, evidenciando os privilégios e as desigualdades nos estatutos sociais.

As terminologias podem variar quando as fontes são confrontadas, como o que ocorre na análise do *Diário anônimo de uma viagem às costas d'África e as Índias espanholas*²⁰.

¹⁷ A obra de Cadornega é uma das mais importantes fontes para a história da presença portuguesa em Angola. Descrevendo com detalhes muitos hábitos e feitos da colonização angolana, Cadornega é sem dúvida uma referência essencial para os estudos africanistas. CADORNEGA, Antônio de Oliveira. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Divisões de Publicações e Biblioteca, 1942.

¹⁸ HEINTZE, Beatrix. *Op cit.*

¹⁹ *Idem.*

²⁰ “Diário anônimo de uma viagem às Costas d'África e às Índias Espanholas”. Organizado e comentado por Gilberto Ferrez. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 267, abril-junho de 1965. Esse manuscrito tem como título original: *Journal d'un voyage sur les costes d'afrique et aux Indes d'Espagne avec une description particulière de la rivière de la Plate, de Buenosayres, e autres lieux; commencé en 1702 et fini en 1706*, editada em

Trabalhando com esse fascinante relato nos deparamos com outros termos para a designação do séquito do Ngola.

O documento, transcrito na Revista do IHGB e editado junto a um comentário de Gilberto Ferrez, descreve a incrível trajetória de um “espião” anônimo enviado à África para fiscalizar, e reportar, para um “amigo” em Paris todas as etapas do tráfico. O objetivo de sua viagem era obter escravos na costa africana e transportá-los para Buenos Aires. A embarcação cedida pelo rei francês à *Compagnie Royale de l'Assiente* saiu das regiões de La Rochelle no ano de 1702 e partiu em direção as terras de Loango e posteriormente de Cabinda.

Ao chegar às terras de Cabinda o espião se deparou com quatro embarcações: uma holandesa, duas portuguesas e uma inglesa. Essa afirmação nos mostra a abertura internacional do tráfico na costa Centro Ocidental no início do século XVIII, e a dificuldade encontrada pela Coroa portuguesa para estabelecer um controle efetivo sobre o fornecimento de escravos para Europa e para as colônias.

Os trechos mais ricos do documento são os que descrevem os procedimentos necessários para se estabelecer os contatos iniciais com o principal soba das terras de Cabinda. Assim como em outros relatos, a moradia do soba é descrita como um local isolado, que exigia um deslocamento aproximado de quatro léguas em relação à costa.

David Birmingham²¹ mostra que o isolamento dos Ngolas era um comportamento comum. Os reis permaneciam em suas propriedades mantendo contatos restritos somente com alguns de seus funcionários, que eram incumbidos de representá-los junto aos estrangeiros interessados em estabelecer alianças e obter a permissão prévia para a instalação dos barracões no litoral. Esse hábito do Ngola reforça o caráter místico da autoridade do chefe mbundu, ao mesmo tempo em que descentralizava o poder decisório do Ngola, já que suas ordens eram transmitidas por terceiros, em função da opção pela ausência de contatos com os colonizadores e demais autoridades locais que por ventura necessitassem estabelecer acordos e alianças.

Amsterdã em 1723. Na Biblioteca Nacional existe outra edição dessa fonte rara, que foi trabalhada por Affonso d'Escragnolle Taunay, que utilizou o *Diário* em seus trabalhos *Na Bahia Colonial 1610-1764* e *Rio de Janeiro de antanho*, no capítulo *Oficial negreiro* publicado pela RIHGB, no tomo 90, vol. 144. Taunay também utilizou a preciosa fonte em seu clássico *Subsídios para a História do tráfico africano no Brasil Colonial*. A versão lida por Taunay foi editada na mesma cidade, só que sua data de edição varia para 1730. Além dele Regine Pernoux fez um estudo sobre esse documento que foi publicado com o título “L’Amerique du Sud au XVIII siècle” no *Cahiers d’Histoire et de Bibliographie* nº 3, Nantes, 1943. Para esse trabalho a pesquisadora teve acesso à outra edição do manuscrito também datada de 1723 e editada em Rouen.

²¹ BIRMINGHAM, David. *Op cit.*

No já citado *Diário anônimo* o rei é designado como *Angoye*²², e o chefe responsável pelo comércio como *mafougne* que acompanhado por um capitão português deveria conduzir os franceses até o rei Angoye. Nas palavras do viajante anônimo:

Entraram então para ver o rei do país. O rei Angoye residia a quatro léguas de Cabinda, e recebeu-nos no dia 21. Para isso enviaram uma embaixada que foi levada por um capitão português e o Mafougne, ou chefe do comércio; aguardava-os em terra com redes e negros que deveriam conduzi-los até o rei. A duas léguas dali, encontraram vários oficiais e guardas que o rei enviara para recebê-los. Todos incorporados chegaram ao palácio (se tal nome se pode dar a uma cabana feita de bambus e coberta de palha). Graças a oferta de magníficos presentes, um manto escarlate, um robe-de-chambre e um chapéu com penacho de plumas brancas, o rei prometeu ajudá-los a obter os negros que precisava. Tiveram também licença para construir uma feitoria ou barracão para depósito das mercadorias trazidas da Europa, com que deveriam adquirir os 500 negros que pretendiam levar; isso requeria tempo, muita diplomacia, sagacidade e paciência, presentes e uma série de complementos²³.

Nas palavras do anônimo “nunca se despede sem antes beber. Por isso é preciso trazer algumas garrafas de cachaça, que é a alma da conversa e sem o que seria bem difícil chegar a algum acordo com os negros”²⁴.

Nas páginas do *Diário* surgem outros cargos dos africanos que compunham esse cenário de trocas variadas. O rei tinha secretários e conselheiros, sendo que alguns falavam até português. Entre eles os destacados pelo autor foram: o *mambuc*, que era o primeiro ministro e sucessor do rei; o *maure*, que era o segundo ministro e chefe do Conselho, e o *macinge*, que era o capitão da costa, que além de outras funções abastecia os navios negreiros.

Entre os intermediários do tráfico destacamos os pumbeiros e os tangomaos²⁵. Os pumbeiros representavam os interesses portugueses nos negócios do tráfico, eram os agentes “legais” da operação, enquanto os tangomaos eram os atravessadores que negociavam escravos sem a permissão da Coroa portuguesa, que desde o século XVII já havia instaurado regulamento para o controle das atividades de resgate, venda e transporte dos africanos. Os tangomaos em contrapartida eram mais integrados às comunidades com que mantinham relações, passando a ter um vínculo maior com os hábitos e as formas de viver dos africanos. Outra diferença entre os dois grupos era a forma com que eles se inseriam nos grupos locais. Os pumbeiros se aproximavam das populações africanas com o interesse definido voltado para obtenção de informações sobre quais seriam as melhores possibilidades de trocas para a aquisição dos cativos.

²² Precisamos estar atentos quanto à utilização literal desses termos, já que temos a noção de que eles foram transcritos por um francês, a partir do que ele ouvia nas terras de falantes de kimbundu.

²³ FERREZ, Gilberto (org.). “Diário anônimo...”. *Op cit*

²⁴ *Idem*. Identificação de determinados itens valorizados nas etapas que garantiam o contato com as autoridades nativas.

²⁵ ZERON, Carlos Alberto. *Op cit*.

Essa aproximação dos tangomaos, ou lançados, com a cultura africana foi comentada pelo jesuíta J. Tavares, que vivia em Angola mostrando como a lógica do tráfico repercutiu em variados procedimentos comportamentais, alterando até mesmo suas características:

Vestindo-se como nativos, entalhando no rosto as marcas das etnias locais, os lançados foram os primeiros europeus a se adaptarem aos trópicos. Andam nus e para mais se acomodarem, e com o natural usarem o gentio da terra onde tratam, riscam o corpo todo com um ferro [...] e fazendo nele muitos labores [...] que ficam parecendo em várias figuras, como de lagostas, serpentes [...] andam por todo aquele Guiné tratando e comprando escravos por qualquer título que os pode haver²⁶.

As marcas tatuadas pelos tangomaos representam práticas relacionadas ao uso do corpo como um veículo de comunicação. Os registros corporais tinham como propósito identificar esses indivíduos como membros das sociedades locais, expressando visualmente que eles compreendiam suas linguagens e seus códigos.

Aventureiros, cristãos-novos, ou degredados, os tangomaos viam no negócio negro uma possibilidade rentável de negócio, passando a adotar as colônias africanas como moradia, onde poderiam deixar de lado seus estigmas marginalizados e se integrar de uma forma ativa na economia e na vida social local.

Essas variações na nomenclatura do séquito sinalizam para questões referentes a diferentes traduções das variantes de línguas do tronco linguístico banto, ao mesmo tempo nos permitem hipoteticamente questionar a variação de cargos, e de suas denominações, no governo de diferentes Ngolas. Beatrix Heintze²⁷ em sua coletânea de artigos sobre Angola no século XVII dedica cinco capítulos introdutórios para a discussão de possibilidades metodológicas, e da importância da crítica de fontes utilizadas nas pesquisas sobre Angola colonial. Discute pontos relevantes como a produção de fontes ser em sua maioria produto da visão europeia, e da utilização de registros extraídos da tradição oral dos povos mbundus. A historiadora defende a utilização cuidadosa e o confronto de fontes para a aquisição e utilização de informações seguras.

Seguindo algumas dessas sugestões metodológicas, traçando paralelos cuidadosos, podemos concluir que a sociedade do Ndongo possuía um vasto séquito dedicado aos serviços do Ngola, funcionários estes que muitas vezes representavam a autoridade real desempenhando importantes funções nas etapas africanas do tráfico negro, principalmente nas negociações que intermediavam o contato entre as lideranças mbundus e os agentes responsáveis pela aquisição dos negros no interior dos reinos da África Centro Ocidental.

²⁶ Palavras do cronista J. Tavares, citado por Luiz Felipe de Alencastro em seu livro *O Trato dos vivos : Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 48.

²⁷ HEINTZE, Beatrix. *Op. cit.*

1.3. Nos bastidores do tráfico: acordos e barganhas na busca pelas peças da Índia

As trocas de mercadorias por corpos marcaram as primeiras etapas do tráfico. Desse ponto podemos discutir as transformações ocorridas nas sociedades mbundus após a abertura do mercado atlântico. Um item significativo foi a introdução de novos valores materiais entre essas comunidades.

Entre os gêneros mais apreciados pelos agentes africanos do tráfico estavam objetos de estanho, objetos de cobre, espelhos, miçangas, armas, munições, rolos de tabaco e tecidos. Segundo Pierre Chaunu: “Certas culturas africanas pagaram o luxo dos panos de cor que a sua indústria não sabia produzir, mas que o gosto desejava, pelo preço elevado duma exportação de homens”²⁸.

A cachaça também era muito apreciada, mas normalmente ela era fornecida aos intermediários como cortesia, não sendo usada na troca por escravos. Todos os negócios tinham como medida de equivalência a referência de uma *peça*, e as suas frações que eram as meias-peças e as braças, que equivaliam a um quarto da peça.

O termo *peça da Índia*, por sua vez, valia várias peças. A definição, negro peça da Índia, era a representação em mercadorias do que se considerava como valor máximo de um escravo, podendo ser também convertido de acordo com o gênero e, ou a idade dos cativos. O significado desse termo vem sido trabalhado pela historiografia. Na definição de Regine Pernoud²⁹ o termo *negro peça da Índia* era um africano entre 15 e 35 anos sem defeitos físicos e de boa constituição. Já para Roy Glasgow a definição é aplicada ao “escravo de primeira [...] entre os 18 e os 24 anos de idade, com cerca de seis pés (mais ou menos) de altura e sem nenhum defeito físico”³⁰.

Affonse d’Escragnolle Taunay relaciona o uso dessa expressão ao hábito de se empilharem os escravos da mesma forma que os tecidos indianos, em suas palavras:

arrumando a mercadoria humana como se tratasse de fardos, a empilhar as suas vítimas de tal modo que ainda lhes sobraría espaço para os clandestinos escapes dos rigores da taxa de exportação. [...] Assim ao nosso ver o nome peça da Índia originou-se de uma comparação de valores entre escravos e peças de pano de procedência indiana³¹.

²⁸ CHAUNU, Pierre. *A civilização da Europa das Luzes*. Lisboa: Ed. Estampa, 1985, vol. II, p. 48.

²⁹ Gilberto Ferrez escreve que para Regine Pernoud, uma pesquisadora que analisou anteriormente o documento buscando uma identificação de seu autor, o termo *negro peça da Índia* era um africano entre 15 e 35 anos sem defeitos físicos e de boa constituição. FERREZ, Gilberto (org). “Diário...”. *Op. cit.*

³⁰ GLASGOW, Roy. *Nzinga. Resistência africana ao colonialismo português em Angola*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1982, p. 54.

³¹ TAUNAY, Affonso de Escragnolle. *Subsídios para a História do tráfico africano no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1941, p. 589.

No reino de Cabinda, localizado nos arredores das possessões portuguesas de Angola, um escravo peça da índia valia, em média, dez peças e uma braça; enquanto uma escrava peça da índia valia, também em média, oito peças e uma braça; já as crianças escravas, independente do sexo, valiam em torno de seis a sete peças e uma braça³². Uma peça podia ser negociada por determinados objetos, como por exemplo, dez bacias de cobre, ou por seis canecas pequenas de estanho, ou por vinte e quatro facas, mas nem todos os produtos poderiam ser usados no escambo, quando o africano que estivesse sendo negociado era uma peça da índia, nesse caso somente os itens mais desejados entravam nas transações³³. Essas eram cotações dos mercados negreiros que variavam de acordo com os traficantes, fornecedores e futuros senhores.

Como salientou Marina de Mello e Souza:

O comércio com os portugueses e as mercadorias que introduzia forneciam novos e abundantes signos de prestígio. Dessa forma, os chefes envolvidos no tráfico, principalmente de escravos, tornavam-se mais poderosos e expandiam seus territórios e aldeias tributárias. Essas expansões davam-se por meio de guerras que mediam o poder dos chefes, estabeleciam novas composições políticas e territoriais e produziam escravos, disputados pelos mercados interno e externo, com um gradual predomínio deste³⁴.

Partindo desses acordos comerciais várias redes foram formadas, em muitos casos aproximando as duas margens do Atlântico português e permitindo que grupos particulares realizassem seus negócios à margem da fiscalização metropolitana. Essas alianças exigiram dos colonizadores estratégias cuidadosas, onde o embate direto, conflitos físicos e as guerras, não deveriam ser os principais recursos para viabilizar os negócios, mas que foram mais constantes do que os discursos da Coroa idealizavam.

2ª parte: O Ndongo e as disputas internacionais

2.1. *Quem manda? Quem obedece? Interesses e projetos múltiplos para a administração do reino do Ndongo*

*“O Portugal dos Filipes não se tinha construído sobre a residência do rei, mas sim sobre uma ausência”
(Bouza Alvarez)*

³² As braças entram no preço dos escravos como taxa dada aos intermediários que cotavam esses valores. Cf. FERREZ, Gilberto. “Diário anônimo...”. *Op. cit.*

³³ De acordo com o relato do viajante anônimo os intermediários, pumbeiros e tangomaos, determinavam quais eram os produtos que iriam ser trocados, e que deveriam ser envolvidos em cada etapa no máximo dois itens. *Idem.*

³⁴ SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista. História, mito e identidade na festa de coroação de rei congo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

A afirmação de Bouza Álvarez pode ser ampliada também para questões relacionadas à administração colonial. Partindo dela podemos pontuar tanto a existência de dificuldades na afirmação da soberania portuguesa tanto junto aos mbundus, quanto aos estrangeiros que cobiçavam o lucrativo mercado atlântico de escravos.

Durante o período da União Ibérica (1580-1640) as possessões coloniais portuguesas foram governadas pelo Conselho de Portugal – instituição sediada em Madri, que posteriormente teve suas atribuições transferidas para o Conselho Ultramarino.

Nesse período a política filipina discursava sobre a importância das atividades missionárias junto às almas pagãs dos africanos, e defendia o estabelecimento de contatos pacíficos com as autoridades africanas. Nas entrelinhas dessas intenções identificamos nos ideais evangelizadores do *resgate* uma excelente oportunidade para a obtenção de escravos destinados aos mercados atlânticos. Os tratados teológicos procuraram durante todo o período escravista justificar e normatizar a captação e o cativo africano³⁵.

Logo após a Restauração portuguesa, no ano de 1642, foi criado o Conselho Ultramarino³⁶, importante instituição responsável pela condução da administração colonial, com meta de normatizar as ações e nortear a condução dos negócios ultramarinos portugueses. Interpretamos a criação do Conselho Ultramarino como um reflexo da política portuguesa restaurada pela Casa de Bragança com pretensões de reafirmar sua soberania nos territórios coloniais.

O período posterior à Restauração representou uma virada determinante no que diz respeito à ocupação dos territórios da África Centro Ocidental. A Coroa portuguesa, agora sobre o governo de Dom João IV, tinha pela frente três desafios principais no que diz respeito ao reino do Ndongo. O primeiro objetivo era restabelecer a soberania nos territórios coloniais, após sessenta anos da administração filipina, o segundo era impedir a perda desses territórios para estrangeiros interessados no negócio negreiro, o que enfraqueceria consequentemente a economia da América portuguesa, e o terceiro objetivo era a implementação de uma bem sucedida política junto às autoridades dos mbundus.

³⁵ Entre os principais tratados teológicos destacamos a obra de Manuel Ribeiro da Rocha, e suas definições sobre o que viria a ser o resgate humanitário. *Ethiophe resgatado...* Lisboa: Of. patriarcal de Francisco Luiz Amaro, 1758. Jorge Benci e os ensinamentos sobre as metodologias cristãs para o castigo de escravos em *A economia cristã dos senhores no governo dos escravos*. São Paulo: Ed. Grijalbo, 1977. E o sermão do padre Antônio Vieira sobre a condição escrava dos corpos cativos e a conquista da liberdade de suas almas. VIEIRA, padre Antônio. *Maria Rosa Mystica. Excellências poderes e maravilhas do seu Rosário. Compendidas em trinta sermões ascéticos e panagíricos sobre os dois Evangelhos desta Solenidade, Novo e Antigo*. Lisboa: Imp. Craesbeckiana, 1688.

³⁶ O Conselho Ultramarino assumia as antigas funções do Conselho das Índias das Conquistas Ultramarinas, de acordo com Maria de Fátima Gouvêa a retirada do termo Índias representou o crescimento das colônias atlânticas em detrimento das possessões asiáticas. GOUVÊA, Maria de Fátima. *Op. cit.*

Um importante embate, que teve como cenário o reino do Ndongo, em meados do século XVII, foi promovido pelas diferenças entre os jesuítas portugueses e os capuchinhos italianos. No ano de 1622, o papa Gregório XV criou a Propaganda Fide, instituição que defendia o fim do exclusivismo português nas atividades missionárias. Eram favoráveis à abertura dos trabalhos de evangelização para outras ordens religiosas, contrariando dessa forma os interesses da Companhia de Jesus. Esse conflito evidenciava os atritos entre a Coroa portuguesa e o Vaticano, e teve desdobramentos decisivos para história da África Centro Ocidental, evidenciando as alianças entre os poderes locais e os membros religiosos, muitas vezes defensores dos interesses de seus países.

Um dos casos mais relevantes foi a disputa entre esses grupos pela conversão da rainha Nzinga³⁷, personagem célebre e polêmica citada e debatida pelos mais variados autores. A história da “cruel rainha” extrapola a questão da evangelização e fornece também uma perspectiva para os estudos sobre as alianças e as disputas de poder envolvendo portugueses, holandeses, jagas e mbundus na segunda metade do século XVII.

Nzinga reivindicava o trono do Ndongo, de acordo com seus argumentos ela seria a legítima herdeira do reino por ser a neta de um antigo soberano da região chamado Chiluangi Chiamdambi Angola (Kiluanj Kia Ndambi a Ngola). Os portugueses não viam com bons olhos essa pretensão de Nzinga, em função de seu temperamento difícil e de seus hábitos “jagas”. Travaram com ela muitas batalhas, que marcaram o mandato de alguns governadores, como por exemplo, a administração de João Correia de Sousa, de Fernão de Sousa, Bartolomeu Vasconcelos da Cunha e Luís Mendes Chichorro.

Nesse contexto, as instruções da Coroa portuguesa, repassada e endossada pelos governadores, visavam à coroação de um Ngola aliado dos portugueses. Esse projeto foi finalmente bem sucedido no ano de 1626, com a coroação de Ngola Ari, rei do Ndongo, que durante toda a sua vida foi leal aos interesses dos portugueses. Ngola Ari forneceu apoio militar aos portugueses em uma batalha que isolou Nzinga e a levou às terras de Matamba, onde conseguiu junto aos jagas ter sua soberania reconhecida. Dessa forma assumiu o posto de rainha de Matamba.

No ano de 1621, Nzinga foi convertida ao catolicismo pelos portugueses passando a ser chamada Ana de Sousa, conversão extremamente política, que em momento algum significou uma real adoção dos princípios cristãos. Fato esse comprovado pela negação dos

³⁷ Muitos autores escreveram sobre Nzinga. Charles Ralph Boxer foi um dos primeiros estudiosos a dedicar atenção aos poderes africanos, principalmente no capítulo “Angola, a mãe preta”, de seu livro *Salvador Correia de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*. Outros autores também pesquisaram a trajetória de Nzinga, como Roy Glasgow e Luiz Felipe de Alencastro que, em seu já citado *O Trato dos Videntes*, analisa as referências à rainha em textos de Hegel e do Marquês de Sade.

princípios religiosos, de acordo com relatos de missionários da época, Nzinga “transforma o reino de Matamba em um reino de luxúria e de perversidades”³⁸. Posteriormente Nzinga volta a se converter, sendo que dessa vez sob a tutela dos capuchinhos italianos, gerando um profundo descontentamento entre os portugueses, sinalizando mais uma vez a utilização da possibilidade de conversão como fator para obter vantagens com os colonos estabelecidos nos territórios da África Centro Ocidental.

A luta contra as investidas de Nzinga eram pautas recorrentes na correspondência entre os administradores e a Coroa portuguesa. Entre vários embates uma de suas irmãs foi feita prisioneira pelos portugueses, o que serviu como elemento de barganha para várias tentativas de acordo.

2.2. *As vésperas da ocupação holandesa*

No ano de 1641, os holandeses tomaram Angola do controle da Coroa portuguesa. O mérito por esse feito foi creditado à recém fundada Companhia das Índias Ocidentais (WIC), uma instituição definida por Luiz Felipe de Alencastro como semi-privada que atuava no cenário internacional, conquistando territórios e dominando áreas estratégicas para a aquisição de escravos, fortalecendo dessa forma a presença política e os interesses econômicos dos holandeses nos territórios coloniais das duas margens do Atlântico.³⁹

Ainda no período da União Ibérica, Espanha e Holanda assinaram um acordo que pretendia uma trégua entre esses países pelo período de doze anos. A dita *Trégua dos Doze anos* vigorou entre 1609 e 1621, não coincidentemente ano de criação da WIC. O fim dessa trégua reaviva hostilidades hispano-holandesas e altera o acesso dos Estados Gerais às mercadorias coloniais, desagradando e atrapalhando as ambições holandesas. Esse fator no contexto das disputas europeias foi decisivo para a realidade colonial nesse período. A partir desse período os holandeses passam a investir nos domínios coloniais, investindo principalmente nas colônias nordestinas da América portuguesa e nos territórios angolanos.

Os holandeses, mesmo sem a vivência portuguesa secular nas colônias, tinham claras suas metas de conquistar as duas margens atlânticas para a efetivação de um modelo sistêmico de exploração agrícola: ocupação territorial e fornecimento de escravos.

Em 1624, durante o governo de Fernão de Sousa, os holandeses conseguem estabelecer um bloqueio naval nas regiões de Benguela e Luanda, além de conquistar por um curto período regiões da Bahia, que foi recuperada no mesmo ano. As tropas do

³⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Op. cit.*, p. 278.

³⁹ A Companhia das Índias Ocidentais foi fundada no ano de 1621, no contexto de ampliação dos investimentos neerlandeses nas atividades coloniais do Atlântico português. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Op. cit.*

governador Fernão de Sousa evitaram o desembarque dos holandeses nos territórios angolanos, sinalizando para a Coroa a necessidade de fortalecer as defesas nesses limites da costa africana. O episódio evidencia as pretensões dos holandeses, e as dificuldades dos portugueses para a manutenção de seus domínios.

No ano de 1635, os holandeses conquistam a Zona da Mata pernambucana, e no ano seguinte Maurício de Nassau é nomeado governador da Nova Holanda⁴⁰. Em 1641, tomam os territórios de Angola, enfraquecendo muito a posição portuguesa na região, que ficou praticamente reduzida as terras de Massangano.

A política implementada pelos holandeses em Angola nos leva a uma discussão conceitual sobre o modelo de *governo indireto* utilizado por Luiz Felipe de Alencastro para definir a relação entre portugueses e as autoridades locais. O autor identifica que a prioridade dos portugueses era o estabelecimento de acordos que visavam à cooperação, evitando ao máximo guerras, vistas como reveses ao bom andamento dos negócios negreiros na região. Comparando o pragmatismo dessas ações consideramos que esse conceito se aplica muito mais aos métodos de governo utilizados pelos holandeses, do que de fato pelos portugueses.

Analisando fontes do período, Beatrix Heintze⁴¹ fornece importantes sugestões metodológicas para a leitura e interpretação de discursos seiscentistas. Percebemos que muitos sobas de territórios adjacentes aos territórios de Luanda consideravam a presença holandesa como uma alternativa em contraponto com a presença portuguesa. Nesse mesmo recorte o então rei do Congo, Garcia II, escreveu para Maurício de Nassau disponibilizando fortalezas e outras facilidades comerciais. Afirmava que estava desiludido com os perversos e ambiciosos portugueses, que “tinham planejado conquistar o seu reino embaixo da capa da amizade”⁴².

Apesar das críticas aos portugueses, Dom Garcia deixava claro que permaneceria católico e que não aceitaria missionários, embaixadores ou colonos em seu reino. A força do catolicismo congolês superava as alterações políticas nos territórios da África Centro Ocidental⁴³. A marca do catolicismo no Congo é um importante fator desencadeador de embates entre os inicianos portugueses e os missionários capuchinhos italianos.

⁴⁰ Luiz Felipe de Alencastro cita o termo *statthalter* para o cargo assumido por Maurício de Nassau no governo dos territórios dominados. *Idem*.

⁴¹ HEINTZE, Beatrix. *Op cit.*

⁴² Correspondência do rei do Congo Garcia II, citada por BIRMINGHAM, David. *Op cit.*, p. 120.

⁴³ Marina de Mello e Souza analisa essa questão com profundidade em seu já citado *Reis negros no Brasil escravista*.

Outro ponto desfavorável para os lusitanos nesse contexto, mas que não chega a ser surpreendente, foi a aliança entre os holandeses e a rainha Nzinga, que via nessa conquista a possibilidade de obter vantagens comerciais e principalmente para enfraquecer o rei do Ndongo, Ngola Ari, vassalo dos portugueses.

De acordo com a interpretação de Birmingham, os holandeses se aproximaram muito mais do modelo de administração indireta, firmando acordos de cooperação com as autoridades africanas, estabelecendo as bases conceituais do governo indireto. Partindo da noção de que para obter escravos não era necessário a implementação de um domínio dos grupos locais, nem mesmo gastos com conquistas militares. Preocupação recorrente entre os governadores portugueses que objetivavam o domínio do Ndongo. A articulação valeria mais do que a força na lógica dos holandeses, que poupavam seus esforços para os embates com os portugueses.

No ambiente restaurador posterior a 1640, mesmo com as metas portuguesas para reaver a sua soberania em seus domínios ultramarinos, a presença holandesa além de enfraquecer os vínculos econômicos entre metrópole e colônias, representou um obstáculo ao reconhecimento da legitimidade da Casa de Bragança.

Vale ressaltar que a análise desses discursos de africanos que defendiam as investidas holandesas deve ser cautelosa, visto que podemos considerar que essa aparente preferência para negociar com os holandeses esteja relacionada ao fato de estarem em uma posição privilegiada naquele momento. A cordialidade em relação aos neerlandeses, evidenciada pelas críticas aos portugueses, pode ser considerada uma manobra para obter sua simpatia.

Por volta de 1646 o foco de resistência estava concentrado nos arredores de Massangano, o que preocupava os holandeses. A situação dos portugueses em Angola foi revertida com a chegada de Salvador Correia de Sá, que expulsou os holandeses inaugurando uma nova fase na administração de Angola, marcada pela governança de homens extremamente vinculados aos seus interesses particulares enraizados principalmente na América portuguesa. Uma das primeiras medidas tomadas por Salvador Correia de Sá foi a punição dos sobas que haviam se aliado aos holandeses.

O historiador Charles Boxer, em sua obra *Salvador Correia de Sá*, analisa a trajetória que levou o governador a enraizar interesses em variadas regiões do Império Ultramarino. Das atividades familiares tradicionais exercidas no Rio de Janeiro, passando pelos investimentos nas minas de prata de Potosí, chegando aos interesses escravistas nos

territórios angolanos, Salvador Correia de Sá é um caso típico da terceirização dos sistemas de defesa da Coroa portuguesa para as mãos de particulares.

Além de todos os detalhes e da riqueza de fontes trabalhadas, Boxer inova trazendo para o debate o papel dos africanos como peças fundamentais para o desencadeamento da ocupação e posterior expulsão dos holandeses de Angola. Analisa o caso da conversão da rainha Nzinga, discute a organização dos sobados e oferece pistas para a compreensão da complexa hierarquia dos povos mbundus do Ndongo.

3ª parte: Angola brásilica: os governos de Salvador Correia de Sá, André Vidal de Negreiros e João Fernandes

3.1. Identidades brásilicas nos governos portugueses em Angola

O período posterior a expulsão dos holandeses é caracterizado como um período de intensificação das guerras e de aumento nas tensões entre os governadores portugueses e as autoridades locais.

A administração de Salvador Correia de Sá marca um período de crescimento na exportação de escravos. Apesar da assinatura de um Tratado de Paz com o rei Garcia II do Congo, foram travadas batalhas com esse reino visando aumentar a influência da Coroa portuguesa em territórios adjacentes, conflitos esses que culminaram na guerra entre a Luanda portuguesa e o Congo.

Todos os investimentos de Salvador Correia de Sá eram coerentes com seu projeto de acumular riquezas particulares, ao mesmo tempo em que defendia os interesses da metrópole portuguesa. Ele e a geração que o sucedeu, definidos por Luiz Felipe de Alencastro como “governadores brásilicos”, estiveram envolvidos nas lutas pela expulsão e pela defesa dos territórios da América portuguesa, o que os levava a crer que eram merecedores de privilégios que deveriam ser extraídos nas oportunidades geradas pela concessão de cargos administrativos em variados territórios do Império Ultramarino Português.

Essas redes de privilégios, típicas das sociedades do Antigo Regime, foram analisadas por Antônio Manuel Hespanha⁴⁴. Em seus trabalhos Hespanha relaciona aspectos da administração colonial com as teias de relações, parentescos e recompensas que

⁴⁴ XAVIER, Ângela B. & HESAPANHA, António M. "A Representação da Sociedade e do Poder". In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*, volume 4: *O Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

muitas vezes determinaram a configuração dos quadros burocráticos das possessões ultramarinas.

O sucessor de Salvador Correia de Sá foi Rodrigo Miranda Henriques, que governou Angola de 1652 a 1653. Destacamos como metas de sua administração o plano de reabrir a carreira comercial: Luanda – Rio de Janeiro – Buenos Aires. Evidenciando a importância de Angola para os negócios comerciais lisboetas e fluminenses na bacia do Prata, projeto que foi uma das prioridades de Salvador Correia de Sá.⁴⁵

Rodrigo Henriques chegou à Luanda com instruções para incrementar o comércio e cobrar o antigo tributo anual de escravos, que todos os chefes mbundus submetidos tinham sido anteriormente obrigados a pagar à Coroa Portuguesa. Morreu um ano após a sua chegada, segundo David Birmingham⁴⁶, realizando poucas tarefas.

Na sequência da administração portuguesa em Angola, assumiu o governo Bartolomeu Vasconcelos da Cunha, em um período marcado pelos conflitos com a rainha Nzinga. Foi contrário às reivindicações de Nzinga em relação ao trono do Ndongo, e visando facilidades no acesso ao interior do Ndongo, barganhou a rendição de sua irmã – Mukambu (Bárbara), prisioneira portuguesa. Exigia em troca da libertação facilidades para abrir uma rota comercial em direção à Matamba – território dominado pelos jagas, vassalos de Nzinga.

A origem e a composição do que chamamos de jagas é alvo de várias discussões entre os africanistas. Para Beatrix Heintze os termos jagas e imbangalas são sinônimos, já para David Birmingham os imbangalas são os componentes majoritários entre os acampamentos jagas. Em nossa pesquisa seguimos a definição de Birmingham em função da análise sobre o comportamento jaga de agregar em seus exércitos homens adultos de origens variadas.

Dando sequência à governança brasílica, desembarcou em Luanda Luís Mendes de Sousa Chichorro, que governou no período de 1654 a 1658. Uma das principais singularidades de sua administração foi a aliança com os rebeldes jagas. Os jagas eram um grupo multi-étnico, de maioria imbangala, formado por homens que viviam de atividades relacionadas à guerra. Seus hábitos violentos eram sinônimos de ameaças entre os reinos e sobados da África Centro Ocidental.

Chichorro deu continuidade ao projeto de seu antecessor que pretendia estabelecer negociações com Nzinga. Apesar de ter recebido ordens expressas do rei Afonso VI para

⁴⁵ Uma das consequências desse movimento foi o avanço dos representantes da Coroa portuguesa em direção ao litoral sul, que posteriormente resultou na fundação da Colônia de Sacramento. Cf. BOXER, Charles Ralph. *Op. cit.*

⁴⁶ BIRMINGHAM, David. *Op. cit.*

não declarar nenhuma guerra, com exceção de um “motivo forte”, originado por alguma atividade delituosa, tal como a implicação com comerciantes ou missionários, seu governo não fugiu a tendência brasílica de enxergar na guerra um método seguro para a efetivação de seus projetos.

Entre os feitos de Chichorro citamos as campanhas militares que pretendiam tornar os sobas de Quissama vassalos portugueses. A respeito dessa questão, a Câmara Municipal de Luanda foi contrária aos feitos do governador, temendo que Luanda ficasse desprotegida e vulnerável a um possível ataque holandês. Após um ano e meio em campanha, Chichorro resolveu regressar e concentrar seus esforços nas fronteiras de Angola e do Congo. Durante o governo de Sousa Chichorro, as tensas relações entre o Congo e Luanda resultaram em uma guerra intermitente, que persistiu por dez anos, até a batalha de Mbwila, em 1665, decretando o fracasso do Tratado de Paz assinado anos antes por Salvador Correia de Sá junto às autoridades congolezas.

João Fernandes Vieira, que governou Angola no período de 1658 a 1661, também encarava a nomeação para o cargo como uma recompensa pelos serviços prestados à Coroa Portuguesa na luta de reconquista de territórios da América Portuguesa contra os holandeses. Foi coerente com seus antecessores no que diz respeito ao uso de exércitos e da força, avesso ao modelo de um *governo indireto*, e mais próximo do que seria o fomento às rivalidades étnicas para aumentar o fornecimento de escravos para o mercado atlântico.

João Fernandes comandou três campanhas militares durante o seu mandato, provavelmente por altura das estações de seca. Joseph Miller⁴⁷ defende em um de seus artigos a relação estabelecida entre as alterações nos fatores climáticos, prejudiciais à produção de alimentos nos territórios da África Centro Ocidental, ao aumento das fomes e das guerras.

A primeira foi um ataque em regiões próximas a Luanda, nos rios Bengo e Dande, contra um chefe local chamado Ngoleme a Kaita. Nesse ataque os portugueses contaram mais uma vez com o apoio de Ngola Ari. João Fernandes foi acusado mais tarde de ter destruído o chefado de Ngoleme a Kaita, súdito dos portugueses.

A segunda campanha militar de João Fernandes foi contra os Ndembus (Dembos), buscando evitar a fuga de escravos para terras do sul do Congo, de onde não podiam ser recuperados. A terceira campanha militar de João Fernandes foi contra os ovibumdu, em territórios ao sul, nas regiões do Libolo e Hako, enviou exércitos para proteger as rotas

⁴⁷ MILLER, Joseph. “The significance of drought, disease and famine in the agriculturally marginal zones of West-Central Africa”. In: *The Journal of African History*, vol. 3, nº1, p. 17-61. Cambridge University Press, 1982.

comerciais na região garantindo o comércio de escravos e de marfim, já que a região estava sujeita a invasões dos imbangalas e de chefes libolos.

De acordo com Luiz Felipe de Alencastro, João Fernandes encetou preparativos militares para invadir o Congo logo que desembarcou em Luanda: “o Congo era perigoso não por suas capacidades ofensivas, mas porque constituía um pólo de atração antiescravista, acoitando escravos dos angolistas”⁴⁸.

O governo de André Vidal de Negreiros (1661-1666) defendia a ação militar direta e o envio de seus homens de confiança ao interior para obter escravos pela força. No período de seu governo a guerra entre a Luanda portuguesa e o Congo, em 1665, assumiu seus contornos definitivos. Os portugueses alegavam que o rei do Congo, Dom Antônio I, se recusava a entregar as minas de ouro que haviam sido prometidas de acordo com o Tratado de Paz assinado por Salvador Correia de Sá e do rei do Congo, Garcia II. Negreiros levou as ofensivas de Chichorro e de João Fernandes às últimas consequências.

Após a morte de Ngola Ari I, rei do Ndongo e fiel vassalo dos portugueses, sucedeu no trono do Ndongo, Ngola Ari II. O novo rei colocou muitos obstáculos aos interesses da Coroa portuguesa. Essa resistência à presença portuguesa no Ndongo leva os colonizadores a organizarem uma reconquista, lutando contra Ngola Ari II, que foi derrotado, dando fim a realeza independente dos mbundus ocidentais.

Conclusões:

Após a Restauração, os territórios africanos dominados pelos portugueses foram palco de vários conflitos envolvendo interesses e motivações diversas.

A ameaça holandesa, e a sua efetiva ocupação, exigiram que os portugueses organizassem estratégias para minimizar os efeitos gerados pela aliança de alguns reis e de vários sobas que, nesse contexto, preferiram negociar com os agentes da WIC. A resistência nas terras de Massangano foi fundamental para a garantia das alianças com Ngola Ari, rei do Ndongo e fiel vassalo português, e para o contra ataque liderado por Salvador Correia de Sá, que deu início à um período de governos, que em suas ações destoaram, e muito, dos discursos da Coroa que pregavam a cooperação e o estabelecimento de alianças pacíficas com as lideranças africanas.

A ação de ordens missionárias religiosas fomentou outro foco de conflitos nos territórios do Congo e de Angola. Inacianos e capuchinhos refletiram na colonização do ultramar português divergências entre os direitos sobre a evangelização e sobre os métodos

⁴⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Op cit*, p. 285.

para a condução dessa catequese-cativeiro, representando também um feixe dos conflitos entre o Vaticano e a Coroa portuguesa. O missionarismo como um dos braços da colonização estabeleceu sua marca na conversão, e principalmente na legitimação da prática escravista dos lusitanos, dos luso-africanos e mesmo entre os nativos convertidos, que viam no resgate das almas um bom negócio avalizado pela consciência dos feitos cristãos.

Em síntese, a pluralidade de grupos distintos fez com que o antigo reino do Ndongo fosse cenário de embates políticos, disputas por promissores negócios, ao mesmo tempo em que se tornava um lugar de intensas trocas culturais.

O recorte cronológico adotado engloba um período onde ameaças internas e externas foram simultâneas, e onde a própria hierarquia dos mbundus se refinava para atender às demandas das negociações, como, por exemplo, a especialização das funções de chefe de comércio, embaixadores e de vários componentes do séquito do Ngola.

A crescente abertura do mercado atlântico, e a busca pela afirmação da soberania portuguesa nos territórios mbundus alterou de forma significativa a realidade dos grupos africanos e exigiu das autoridades portuguesas uma versatilidade em seu sistema defensivo entre várias frentes distintas.

Bibliografia:

1. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Videntes. Formação do Brasil nos quadros do Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
2. BARRETO, Luiz Felipe. *Os Descobrimentos e a ordem do saber – uma análise sócio-cultural*. Lisboa: Ed. Gradiva, 1989.
3. BIRMINGHAM, David. *Alianças e conflitos. Os primórdios da ocupação estrangeira em Angola (1483-1750)*. Luanda: Arquivo Histórico de Angola, 2004.
4. BOXER, Charles Ralph. *A Igreja e a expansão ibérica (1440-1770)*. Lisboa: Edições 70, 1989.
5. _____. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. São Paulo: Ed. Nacional / EDUSP, 1973.
6. BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no tempo dos Filipes. Política, cultura, representações. (1580-1668)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.
7. CHAUNU, Pierre. *A civilização da Europa das Luzes*. Lisboa: Ed. Estampa, 1985, vol. I.

8. FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima e BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.
9. FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na época da restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997.
10. GLASGOW, Roy. *Nzînga. Resistência africana ao colonialismo português em Angola*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1982.
11. HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII. Estudos sobre fontes, métodos e História*. Luanda: Ministério da Cultura, 2007.
12. LOVEJOY, Paul E. *A escravidão em África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2000.
13. SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista. História, mito e identidade na festa de coroação de rei congo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
14. TAUNAY, Affonse d'Escragnolle. *Subsídios para a história do tráfico de africanos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1941.
15. THORNTON, John. *Africa and Africans in the making off Atlantic World, 1400-1680*. Cambridge University Press, 1992.
16. ZERON, Carlos Alberto. "Pombeiros e Tangomaos, intermediários do tráfico de escravos na África – século XVI". In: *II Colóquio Internacional sobre mediadores culturais*. Lagos: Centro de Estudos Gil Eanes, 1999, p. 15-38.

ARTIGO RECEBIDO EM: 20/05/2011

ACEITO PARA PUBLICAÇÃO EM: 24/06/2011

As Concepções Etnocêntricas do Genocídio de Ruanda: a Negação do Sujeito Histórico Ruandês

Danilo Ferreira da Fonseca⁴⁹

Resumo

O presente artigo busca entender como são desenvolvidas as diferentes análises acerca do genocídio ruandês de 1994 e também seu caráter etnocêntrico, o que acaba por marginalizar o sujeito histórico africano de sua própria história. A partir das principais estruturas explicativas do genocídio, busca-se entender, ponto-a-ponto, como o entendimento acerca do genocídio de Ruanda possui uma ampla influência de uma visão etnocêntrica.

Palavras Chaves: Ruanda; Genocídio; Etnocentrismo.

Abstract

This article search to understand how the different reviews about the Rwandan genocide of 1994 are developed and also its ethnocentric character, which ultimately marginalize the African historical subject of their own history. From the major explanatory for the genocide, we search to understand, point-to-point, how the understanding of the genocide in Rwanda has a large influence of an ethnocentric view.

Key-words: Rwanda; genocide; Ethnocentrism.

Introdução

Em Ruanda – um minúsculo país da África Central, daqueles que no mapa mundial possuem um número ao invés do nome – no dia seis de abril de 1994, logo após a queda do avião presidencial de Juvenal Habyarimana, milhares de ruandeses da capital Kigali que se entendiam e se denominavam como hutus pegaram suas armas, formaram barricadas, e invadiram casas e outros locais em que estavam seus vizinhos que se entendiam e se denominavam tutsis, matando-os com uma organização particular.

Em poucos dias, praticamente todas as regiões de Ruanda estavam tomadas por este movimento. Armados principalmente com facões e com um discurso de eliminação dos *inyenzi* (baratas), termo utilizado para designar os que eram considerados tutsis naquele momento.

Em pleno fim do século XX, por pouco mais de cem dias, o mundo assistiu incrédulo, estarrecido e aparentemente impotente, pessoas que, durante séculos, haviam interagido em todos os âmbitos da sociabilidade, por meio de casamentos, negócios, produções, relações parenterais, amizades, disputas quotidianas, organizações civis, festas,

⁴⁹ Professor universitário, Mestre e doutorando em História Social pela PUC-SP, com a pesquisa “Etnicidade e conflitos sociais na África contemporânea: o genocídio ruandês (1959 – 1994) e o Apartheid Sul-africano (1948 - 1994)”. Contato: daniloffonseca@gmail.com

ritos e comemorações, transformarem seus instrumentos de trabalho – o facão, em uma arma usada para matar quem fosse considerado o inimigo mais próximo.

Por meio dos meios de comunicação, dos agentes internacionais, dos analistas políticos para lá enviados, das denúncias e pedidos de socorro, soube-se, simplificada, que os hutus de Ruanda estavam matando seus vizinhos tutsis o que culminou com a morte, calculada entre 500 mil a 1 milhão de ruandeses promovendo o último genocídio do século XX.

Tal movimento histórico suscitou uma série de dúvidas e questionamentos ao mundo ocidental, diversos intelectuais se perguntavam o que teria causado tal ferocidade, ou quais fatores haviam levado estes serem humanos, que haviam constituído uma organização societária por séculos, a tal desumanização. A tais questões foram inicialmente dadas respostas rápidas, muitas delas, conforme veremos, a partir da exterioridade daquela cultura, da forma de ser social dos indivíduos envolvidos naquele massacre.

Entender o desenvolvimento destas repostas apressadas que foram elaboradas por uma série de analistas acerca do genocídio ruandês e seu processo histórico, é o propósito do presente artigo.

Num século permeado por genocídios, iniciado pelo genocídio Armênio em 1917 e passando pelo Holocausto na década de 1940, a finalização ficou por conta do genocídio de Ruanda de 1994. Muitas vezes o que impera nas discussões acerca destes processos históricos são detalhes mais imediatistas, como os modos de se perpetuar os determinados acontecimentos ou a quantidade de vidas tomadas no período.

Estas preocupações imediatistas acabam por esvaziar o entendimento do próprio processo histórico, deixando todo um complexo movimento histórico e cultural, fundamentais para o seu entendimento, marginalizados na análise, e sem perceber que um momento de crise que envolva um genocídio muitas vezes mina como um rio subterrâneo, ou seja, a concretização de uma ação genocida se apresenta como resultante de um longo processo, após ter percorrido um longo caminho submerso e nem sempre percebido empiricamente, ou deixando muito claro os caminhos construídos que culminaram naquele ponto, embora se manifeste apenas em sua contemporaneidade, como algo imediatamente posto.

A literatura dominante acerca de Ruanda vai analisar o caminho obscuro percorrido subterraneamente pelas águas, de acordo com o local e modo que ela mina, supondo sua trajetória com métodos elaborados e sofisticados, mas esquecendo que o rio da história percorre múltiplos caminhos e desvios que muitas vezes não condiz com o que, à primeira vista, lhe salta aos olhos.

Referimo-nos às abordagens que resumem esse genocídio a um conflito entre duas etnias e que se restringem à reprodução de evidências empiricamente colocadas no

momento imediato do genocídio. Em 1994 caso um hutu fosse questionado sobre os motivos de sua ação, ele próprio colocaria que as executava porque os tutsis pertenciam a uma outra etnia, diferente da sua – hutu, denotando que o problema se resumia a uma polarização entre duas etnias rivais. Nesta perspectiva a história de Ruanda se resume a uma acumulação progressiva de ódio e violência que chega ao seu ápice com o genocídio em 1994. Como se existisse uma teleologia da história ruandesa que culminaria com o genocídio.

Ainda dentro desta perspectiva reducionista bipolarizada entre tutsis e hutus, despontam diferentes explicações para múltiplos porquês acerca do genocídio ruandês, formando um recente debate historiográfico. Porém, quando se enfatiza o caráter étnico do conflito dentro de Ruanda, se dá margem a que “*as principais narrativas correntes sobre o genocídio ruandês sejam despolitizantes, essencialistas e a-históricas*”.⁵⁰

Para esclarecermos melhor este debate historiográfico acerca da história ruandesa, utilizamos como ponto de partida um importante levantamento sobre as diferentes concepções e explicações do genocídio de Ruanda, feito por Ana Cristina Alves em sua dissertação de mestrado (2005), que pode nos auxiliar a entender este recente debate. Esta autora, ao analisar diferentes obras acerca do genocídio em questão, vai identificar três diferentes explicações possíveis para o acontecimento, cujas análises em muito se comunicam e se complementam, podendo até coexistir numa mesma perspectiva, com autores percorrendo por mais de uma tendência. Podemos colocar como tendências explicativas do genocídio, três diferentes explicações:

- (1) a influência externa, principalmente nas formas:
 - (a) o legado da colonização e
 - (b) o legado das intervenções das grandes potências no Estado ruandês durante as décadas de 1980 e 1990;
- (2) a luta pela sobrevivência suscitada pela escassez de recursos ecológicos;
- (3) a manipulação das elites sobre as massas obedientes.⁵¹

Assim observa-se que, embora ainda centrados no paradigma da etnicidade, tais abordagens explicitam questionamentos distintos acerca do processo histórico ruandês.

⁵⁰ ALVES, Ana Cristina. *Contos sobre Ruanda: Uma análise crítica sobre o genocídio ruandês de 1994*. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2005, p. 71.

⁵¹ ALVES, Ana Cristina. Op. cit. p. 64.

Entendendo o genocídio a partir da *influência externa*

A estrutura explicativa destacada anteriormente, intitulada “*a influência externa*”, considera a ação de agentes estrangeiros à população ruandesa como o fator desencadeador do genocídio. Esta concepção, ao colocar a centralidade do movimento histórico ruandês em agentes externos, acaba por expandir uma visão que entende a África como um local submisso e atrasado. Vê o povo africano com um povo infantilizado, dada a vigência de formas culturais entendidas como “primitivas” e que, ante as artimanhas do “civilizado”, é facilmente ludibriado, levando-o a cometer atos irresponsáveis, cabendo assim a um adulto responsável tutelá-lo até a civilização.

Para tais autores, a má influência adviria do poder colonial Belga que teria, durante todo período colonial, fomentado o ódio entre as duas etnias. Alguns apontam que, diante de um passado pré-colonial mais harmonioso, tal ódio teria sido propositadamente gestado.

Observa-se que os autores analisados por Alves partem do preceito segundo o qual séries de tribos e ou etnias rivais são consideradas integrantes de um mesmo Estado moderno, conforme determinado pela Conferência de Berlim de 1885. Nesta Conferência a África foi dividida entre as potências européias iniciando-se, assim, um novo processo colonialista. Tal processo teria levado os grupos rivais que ficaram no mesmo território a se articularem de diferentes modos, resultando daí dezenas de guerras civis e milhões de mortos, as quais teriam se acentuado com o fim do colonialismo. Neste sentido, as guerras e conflitos africanos do século XX são colocados muitas vezes, tanto pela mídia como por alguns acadêmicos como decorrência do final do processo colonial, como se a saída dos europeus do continente africano tirasse seu lado civilizado e civilizatório (o europeu), ficando assim apenas o selvagem (o africano).

Neste sentido, o genocídio ruandês em sua contemporaneidade teria sido o resultado da ausência de interação étnica e da incapacidade dos ruandeses de implementar um Estado Moderno fundado em preceitos civilizatórios, cuja complexidade seria inatingível para estes grupos – daí que a catástrofe seria inevitável. Podemos observar esta concepção em Silva (2003), para o qual “*os anos de constante acirramento do ódio étnico entre as duas etnias majoritárias de Ruanda levaram à abertura dessa violenta Caixa de Pandora nos momentos imediatamente posteriores à independência*”.⁵² Nesta visão podemos observar que a violência entre

⁵² SILVA, Alexandre S. *A intervenção humanitária em três quase-Estados africanos: Somália, Ruanda e Libéria*. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2003, p. 69.

os dois grupos “étnicos” ruandeses ocorre “*imediatamente*” após a saída do europeu de Ruanda, como se este segurasse a civilidade na região.

Tais pré-conceitos atribuídos aos conflitos étnicos africanos são substratos fundantes nas análises sobre o genocídio ruandês em que pesam os diferentes entendimentos sobre os motivos que levaram a este acontecimento.

Em nosso entender, mesmo em sua crítica aos colonizadores, essas concepções acabam desconsiderando a importância das tradições locais e super valorizando as influências da dominação, no caso, dos belgas, como se estas pudessem apagar o passado ruandês, sua cultura, suas tradições e reescrever tal passado do modo que bem entendessem, como podemos observar no seguinte trecho de Gourevitch (2006):

“os colonizadores belgas aferraram-se ao mito hamítico⁵³ como modelo e, governando Ruanda mais ou menos em parceria com a Igreja Católica Romana, providenciaram a reorganização da sociedade ruandesa em função das assim chamadas linhas étnicas”.⁵⁴

Também tem sido enfatizado pelos autores que se colocam de forma crítica aos agentes internacionais que teriam influenciado no genocídio, o apoio da França à ditadura de Habyarimana⁵⁵ entre os anos de 1973 a 1994, vendendo-lhe armas e treinamento militar para impulsionar os combates entre o governo e a oposição no início da década de 1990, como é o caso de Kapuscinski,⁵⁶ que afirma em sua obra *Ébano* (2002) que:

“não fosse um telefonema, provavelmente também se teria evitado a hecatombe, os massacres e a carnificina de 1994 – o telefonema do general Habyarimana ao presidente Mitterrand, pedindo ajuda’ (...).’As colunas da Frente Patriótica Ruandesa⁵⁷ já estavam próximas a capital e o clã e o governo Habyarimana já tinham as malas prontas, quando paraquedistas franceses chegaram ao aeroporto de Kigali. Eram apenas duas companhias, mas bastaram”.⁵⁸

⁵³ O mito hamítico é um mito bíblico que conta a trajetória dos irmãos Caim e Abel. Um mito muito utilizado dentro do processo histórico ruandês, e na historiografia, para explicar a relação aposta entre as etnias tutsis e hutus.

⁵⁴ GOUREVITCH, Philip. *Gostariamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias*. São Paulo, Companhia das letras, 2006, p 54

⁵⁵ O General Juvenal Habyarimana foi o presidente da Segunda República Ruandesa (1973 – 1994), governando o país por mais de 20 anos, Habyarimana participou do golpe de estado de 1973, que pôs fim a Primeira República Ruandesa (1962 – 1973) e o colocou como presidente, porém com amplas características ditatoriais.

⁵⁶ KAPUSCINSKI, Ryszard. *Ébano: Minha vida na África*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

⁵⁷ A Frente Patriótica Ruandesa (FPR) foi uma oposição armada ao governo Habyarimana criada na década de 1980, formada por exilados e opositores do governo ruandês.

⁵⁸ Idem, pp. 197; 199.

No entanto, por restringirem suas análises à “*influência externa*” e às “*intervenções das grandes potências no Estado ruandês durante as décadas de 1980 e 1990*”, a especificidade vigente na região fica subsumida, na mesma proporção dos autores que analisam a questão Belga naquele país.

Respalda a análise desses autores, o fato do governo ruandês pós-genocídio, formado pela oposição ao governo Habyarimana, acusar frequentemente a França de ter participado ativamente do genocídio. A chamada “*operação turquesa*” realizada em julho de 1994 pela França estabeleceu uma zona de segurança que perpetuou o genocídio em seu interior – daí as acusações. Este também é um ponto trabalhado por outro autor, no caso, Gourevitch (2006) que após entrevistar um dos principais líderes na luta contra o genocídio e o governo ruandês, Paul Kagame,⁵⁹ também responsabiliza a França pelo desencadear daquele conflito:

A Operation Turquoise acabou ganhando crédito pelo resgate de pelo menos 10 mil tutsis no oeste de Ruanda, mas outros milhares continuavam a ser mortos na zona ocupada pelos franceses. Brigadas do Poder Hutu⁶⁰ adornavam seus carros com bandeiras francesas para atrair tutsis para fora de seus esconderijos e os levar para a morte; e mesmo quando tropas francesas verdadeiras encontravam sobreviventes, elas freqüentemente lhes dizia para esperar por transporte, iam embora e quando voltavam descobriam que aqueles que haviam salvado eram agora cadáveres. Desde o momento em que chegaram os franceses, e aonde quer que fossem, as forças francesas sustentaram e preservaram os mesmos líderes políticos locais que comandaram o genocídio.⁶¹

Ambas as perspectivas, apontam que a Organização das Nações Unidas (ONU) deveria ter assumido a tutela de Ruanda para evitar que esta ficasse submetida a más influências, embora procedam as duras críticas ao papel da United Nations Assistance Mission for Rwanda (UNAMIR) naquele país. Philip Gourevitch (2006) é um dos autores que desenvolve extensas páginas acerca da incapacidade internacional de atuar no sentido de evitar o genocídio, como podemos ver no seguinte trecho retirado de sua obra:

Ruanda é um país paupérrimo (...) no que diz respeito aos interesses políticos, militares e econômicos das potências mundiais, tem tanta importância quanto Marte. Mas Ruanda, ao contrário de Marte, é povoada por seres humanos, e quando Ruanda sofreu o genocídio, as potências mundiais abandonaram-na à própria sorte.⁶²

⁵⁹ Paul Kagame foi líder opositor ao governo Habyarimana, um dos fundadores da FPR, e membro do governo pós genocídio – chegando a presidir o país.

⁶⁰ O poder hutu foi um importante movimento do início da década de 1990,

⁶¹ GOUREVITCH, Philip. *Gostariamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias*. São Paulo, Companhia das letras, 2006, p. 154.

⁶² Idem, p 146.

Em tais estudos o genocídio em si e a ação do próprio povo ruandês ficam subsumidos, como que mergulhados na inocência de um país tribal, ou primitivo, que ainda não conhece a civilização. Assim, em muitas obras a principal preocupação não é entender e elucidar o genocídio em si, mas sim apontar os culpados, denunciando-se tanto a invasão colonial quanto a falta de uma tutela mais consistente como fatores determinantes do processo genocida. Neste sentido, ficam subsumidos o conjunto dos fatores internos que se gestam para além de tal conjuntura, embora integrados a ela.

Esta concepção acerca do genocídio, de uma “*influência externa*”, possui uma ampla comunicação com a terceira apontada anteriormente por Alves (2005), ou seja, a explicação de que o genocídio foi decorrente de uma “*manipulação das elites sobre as massas obedientes*”.

O genocídio como produto da passividade do ruandês

A análise que possui a estrutura explicativa denominada como a “*manipulação das elites sobre as massas obedientes*”, é uma das mais presentes na literatura acerca do genocídio ruandês, sendo amplamente desenvolvida por autores como o já citado Philip Gourevitch (2006), Scott Straus (2006),⁶³ Berkeley (2001),⁶⁴ entre outros. Para estes autores que constroem tal argumentação baseada na “manipulação”, o genocídio seria resultante de uma manobra política da elite local – identificada como o clã *Akazu*⁶⁵ – para realizar uma manutenção de seu poder. Nessa perspectiva uma série de matérias via imprensa, educação, entre outros meios, teria sido desencadeada visando acentuar a rivalidade entre as etnias hutu e a tutsi, manipulando assim a opinião pública ruandesa, instigando-os ao genocídio. Berkeley (2001) é um dos pesquisadores que divulga esta concepção:

“Estava claro que os massacres haviam sido orquestrados pelo Estado. (...) mas como isso foi possível? O genocídio de Ruanda matou mais pessoas mais rapidamente do que qualquer outra chacina na história documentada. A velocidade sem precedentes da matança não teria sido possível sem a participação de centenas de milhares de cidadãos comuns (...) [Akazu] personificava a sociedade rigidamente hierárquica e uma cultura de obediência, sem as quais a matança em tal escala não seria possível”.⁶⁶

⁶³ STRAUS, Scott. *The order of the genocide: race, power, and war in Rwanda*, Ithaca, Cornell University Press, 2006.

⁶⁴ BERKELEY, Bill. *The graves are not yet full: Race, tribe and power in the heart of Africa*. New York, Basic book, 2001.

⁶⁵ Composta por um grupo de pessoas próximas ao presidente Habyarimana da segunda República Ruandesa (1973 – 1994).

⁶⁶ BERKELEY, Bill. *The graves are not yet full: Race, tribe and power in the heart of Africa*. New York, Basic book, 2001, pp. 253 – 254.

Pode-se observar a ênfase na ideia da existência de uma característica ruandesa centrada em uma “*cultura da obediência*”. Ou seja, a subserviência, aliada à ambição da elite dirigente, teriam gestado o genocídio. Assim, diferentemente dos autores anteriores, aqui se considera um fator interno, no caso, atribuído a uma possível característica ruandesa ainda de fundo desqualificador, ou seja, a fácil sujeição à manipulação.

Também se recorre a esta “*cultura da obediência*” para explicar outros momentos do processo histórico ruandês, como, por exemplo, o avanço do cristianismo no país. Conforme é desenvolvido por Desforges, a população ruandesa simplesmente obedeceu aos seus chefes locais, deixando de lado suas tradicionais práticas sociais e religiosas, já que, “*não poderiam permanecer parados, enquanto seus superiores estavam ajoelhados rezando*”.⁶⁷

Assim como a lógica explicativa da “*influência externa*”, esta da “*manipulação das elites*” subsume o povo ruandês enquanto um agente social histórico ativo, tomando-o enquanto seres passivos, facilmente manipuláveis e suscetíveis a influências externas, sem demonstrar resistências.

Nota-se também nesta explicação uma excessiva centralidade na figura do Estado. Este destaque ao poder instituído se dá devido a sua proximidade com uma lógica do analista, ou seja, o Estado seria aquilo dentro da particularidade ruandesa, que mais se aproximaria de uma lógica social ocidental, desconsiderando conjuntamente uma possibilidade de haver em Ruanda uma estrutura de poder e simbologia distinta daquela encontrada no ocidente.

Esta frequente alusão ao Estado, nesta estrutura explicativa exposta, pode ser apontada como mais um desenvolvimento etnocentrista, já que ocorre uma série de “*transferências de valores interculturais dos conceitos ocidentais*”⁶⁸. No caso, são valorizadas as características ocidentais da figura de um Estado, enquanto que nos momentos em que ocorrem desencontros desta figura com a realidade específica ruandesa, o que é observado normalmente são termos desqualificadores.

⁶⁷ *Prosecutor v. Ferdinand Nahimana, Jean-Bosco Barayagwiza and Hassan Ngeze: Case No. ICTR-99-52-T/Judgement and sentence*, dezembro de 2003, p 30.

⁶⁸ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, Editora da Unicamp, 1990, p 138.

A escassez dos recursos ecológicos

Finalmente, as análises que entendem o genocídio ruandês a partir da “*escassez dos recursos ecológicos*”, possuem um embasamento teórico e algumas pré-concepções distintas sobre as relações sociais no continente africano, não participando diretamente da visão que atribui à Conferência de Berlim, ou outros agentes externos como a ação dos belgas ou franceses, ou ainda à submissão e subserviência de agentes internos, o fator preponderante dos confrontos sociais africanos contemporâneas.

Tais autores consideram “o princípio da escassez”, baseado na lei de Say, o fator preponderante do genocídio. Tais autores, ao tomarem a perspectiva de Malthus sobre o crescimento geométrico da população em contraposição à produção de alimentos (que cresceria em ritmo aritmético), e ao associarem ao preceito advindo da microeconomia de que não é possível produzir em qualquer sociedade tudo para todos, acabam por criar um novo paradigma. Ou seja, a escassez de alimentos teria gestado o genocídio. Tal analítica salienta o fenômeno observado em Ruanda no momento do genocídio, pois era o país mais populoso da África, com índices de crescimento populacionais altíssimos e com uma economia agrária precária, como aponta Scott Straus (2006):

“Ruanda é o país mais densamente povoado da África e um dos mais densamente povoados do mundo. Ruanda também é uma terra ondulada, de colinas cultivadas. Há muito pouco espaço aberto ainda não cultivado no país. Como resultado, a população do país é muito mais vulnerável, particularmente em áreas rurais, e há muito pouco espaço físico para escapar”.⁶⁹

Somado a “*catástrofes climáticas e (a) o mau gerenciamento dos recursos [que] criaram bolsões de fome*”,⁷⁰ conforme aponta Gourevitch, era de se esperar que em determinado momento a população precisasse ser reduzida de alguma forma, levando os ruandeses, ao sentirem a escassez de seus recursos, a se unirem de acordo com a etnia a que pertencessem e, a partir do genocídio, estabilizassem a oferta de alimentos.

A crise alimentar que Ruanda sofreu no início da década de 1990 não foi a primeira e nem a única, e nesses momentos a situação não foi solucionada com o uso da violência. A explicação da “*escassez dos recursos*” acaba assim, por desconsiderar a história ruandesa, sem inquirir diretamente como eram os modos de produção social em Ruanda,

⁶⁹ STRAUS, Scott. *The order of the genocide: race, power, and war in Rwanda*, Ithaca, Cornell University Press, 2006, p. 8.

⁷⁰ GOUREVITCH, Philip. *Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias*. São Paulo, Companhia das letras, 2006, p. 97.

como estes recursos eram distribuídos, e sem situar o movimento histórico que precede o genocídio.

Ou seja, de uma forma ou de outra, Ruanda (e, pode-se aventar, o continente africano como um todo), é colocada como atrasada e selvagem, destituída de civilização, em que, segundo Silva (2003), “*uma psicopatia tomou conta da população Hutu, muito bem dirigida pelos extremistas, levando-a a barbárie hobbesiana e ao genocídio(...)*”.⁷¹ Sendo assim, para esta perspectiva analítica, o genocídio ruandês é atribuído à barbárie no qual o continente africano ainda estaria imerso, sem um Estado consolidado para regular as questões individuais na esfera pública.

A origem e formação de tutsis e hutus

A tese da determinação do processo colonizador também adentra às reflexões que buscam entender as questões étnico-raciais e suas circunstâncias históricas. Quando o debate acerca do genocídio ruandês adentra à recuperação dos aspectos históricos em busca de explicá-lo, emergem questionamentos sobre as identidades dos tutsis e dos hutus e sobre o seu significado neste processo histórico. Tal aspecto pode ser consolidado em duas distintas concepções sobre a origem e a dinâmica destes grupos: (1) a visão de que são grupos étnicos pré-existentes à colonização, e (2) a concepção de que estes são grupos criados e gestados pelo poder colonial.

Para a primeira visão, partilhada por escritores como Mamdani (2002) e Kapuscinski (2002)⁷² e assumido por Silva (2003), já citado, tutsis e hutus já existiam anteriormente à colonização, e viviam em simbiose e de modo harmônico. Teria cabido ao processo colonial desenvolver o ódio entre os dois grupos, conforme Silva desenvolve no trecho destacado:

O acirramento do ódio entre os diferentes grupos étnicos também foi o pano de fundo sobre o qual se desenhou o complicado xadrez de relacionamentos entre Tutsis e Hutus em Ruanda. A clivagem social, representada pelas hostilidades entre as duas etnias, foi sendo sulcada paulatinamente pelos colonizadores alemães e belgas desde os primeiros momentos da administração da região (...).⁷³

⁷¹ SILVA, Alexandre S. *A intervenção humanitária em três quase-Estados africanos: Somália, Ruanda e Libéria*. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2003, p.70.

⁷² KAPUSCINSKI, Ryszard. *Ébano: Minha vida na África*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

⁷³ SILVA, Alexandre S. *A intervenção humanitária em três quase-Estados africanos: Somália, Ruanda e Libéria*. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2003, p. 69.

Já para a versão que aponta que as características de tutsis e hutus, enquanto grupos étnicos, foram criadas e desenvolvidas pelo poder colonial, não interessa o que estes eram anteriormente a colonização, “o que quer que a identidade hutu e tutsi tenha significado na situação pré-colonial não importa mais; os belgas haviam feito da ‘etnicidade’ o traço definidor da existência ruandesa”.⁷⁴ Esta divisão de uma etnicidade criada pelos belgas funcionaria de modo que ao dividir a sociedade ruandesa em dois grupos opostos, poderia dominá-la com uma maior facilidade – o tradicional dividir para dominar.

De qualquer modo para ambas as concepções, em 1959, quando ocorre a chamada *Revolução Hutu*, em que o poder monárquico é destituído de Ruanda, o modo de produção e reprodução da vida dos hutus e dos tutsis já estava consolidado da mesma maneira que se apresentaram no genocídio em 1994. Conforme aponta Alves (2005),

Nas narrativas tradicionais sobre o genocídio ruandês, “tutsis” e “hutus” já aparecem sua forma “acabada” no pós-revolução de 1959. A partir do estabelecimento do Estado ruandês independente e de suas respectivas instituições cessa toda a discussão socioconstrutiva. A partir daí, Tutsi e hutus não mudam mais, deixando de ser construídos enquanto tais categorias – e que dirá de se autoconstituírem. O processo é congelado (...), e a discussão passa a ser a “luta pelo poder”. A história é naturalizada, e a historicidade, extinta.⁷⁵

O fim do *se fazer histórico* da população ruandesa também pode ser visto como um fator sintomático do etnocentrismo dos analistas, já que ocorre aí uma periodização bastante significativa. De acordo com esta, a partir do momento em que ocorre a saída do agente histórico externo, a população ruandesa deixa de se fazer historicamente, passando para uma simples “*luta pelo poder*”.

Considerações finais

A partir das concepções acerca da história ruandesa, expostas no decorrer do artigo, podemos assegurar que este conjunto de visões que permeia a historiografia dominante acerca do evento estudado pode ser visto como essencialmente etnocêntricas. Esta característica é visível em cinco pontos distintos que normalmente permeiam as análises etnocêntricas:

⁷⁴ GOUREVITCH, Philip. *Gostariamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias*. São Paulo, Companhia das letras, 2006, p. 56.

⁷⁵ ALVES, Ana Cristina. *Contos sobre Ruanda: Uma análise crítica sobre o genocídio ruandês de 1994*. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2005, p. 73.

-“A ideia que os contatos com o Ocidente são o fundamento da historicidade das outras culturas”:⁷⁶ pudemos observar no decorrer do artigo que muitas vezes os eventos entendidos como determinantes para o processo histórico ruandês são aqueles causados pelo contato com o mundo ocidental. Assim como ocorre numa série de análises etnocêntricas acerca do desenvolvimento histórico africano, o evento posto como o início deste processo, é a Conferência de Berlim de 1885, ou seja, a história africana só começaria, ou sairia de uma antiga inércia, a partir do momento em que ocorreu uma enorme intervenção ocidental. Na análise acerca de Ruanda não foi diferente. A própria Conferência de Berlim e seu conseqüente processo colonial alemão e belga são postos como fundamentais para o genocídio, principalmente como um gestor das relações entre tutsis e hutus, seja esta relação previamente existente, ou nova. A saída dos agentes históricos externos também traz uma nova estagnação no se fazer histórico dos ruandeses, já que com a Revolução hutu de 1959 e a expulsão do poder colonial, as relações sociais já estão prontas para engendrar o genocídio.

- “A legitimação unilateral das ações ocidentais”⁷⁷: um ponto crucial dentro da análise do etnocentrismo é uma aceitação sem muitos questionamentos do agir histórico ocidental sobre outras sociedades. No caso da análise etnocêntrica do genocídio ruandês, ocorre um entendimento quase que natural do processo de avanço do cristianismo, assim como, um constante reforço de que a não intervenção da comunidade internacional foi uma das responsáveis pelo genocídio. Ao se reforçar constantemente a necessidade de uma intervenção externa, principalmente da ONU, deixa-se de lado a ação dos agentes sociais locais, o que está intimamente interligado com outro ponto etnocêntrico fundante das análises acerca do genocídio ruandês.

- A desvalorização dos agentes históricos locais: O processo histórico ruandês foi entendido muitas vezes sem valorizar os seus próprios agentes sociais. Ou seja, os acontecimentos históricos do país se davam devido à ação de agentes estrangeiros, ou até na não ação destes agentes – no caso de se entender o genocídio ruandês como sendo proveniente da não intervenção ocidental. Esta desvalorização, ou marginalização, dos agentes históricos ruandeses resultou numa série de estereótipos feitos pelo mundo ocidental, que trazem um entendimento ainda mais pobre de tal processo, colocando os ruandeses como pessoas bárbaras e selvagens, e definindo as tensões entre tutsis e hutus como algo proveniente de conflitos tribais. Os estereótipos postos na análise etnocêntrica

⁷⁶ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, Editora da Unicamp, 1990, p 138.

⁷⁷ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, Editora da Unicamp, 1990, p 138.

são oriundos de um profundo enraizamento do evolucionismo social e do processo civilizatório.

- Evolucionismo social e o processo civilizatório: a grande base do etnocentrismo está enraizada na concepção de um desenvolvimento unitário das sociedades humanas, todas estas percorreriam dentro de seu processo histórico numa mesma escala evolucionária social, passando por etapas pré-determinadas até atingir o seu ápice, o qual seria a civilização ocidental. Desta forma, as visões etnocêntricas ocidentais acabam por entender outras sociedades humanas a partir de seu próprio desenvolvimento histórico, o que leva a uma série de entendimentos rasos, classificando outras formas societárias como primitivas ou bárbaras, em contraposição à suposta civilidade e desenvolvimento ocidental. Assim, o genocídio ruandês é posto como uma mera atitude de uma população bárbara que vive num estado primitivo, ainda distante da civilização ocidental.

Todas as concepções acerca do genocídio ruandês, aqui apresentadas, não possibilitam um pleno entendimento deste complexo episódio da história recente, apesar de em alguns momentos ocorrerem críticas pertinentes ao fato, mas de qualquer modo não se atinge uma explicação profunda. Para se atingir este entendimento pleno dos acontecimentos de abril a julho de 1994 em Ruanda, é preciso entender a lógica cultural interna da população ruandesa, buscando suas representações, simbologias e práticas sociais indo além de um olhar ocidental. Mas sem esquecer o duro embate e tensão que o contato com o mundo ocidental causou. De qualquer modo, todo este choque só pode ser entendido a partir do sujeito histórico ruandês e não com bases ocidentais que levam a sua negação.

Bibliografia

1. ALVES, Ana Cristina. *Contos sobre Ruanda: Uma análise crítica sobre o genocídio ruandês de 1994*. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2005.
2. APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.
3. BARBOSA, Muryatan. *Eurocentrismo, História e História da África*, in: Sankofa Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Nº 1 jun./2008
4. BENJAMIN, Walter. "Sobre o conceito da História". In: *Magia, Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

5. BERKELEY, Bill. *The graves are not yet full: Race, tribe and power in the heart of África*. New York, Basic book, 2001
6. BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001.
7. BRUNSCHWIG, Henri. *A partilha da África negra*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1974.
8. CLAY, Daniel. KAMPAYANA, Theobald. KAYITSINGA, Jean. *Inequality and the emergence of Non-farm employment in Rwanda*, Michigan, 1990.
9. CLAY, Daniel. LEWIS, Laurence. *Land use, soil loss and sustainable agriculture in Rwanda*. New York, Plenum Press, 1996.
10. COSTA, Emilia Viotti da. *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
11. EVERAERTS, E. Monographie Agricole du Ruanda-Urundi, Bruxelas, Direction de l'Agriculture et de l'évage, 1947.
12. FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas as independências, séc XVIII a XX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
13. GOUREVITCH, Philip. *Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias*. São Paulo, Companhia das letras, 2006.
14. HATZFELD, Jean. *Uma temporada de facões: relatos do genocídio em Ruanda*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.
15. _____. *Na nudez da Vida: relatos dos pântanos de Ruanda*. Lisboa, Caminho, 2002.
16. HOCHSCHILD, Adam. *O fantasma do Rei Leopoldo: uma história de cobiça terror e heroísmo na África colonial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
17. KAPUSCINSKI, Ryszard. *Ébano: Minha vida na África*. São Paulo, Companhia das letras, 2002.
18. KEATING, Vincent. *Ethnicity and the Rwandan Genocide*, 2005
19. LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, Editora da Unicamp, 1990
20. LEITE, Leila. *A África na sala de aula: vista a história contemporânea*. São Paulo, Selo Negro Edições, 2005.
21. LEURQUIN, Philip. *Le Niveau de Vie des populations rurales de Ruanda-Urundi*. Lovain, 1960.
22. MANDANI, Mahmood. *When victims become killers: colonialism, nativism and the genocide in Rwanda*, Princeton, Princeton University Press, 2002.
23. NEWBURY, Catharine. *Ethnicity and the politics of history in Rwanda*. África Today, n 44, v. 2, 1997.
24. OLIVEIRA, Roberto. *Etnia e Identidade*. São Paulo, Pioneira, 1976
25. RICART, Maria del Carmen. *Ruanda, un camino de esperanza: Primeros tiempos de la evangelización de Ruanda*, Valencia, Edicep, 1998.
26. RUCYAHANA, John. *The bishop of Rwanda*. Nashville, Thomas Nelson, 2006

27. SAID, Edward. *Orientalismo: oriente como invenção do ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
28. SILVA, Alexandre S. *A intervenção humanitária em três quase-Estados africanos: Somália, Ruanda e Libéria*. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2003.
29. SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*, São Paulo, Nova fronteira, 2005.
30. SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
31. STRAUS, Scott. *The order of the genocide: race, power, and war in Rwanda*, Ithaca, Cornell University Press, 2006
32. TAKEUSHI, S. MARARA, J. *Conflict and Land tenure in Rwanda*. Tokyo, Jica Research, 2009, p. 8.
33. TARDIF-DOUGLIN, David, NGIRUMWAMI, Jean-Léonard, SHAFFER, Jim, MUREKEZI, Anastase, KAMPAYANA, Théobald. *Finding the balance between agricultural and trade policy: Rwanda coffee policy in flux*. Michigan, MSU International development, Working Paper No. 59, 1996.
34. THOMPSON, Edward. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
35. _____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
36. VERWIMP, Philip. *Development Ideology, the Peasantry and genocide: Rwanda represented in Habyarimana's speeches*. Yale, GSP Working Paper No. 13, 1998.
37. WESSELING, H. L. *Dividir para dominar: A partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro, Ed da UFRJ, 1998.
38. WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

ARTIGO RECEBIDO EM: 30/05/2011

ACEITO PARA PUBLICAÇÃO EM: 22/06/2011

Representações e Respostas: Táticas no Combate ao Imaginário Racialista no Brasil e nos Estados Unidos na virada do século XIX

Sabrina Gledhill⁷⁸

Resumo

Este artigo visa mostrar como Manuel R. Querino e Booker T. Washington usaram por meios diferentes a iconografia do negro para enfrentar os discursos sobre raça e identidade nacional construídos pelas ideologias fundamentadas no racialismo, que também produziram registros visuais, como as imagens somatológicas encomendadas no Brasil e nos Estados Unidos por Louis Agassiz.

Palavras-chave: Manuel R. Querino, Booker T. Washington, iconografia

Abstract

This article aims to show how, each in their own way, Manuel R. Querino and Booker T. Washington used images of black people to confront the discourses on race and national identity constructed by ideologies based on racialism, which also produced visual records such as the somatological pictures commissioned in Brazil and the United States by Louis Agassiz.

Key-words: Manuel R. Querino, Booker T. Washington, imagery

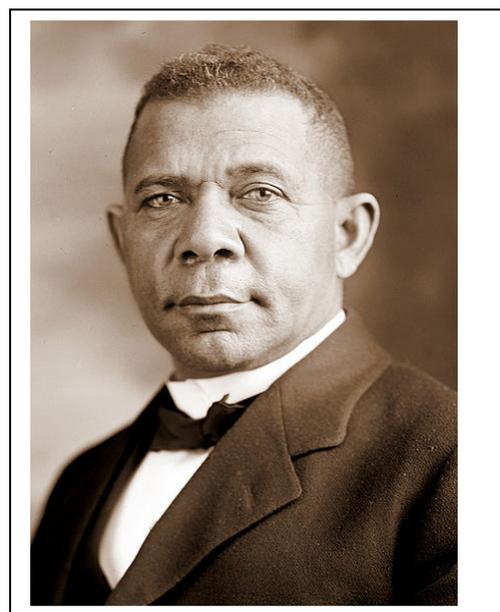
Apresentação

Reagindo a tentativas de utilizar a imagem do negro, representado em fotografias antropométricas ou somatológicas, para justificar a ideologia cientificista da suposta superioridade do branco, afrodescendentes nos Estados Unidos e no Brasil se insurgiram com outro tipo de imagem: do negro vestindo terno e gravata ou fardado, sozinho ou em família, sofisticado, culto, inteligente, participando de atividades educativas, cívicas e até nacionalistas para demonstrar seu patriotismo. Em alguns casos, como os do educador, autor e líder negro norte-americano Booker T. Washington (1856?-1915) e do educador, pesquisador, escritor e militante negro brasileiro Manuel R. Querino (1851-1923), negros eminentes produziam e divulgavam retratos deles mesmos, bem-vestidos, com poses e olhares que refletiam um ar de segurança e autoridade (ver Figs. 1 e 2). Segundo Turazzi, “Na Exposição Universal de Paris de 1878 [...] Aymar-Bression elogiava o fotógrafo que sabia produzir a pose mais vantajosa de seus modelos, um ‘verdadeiro talento’, em sua opinião”⁷⁹. Algumas destas imagens são assinadas, seguindo o estilo em voga, mas sem dúvida para enfatizar que também eram letrados numa época em que poucos negros eram sequer alfabetizados.⁸⁰

⁷⁸ Doutoranda em Estudos Étnicos e Africanos, Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (CEAO/UFBA). E-mail: sabrina.gledhill@gmail.com Orientador: Prof. Dr. Jeferson Bacelar. Agradeço as contribuições adicionais de Prof. Dr. Cláudio Pereira, Prof. Dr. Marcelo Cunha e Prof. Dr. João José Reis.

⁷⁹ TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos, a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839-1889)*. Rio de Janeiro: Funarte/Rocco, 1995, p. 14. A autora também observa que a maneira de se vestir do “modelo” e os objetos que o acompanhavam na foto, “eram capazes de definir, ou pelo menos produzir momentaneamente, a ilusão de um espírito aventureiro, uma vocação intelectual ou filosófica, glórias e poder” (Ibidem).

⁸⁰ Nos Estados Unidos, os líderes afro-americanos Frederick Douglass e W.E.B. Du Bois também são exemplos desta prática.

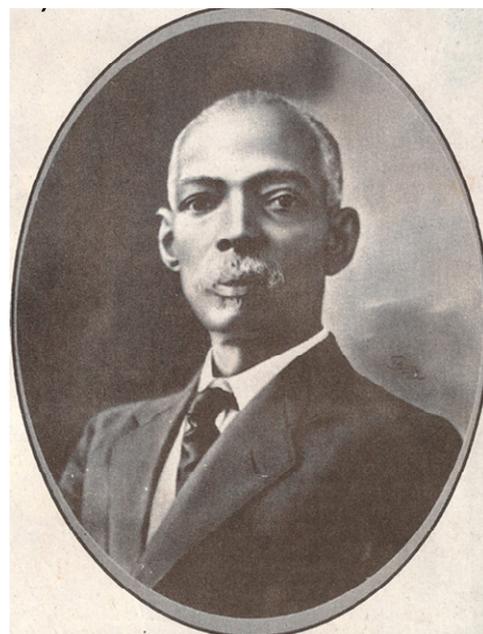


Figs 1 e 2 – Booker T. Washington em 1901 (Retrato e detalhe). Fonte: Wikipedia

As poucas fotografias que temos de Manuel Querino (em torno de 4) sempre mostram-no com uma expressão grave e uma pose séria ou até altiva (ver Figs. 3 e 4). Diferente de alguns afrodescendentes famosos, como Machado de Assis, Querino nada fez para “branquear” sua imagem. Pelo contrário, fez questão de mostrar que ele e muitos ilustres brasileiros eram “homens de cor preta”⁸¹. Por exemplo, as pranchas que ilustram a segunda edição de *Artistas Babianos* (1911) incluem apenas dois retratos – uma gravura do autor (baseada na fotografia que aparece na Fig. 3) e um desenho retratando o poeta, historiador e militar Ladislau da Silva Titára (1801-1861), autor da letra do Hino 2 de Julho quando alferes do Corpo de Estado-Maior do Exército e veterano da Independência. Titára aparece fardado, ostentando quatro medalhas no peito, encimando a medalhão da Ordem da Rosa.⁸² Também fica evidente sua ascendência africana (ver Fig. 5).

⁸¹ QUERINO, Manuel. “Os homens de cor preta na História.” Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Salvador, 48, 353-363, 1923.

⁸² Ladislau da Silva Titára foi cavaleiro da Ordem do Cruzeiro e oficial da Ordem da Rosa. No livro *Artistas Babianos*, Querino dedica apenas uma nota de rodapé ao poeta, portanto fica ainda mais intrigante a escolha de justamente esse retrato para ilustrar o livro (QUERINO, Manuel. *Artistas Babianos (indicações biográficas)*. 2ª edição melhorada e cuidadosamente revista. Salvador: Oficinas da Empresa “A BAHIA”, 1911, p. 166, Nota 1).



Figs 3 e 4 – Fotografias de Manuel R. Querino



Fig 5 – Ladislau dos Santos Titára

Outro afro-brasileiro que utilizava esta tática foi Francisco Dias Coelho, o “coronel negro de Chapada Diamantina”. Segundo Moiseis de Oliveira Sampaio:

Nas fotografias, as imagens apresentadas eram diferenciadas a depender da camada social à qual eram dirigidas. Para os mais pobres, eram distribuídas fotografias envergando a farda da Guarda Nacional, assentado na cadeira que se assemelhava a um trono, com o semblante tranqüilo e imponente.[...] Para a elite, a fotografia era outra. Ele aparece com um terno, aparentemente bem ajustado com uma gravata alinhada, também demonstrando tranqüilidade com um semblante mais grave e solene, mas, em nada lembra a fotografia da farda, exceto o personagem fotografado. Para o destinatário desta foto, a imagem transmitia que o personagem retratado era um dos seus, também culto e rico, embora a fotografia não negasse a sua cor⁸³.

Nisto, o Coronel Dias Coelho pode também ser comparado com Booker T. Washington, quem sempre dirigia as incontáveis imagens de sua pessoa (retratos de ateliê, imagens foto-jornalísticas, gravuras etc.) para o consumo de dois públicos – os brancos e os negros. Ele conhecia muito bem o gosto vitoriano dos filantropos brancos com os quais lidava e, para eles, procurava projetar uma imagem de um intelectual de sensibilidade e bom gosto; para o público negro, projetava um ar de poder e autoridade.⁸⁴

Os retratos de Washington, Querino e outros podem ser comparados com as fotografias que Mathew Brady tirou de ex-presidentes, militares e intelectuais norte-americanos,⁸⁵ imagens de homens brancos e portanto “implicitamente racializadas” num período de “tensões raciais exacerbadas, a continuação do debate sobre a suposta questão do negro, segregação Jim Crow, a negação da cidadania do africano americano e o aumento dos linchamentos”⁸⁶. Enfrentavam o dilema expresso por W.E.B. Du Bois nesta famosa observação:

É um sentimento particular, esta dupla consciência, esta sensação de sempre olhar para o seu eu através dos olhos dos outros, de medir a sua alma com a régua de um mundo que o observa com divertido desprezo e piedade. Sua dualidade é constantemente sentida – um americano, um negro; duas almas, dois pensamentos, dois esforços inconciliáveis; dois ideais em guerra em um só corpo escuro, cuja força tenaz apenas é o que o impede de se dilacerar⁸⁷.

⁸³ SAMPAIO, Moiseis de Oliveira. O coronel negro: Coronelismo e poder no norte da Chapada Diamantina. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local), UNEB, Salvador, 2009, p. 78.

⁸⁴ BIEZE, Michael. *Booker T. Washington and the Art of Self-Representation*. Nova York: Peter Lang, 2008, p. 51-52. Sendo “o negro mais famoso do mundo” de sua época (BIEZE, 2008, p. 6), também havia imagens que Washington não podia controlar, como as caricaturas e charges publicadas nos jornais e nas revistas.

⁸⁵ Ver TRACHTENBERG, Alan. *Reading American Photographs: Images as History, Mathew Brady to Walker Evans*. Nova York: Hill and Wang, 1990, p. 45 et. seq.

⁸⁶ SMITH, Shawn Michelle. “Photographing the ‘American Negro’: Nation, Race and Photography at the Paris Exposition of 1900”, In BLOOM, Lisa (ed.), *With Other Eyes: Looking at Race and Gender in Visual Culture*. Minneapolis e Londres: University of Minnesota Press, 1999, p. 58-87. P. 64-65.

⁸⁷ DU BOIS, W.E.B. *The Souls of Black Folk*. Nova York: Barnes & Noble, 2003, p. 9, grifo nosso. W.E.B. Du Bois (1868/1963) foi sociólogo, historiador, pan-africanista, editor, autor, militante afro-americano e sócio-fundador da Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor - NAACP.

Em graus diferentes, os retratos de negros livres e escravizados que enfatizavam sua “condição de pessoa” contradiziam os registros visuais que acompanharam os discursos sobre raça e identidade nacional construídos pelas ideologias fundamentadas no “racismo científico” ou cientificismo.

“Ser visto” v. “Dar-se a ver”

Referindo-se ao uso que se faz das imagens do fotografado, Roland Barthes reclama que: “os outros – o Outro – desapropriam-me de mim mesmo, fazem de mim, com ferocidade, um objeto, mantêm-me à mercê, à disposição, arrumado em um fichário, preparado para todas as trucagens sutis[...]”⁸⁸. O crítico literário, semiólogo e filósofo francês não poderia ter colocado melhor a posição do negro escravizado, submetido a fotografias antropométricas, somatológicas ou até simples registros do “exótico”. Num ensaio sobre as fotografias de escravos brasileiros tiradas no século XIX por Christiano Jr., Manuela Carneiro da Cunha faz a seguinte observação:

Num retrato, pode-se ser visto e pode-se dar a ver, alternativas que estão francamente ligadas à relação do retratado com o retratante. Quem encomenda uma fotografia mostra-se, dá-se a conhecer, esparrama-se pelo papel, a si e a seus atributos e propriedades, como gostaria de ser visto, como se vê a si mesmo no espelho. É o sujeito do retrato. [...] o escravo é visto, não se dá a ver. É visto sob formas que o despersonalizam de duas maneiras, mostrando-o seja como um tipo, seja como uma função⁸⁹.

Através de uma pesquisa bibliográfica e iconográfica, podemos determinar que esta realidade antecede à fotografia. Por exemplo, retratos a óleo, desenhos e gravuras de negros livres foram utilizados por abolicionistas britânicos no século XVIII para demonstrar sua capacidade de “europeização” e inclusão na sociedade inglesa, como nos casos de Ignatius Sancho – retratado em 1768 pelo renomado artista plástico inglês Thomas Gainsborough – e Olaudah Equiano, entre outros⁹⁰. Mesmo que estejam sendo utilizados como “garotos propaganda” pelo movimento que reivindicava a extinção da escravidão, fica evidente nas expressões, poses e vestimentas elegantes dos retratados que realmente estão “dando-se a ver”. Em nada lembram os olhares vazios e as expressões sofridas dos negros escravizados, que futuramente seriam fotografados para fins “científicos”.

Quando a fotografia se popularizou na segunda metade século XIX, apareceram duas vertentes da representação do ser humano – retratos privados e

⁸⁸ BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 29.

⁸⁹ CUNHA, Manuela Carneiro da. “Olhar Escravo, Ser Olhado”, In AZEVEDO, Paulo Cesar de, e LISSOVSKY, Mauricio (Orgs.). *Escravos brasileiros do século XIX na fotografia de Christiano Jr.* São Paulo: Ex Libris, 1988, p. xxiii.

⁹⁰ KING, Reyahn et alii. *Ignatius Sancho: An African Man of Letters*. Londres: National Portrait Gallery, 1997.

fotografias de “tipos”. A primeira representava pessoas e outra, personagens, representantes de uma classe subalterna ou marginalizada, que poderia incluir doentes mentais, marginais ou escravos.

O uso de cartes-de-visite, seguidos por cartes-cabinet, no século XIX popularizou o costume de encomendar retratos de indivíduos e famílias, inclusive para marcar ritos de passagem como nascimentos, formaturas e enterros. Estas imagens foram produzidas aos milhões em estúdios fotográficos no mundo inteiro⁹¹. Segundo o historiador da Arte Brian Wallis: “Em geral, o objetivo do retrato fotográfico do século XIX era afirmar ou sublinhar o direito do indivíduo branco de classe média à condição de pessoa (‘personhood’)”⁹². Cunha observa que “a fotografia do senhor” era “singularizante”, tornando-se “literalmente, como se dizia à época, um ‘cartão de visita’. É uma imagem de si que se exige ao fotógrafo. A série que produz é um conjunto de idênticos para serem oferecidos a pares”⁹³.

De outro lado, as imagens de escravos e negros libertos ou livres e fotografias de “tipos” são geralmente anônimas. Segundo Cunha:

Não é o rosto único do retratado que se busca no “tipo”, mas a generalidade que permite reconhecê-lo como um “negro mina,” “gabão”, “cabinda”, “crioulo”. Enquanto tipo, ele está ali como sinal de uma categoria que o subsume, outra coisa que não ele, maior do que ele, e na qual sua especificidade (por mais que seu rosto, único, seja indelével no retrato) se torna irrelevante. Menor que o personagem, ao contrário, é a função. A vendedora de frutas, o carregador, o barbeiro tampouco são pessoas [...]”⁹⁴.

Nas imagens de escravos tiradas no Brasil, todos estão descalços, como “sinal de escravidão” (ver Fig. 6)⁹⁵. Alguns estão parcialmente vestidos ou despídos, desumanizados e retratados com a intenção de comprovar a suposta superioridade da “raça branca”. Como Cunha observa:

A fotografia do escravo, que não o individualiza, que o vê de fora, não lhe é destinada nem a seus pares: é vendida ‘ao viajante ou a quem se retira para a Europa’, fixa uma imagem do Brasil para uso no exterior. Por isso a série significativa é o conjunto das fotografias que evocam tipos humanos e ofícios. Se o retrato do senhor é uma forma de cartão de visita, o retrato do escravo é uma forma de cartão postal: um quer descrever a pessoa, digna e singular, outro descreve o personagem, pitoresco e genérico⁹⁶.

⁹¹ BECKER, William B. “Cabinet Cards”, In HANNAVY, John (ed.), *Encyclopedia of Nineteenth-Century Photography*, vol. 1, p. 233-234. Nova York: Routledge, 2008. P. 233-234.

⁹² WALLIS, Brian. “Black Bodies, White Science: Louis Agassiz’s Slave Daguerreotypes”, In *American Art*, vol. 9, no. 2 (Summer 1995), p. 39-61. P. 55.

⁹³ Cunha, “Olhar Escravo, Ser Olhado”, 1988, p. xxiv.

⁹⁴ Cunha, 1988, p. xxiii.

⁹⁵ Cunha, 1988, p. xxiii.

⁹⁶ Cunha, 1988, p. xxiv.



Fig 6 – Fotografia de um escravo anônimo da autoria de Christiano Jr.

Outra maneira de “ver de fora” e transformar o sujeito retratado em um objeto que “é visto”, foi a fotografia antropométrica, uma metodologia idealizada pelo antropólogo inglês Francis Galton, o “pai da eugenia” e primo de Charles Darwin. No século XIX, estas fotografias eram usadas para “mapear” os corpos de “marginais” nas

prisões, assim como nas análises científicas de gênero e raça. Galton criou duas metodologias para registrar supostos índices físicos de divergências biológicas fundamentais: retratos compostos e um sistema padronizado de fotografia familiar⁹⁷. Tentou identificar uma relação entre as feições físicas dos retratados que pudesse levar a um diagnóstico de doenças e até tendências criminosas. No final da vida, depois de muitas experiências, teve que admitir a impossibilidade de obter estes “tipos” na prática.

Para os cientificistas norte-americanos, o conceito do “*American Negro*” seria uma contradição, uma vez que a nacionalidade estadunidense era vista como uma denominação exclusivamente branca e anglo-saxônica. Assim como o Conde de Gobineau e Nina Rodrigues afirmavam a inferioridade dos mestiços brasileiros,⁹⁸ Galton acreditava que a miscigenação nos Estados Unidos resultaria numa descendência “tragicamente enfraquecida” e serviria para diluir e enfraquecer o “caráter nacional”. A teoria da eugenia de Galton forneceu a base científica da hierarquia racializada do “Outro” dispostas nas exposições universais na virada do século XIX⁹⁹.

Segundo Mirzoeff, “O corpo perfeito na cultura Ocidental foi sustentado e tornou-se imaginável através do corpo imperfeito do Outro racializado”¹⁰⁰. Na sua análise de fotografias de negros tiradas no Congo Belga pelo zoólogo alemão Herbert Lang no início do século XX, o autor observa que, para gerações de racialistas,

o impulso divino na direção da perfeição era tão marcado pela inferioridade do corpo Africano como pela perfeição do branco. Essa profunda diferença interna era necessária para marcar a superioridade do branco e convencer o europeu que o Outro não fazia parte do Eu, que o colonizador era radicalmente diferente de – e superior a – o colonizado¹⁰¹.

A fotografia somatológica de escravos e libertos tidos como “tipos” e “representantes” de “tribos” africanas foi introduzida e aperfeiçoada nos Estados Unidos e no Brasil pelo zoólogo e geólogo naturalizado norte-americano Jean Louis Rodolphe Agassiz. Nascido na Suíça, Agassiz foi escolhido por Karl Friedrich Philipp von Martius para continuar as investigações Johann Baptist von Spix sobre os peixes brasileiros de água doce quando este faleceu em 1826. Agassiz também liderou a expedição Thayer para o Brasil entre 1865 e 1866, junto com sua esposa, a educadora norte-americana Elizabeth Cabot Cary Agassiz, e contratou os fotógrafos Georges Leuzinger e Augusto Stahl para

⁹⁷ SMITH, 1999, “Photographing the ‘American Negro’”, p. 62.

⁹⁸ Ver RODRIGUES, Raimundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Bahia: Imprensa Popular, 1894, esp. cap. VI.

⁹⁹ SMITH, 1999, p. 60.

¹⁰⁰ MIRZOEFF, Nicholas. *Bodyscape: Art, modernity and the ideal figure*. Londres e Nova York: Routledge, 1995, p. 135.

¹⁰¹ MIRZOEFF, 1995, p. 136.

ilustrar o livro que escreveu sobre suas pesquisas neste país, em colaboração com sua esposa. Entretanto, o projeto de Agassiz de fotografar “tipos” africanos teve origem cerca de quinze anos antes, nos Estados Unidos.

A idéia de representar “tipos humanos” não foi originalmente de Agassiz, mas ele foi um dos pioneiros nesta área quando mandou fotografar escravos numa *plantation* do estado da Carolina do Sul. Segundo Wallis¹⁰², a idéia pode ter surgido em 1846, quando Agassiz conheceu Samuel George Morton, um dos líderes da escola norte-americana de poligenia e colecionador de seis centenas de caveiras de índios norte-americanos¹⁰³. Na ocasião, Morton presenteou o naturalista com um daguerreótipo de um jovem africano que tinha exposto na Academia de Ciências Naturais da Filadélfia¹⁰⁴.

O que sabemos é que Agassiz iniciou o projeto durante visita a uma “plantation” nas vizinhanças da cidade de Columbia. A importação legal de africanos foi proibida nos Estados Unidos em 1808, mas segundo o colega que sugeriu esta visita, Dr. Robert W. Gibbes, Agassiz ficou muito animado quando encontrou “Negros *Ebo, Foullah, Gullah, Guinea, Coromantee, Mandrigo e Congo*” em números suficientes para “deixá-lo satisfeito que eram diferentes das outras raças” (Ibidem, p. 45). A pedido de Agassiz, Gibbes mandou vários dos sujeitos escravizados ao ateliê de Joseph T. Zealy para serem fotografados. Um dos resultados pode ser visto na Figura 7. Estas imagens foram exibidas na Exposição Internacional Colombiana de 1893, realizada na cidade de Chicago para comemorar a descoberta da América¹⁰⁵, evento no qual a participação oficial dos negros norte-americanos foi excluída.¹⁰⁶

¹⁰² WALLIS, Brian. “Black Bodies, White Science: Louis Agassiz’s Slave Daguerreotypes”, In *American Art*, vol. 9, no. 2 (Summer 1995), p. 39-61. P. 45.

¹⁰³ GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 40-41.

¹⁰⁴ WALLIS, 1995, p. 45.

¹⁰⁵ TURAZZI, *Poses e trejeitos*, 1995, p. 241.

¹⁰⁶ Apenas reservaram um dia para os negros – “Colored People’s Day” no dia 25 de agosto de 1893 – quando o abolicionista e ex-escravo Frederick Douglass enfrentou humilhações para proferir o último discurso de sua vida (WESTERBECK, Colin L. “Frederick Douglass Chooses His Moment”. *Museum Studies*. The Art Institute of Chicago, 2000. Disponível em <<http://www.artic.edu/webspaces/museumstudies/ms242/westerbeck1.shtml>> Acessado em 28 de Agosto 2009, p. 147).

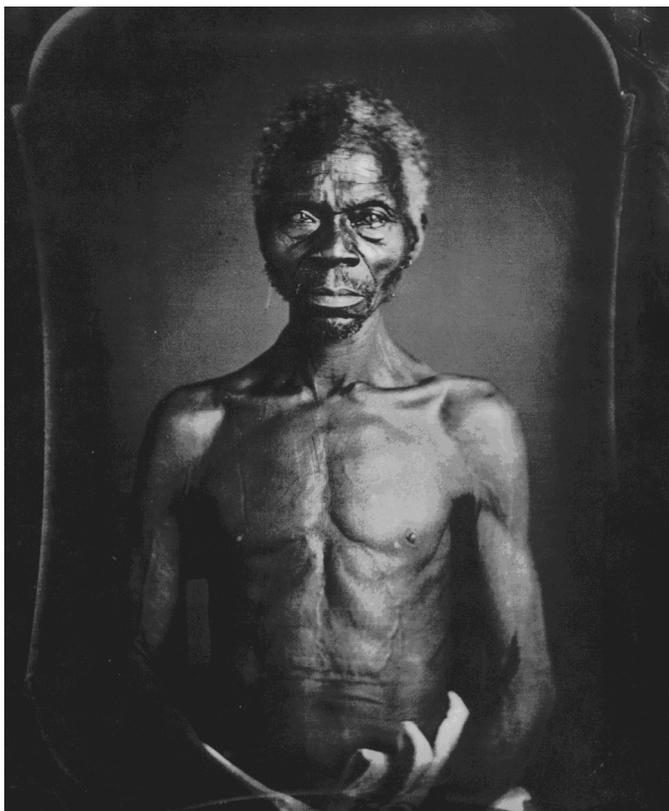


Fig. 7

“Renty,” Congo.

Plantation of B. F. Taylor, Esq." Daguerreótipo
J. T. Zealy, Columbia, S.C., March
1850. Peabody Museum, Harvard
University

Fonte: WALLIS 1995, p. 39

Segundo Trachtenberg, as imagens de escravos africanos produzidas por Zealy “Figuram entre os retratos daguerreótipos mais extraordinários feitos nos Estados Unidos” e refletem o “poder absoluto do senhor sobre o escravo”. Também podem ter servido para “atizar as paixões abolicionistas”¹⁰⁷. Desde os primeiros tempos da técnica da daguerreotopia:

O olhar era primordial, e o que fazer com os olhos, o problema principal. Para evitar a expressão vazia ou triste e carrancuda do olhar direto, frontal, perante a câmera, o francês Lerebours aconselhava que os fotógrafos fizessem com que seus modelos olhassem ‘vagamente para um objeto distante’[...]. Os modelos eram incentivados e persuadidos a usar sua força de vontade para obter a expressão desejada – enfim, um papel e uma máscara que estivessem de acordo com sua auto-imagem¹⁰⁸.

Despidos dessa máscara, “o olhar dos africanos escravizados só pode revelar as profundezas do seu ser, porque, sendo escravos nus, não são permitidos uma *persona social*”¹⁰⁹.

¹⁰⁷ TRACHTENBERG, Alan. *Reading American Photographs*, 1990, p. 53-54.

¹⁰⁸ TRACHTENBERG, 1990, p. 26.

¹⁰⁹ TRACHTENBERG, 1990, p. 56.

Brian Wallis observa que os daguerreótipos de escravos que Agassiz encomendou e exibiu na Exposição Colombiana:

[...] tiveram dois objetivos, um nominativamente científico e outro explicitamente político. Foram criados para analisar as diferenças físicas entre os brancos europeus e os negros africanos, mas ao mesmo tempo, tiveram a intenção de comprovar a superioridade da raça branca. Agassiz esperava utilizar estas imagens para comprovar sua teoria da ‘criação separada’ – a idéia que as várias raças da humanidade seriam, de fato, espécies distintas¹¹⁰.

O comentário de George Ermakoff sobre as fotografias tiradas pela Expedição Thayer no Brasil reforça esta observação:

[...] as fotografias antropométricas tinham o objetivo de apoiar estudos científicos comparativos sobre a raça humana. Acreditava-se, então, que a observação sobre eventuais diferenças físicas entre as diversas raças poderia comprovar cientificamente teorias sobre superioridade racial – hoje consideradas preconceituosas. Foi posteriormente comprovado que fotografias antropométricas feitas com esta intenção não tiveram nenhum valor científico relevante¹¹¹.

Os produtos fotográficos da Expedição que hoje se encontram no Peabody Museum of Anthropology and Ethnology, da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos também incluem fotografias antropométricas de africanos e afrodescendentes que refletem o racismo científico de Agassiz e retratam os sujeitos de uma maneira subumana e degradante.¹¹² Agassiz utilizava a fotografia somatológica para reiterar uma hipótese – a suposta “inferioridade do negro” – que, para ele, já estava mais que comprovada. Quanto aos negros “vistos” nas fotos, nas palavras de um descendente de um “rei africano escravo”: “a humilhação fica presente como cicatriz, sempre a abrir em ferida”¹¹³.

¹¹⁰ WALLIS, “Black Bodies, White Science”, 1995, p. 40.

¹¹¹ ERMAKOFF, George. *O negro na fotografia brasileira do século XIX*. Rio de Janeiro: George Ermakoff Casa Editorial, 2004, p. 251.

¹¹² Num trabalho recente, a historiadora brasileira Maria Helena Machado e a artista plástica suíça Sasha Huber se debruçaram sobre as fotografias encomendadas por Agassiz para analisar “tipos” raciais, inclusive “raças mistas” (MACHADO, Maria Helena, e HUBER, Sasha. *(Traces of Louis Agassiz: Photography, Body and Science, Yesterday and Today)/Rastros e Raças de Louis Agassiz: Fotografia, Corpo e Ciência, Ontem e Hoje*. Publicado na ocasião da 29ª Bienal de São Paulo. São Paulo: Capacete Entretenimentos, 2010). Huber aparece numa foto intitulada “Triptico somatológico de Sasha Huber. Furnas de Agassiz, Floresta da Tijuca, Rio de Janeiro, 2010” (MACHADO e HUBER 2010, p 124-125 e 135), a qual, produzida com a evidente intenção de protestar contra as imagens “científicas” que mostram o “objeto” despido, de costas, de lado e de frente na mesma foto, também serve para mostrar a diferença marcante entre esta foto-protesto e as imagens encomendadas por Agassiz. Nesta imagem, a artista plástica “se dá a ver”.

¹¹³ COUVE, Antenor Boaventura. Narrativa de um Descendente de um rei africano escravo na Bahia, publicada na revista Almanaque Do Mensageiro da Fé, Ano 1964. pág. 96/99 – Salvador/BA. Disponível em: <<http://bahiatextos.blogspot.com/2010/05/meu-avo-rei-ossurumis.html>> Acesso em: 13.01.11.

Exposições (quase) universais

Como sabemos, muitas imagens de negros – vistos como sujeitos e objetos – foram exibidas nas exposições universais que se popularizaram no século XIX. Na grande maioria destes eventos, o negro aparecia apenas para “ser visto”, ou em fotografias ou em “zoológicos humanos”¹¹⁴. Segundo Turazzi, nessas exposições, “A imagem do negro – quando presente – havia estado de modo geral dissociada da escravidão e, em muitos casos, francamente impregnada por um europocêntrico interesse etnográfico pelas raças consideradas inferiores”¹¹⁵.

Depois da experiência humilhante da Exposição Internacional Colombiana de 1893, W.E.B. Du Bois e Booker T. Washington, entre outros, trataram de organizar a famosa exposição sobre o negro norte-americano conhecida como a *Exposé Nègre* ou “American Negro Exhibit” na Exposição Universal de Paris de 1900. W.E.B. Du Bois, que participou com álbuns de fotografias de negros de várias cores intitulados “A vida do negro na Geórgia”, observou que esta exposição foi “planejada e realizada por negros e colecionada e instalada sob a direção de um comissário especial negro, o Sr. Thomas J. Calloway”¹¹⁶. Entre os vários álbuns expostos na *Exposé Nègre*, a série de imagens produzidas por Frances Benjamin Johnston, uma fotógrafa branca norte-americana, retratando os estudantes do Instituto Hamilton (ver, por exemplo, Fig. 8), representa novas estratégias visuais que visavam a representação explicitamente racializada de um aspecto da nacionalidade norte-americana e confrontavam o determinismo biológico que reforçava o racismo científico de Galton. As fotografias de Johnston criaram outra imagem do “caráter norte-americano”¹¹⁷.

Segundo Smith, essas imagens dialogam com, e contradizem, outras fotografias num contexto histórico caracterizado pela sua fluidez e mutabilidade. Smith observa que: “a cultura virtual não é um mero reflexo de uma comunidade imaginada, mas um dos sítios onde as narrativas de inclusão são produzidas e propulsionadas” e sugere que, muito mais que uma simples referência para imagens fotográficas, a nação seria um produto dessas imagens. Essas fotografias teriam iniciado “uma nova estratégia visual para a representação de raça e caráter nacional na virada do século”¹¹⁸.

¹¹⁴ BLANCHARD, Pascal et alii (eds.) *Human Zoos : Science and Spectacle in the Age of Colonial Empires*, traduzido por Teresa Bridgeman. Liverpool: Liverpool University Press, 2008.

¹¹⁵ TURAZZI, *Poses e trejeitos*, 1995, p. 151.

¹¹⁶ SMITH “Photographing the ‘American Negro’”, 1999, p. 59

¹¹⁷ SMITH, “Photographing the ‘American Negro’”, 1999, p. 59.

¹¹⁸ SMITH, 1999, p. 59.

Fig. 8



Aula de Química

Chemistry classroom at Hampton Institute - African American male and female students, one Indian

Na análise de Smith, o interesse preeminente da *Exposé Nègre* seria estabelecer o lugar do “Negro” (em inglês) nos Estados Unidos através da análise dos códigos visuais utilizados na fotografia da virada do século XIX. A “American Negro Exhibit” em Paris marcou o início de uma “nova era na história da representação racial”. Por representar os negros norte-americanos como integrantes plenos da civilização ocidental, esta exposição se diferenciava das representações do negro vistas em outros eventos antes e depois, que reproduziam aldeias africanas com figurantes nem sempre africanos e serviam para reforçar a idéia de superioridade que os europeus tinham em relação aos “selvagens negros”. Além de fotografias, a exposição utilizou mapas, gráficos, maquetes, descrições minuciosas dos esforços feitos para instruir o negro norte-americano e centenas de obras literárias produzidas por autores negros para demonstrar os avanços realizados pelo negro, medidos pelos critérios da cultura ocidental e branca. Instalada no Palácio de Economia Social, a *Exposé Nègre* tanto impressionou o público e os jurados que

ganhou um Grande Prêmio da Exposição Universal de Paris. De outro lado, segundo Smith, a exposição foi apresentada no contexto de “soluções aos problemas nacionais” dos Estados Unidos – neste caso, representava uma suposta solução ao “problema do negro”. Portanto, ficava “confinada dentro do sistema de vigilância social dominado pelo branco”¹¹⁹.

Segundo algumas fontes,¹²⁰ as fotos do Instituto Hampton apresentadas na exposição em Paris foram encomendadas por Booker T. Washington, mas segundo Smith, Johnston produziu as imagens a convite do segundo reitor desta instituição, Hollis Gurke Frissel¹²¹. De qualquer modo, Johnston também fotografou o Instituto Tuskegee, do qual Washington era fundador e reitor, em 1902.¹²² Esta série, que inclui retratos de Washington (Fig. 9), o Conselho Executivo e as instalações, representa os alunos desta instituição da mesma maneira que os do Instituto Hampton foram retratados para a exposição de 1900 – bem-vestidos, sérios e patrióticos, nunca olhando para a câmera, fazendo parte de outro mundo, distante do observador, mas refletindo valores europeus de civilização.¹²³ Principalmente, essas fotografias contradizem qualquer imagem do negro como “preguiçoso”, “selvagem”, “desinteligente” ou – muito importante para Washington – “perigoso”, principalmente para os brancos. O perigo para os negros, segundo Smith, residia no fato que estas imagens também poderiam sustentar a hipótese que o sistema da segregação de raças “separadas mas iguais” estava funcionando a contento nos Estados Unidos.¹²⁴

¹¹⁹ SMITH, 1999, p. 58 e 60.

¹²⁰ MAXELL, Anne. “Montrer l’Autre: Franz Boas et les soeurs Gerhard”, In BANCEL, Nicolas, et ali, *Zoos humains. De la Vénus hottentote aux reality shows*. Paris: La Découverte, 2002. p. 331-339. Conhecendo a grande influência exercida por Booker T. Washington na sua *alma mater*, é muito provável que ele tenha sido a “eminência parda” por trás das fotografias produzidas para a Exposição de 1900.

¹²¹ SMITH, “Photographing the ‘American Negro’”, 1999, p. 65.

¹²² Washington posou para, e contratou vários, fotógrafos, brancos e negros, homens e mulheres (BIEZE. *Booker T. Washington and the Art of Self-Representation*, 2008).

¹²³ Smith sugere que os alunos do Instituto Hampton foram proibidos de olhar para a fotógrafa branca, uma vez que isto era um “delito” que poderia levar ao linchamento na época (1999, p. 66-67). Entretanto, as fotografias do Instituto Tuskegee encomendadas por Washington seguem a mesma linha, a qual, segundo Bieze, refletia a estética do movimento de Artes e Ofícios que se instalou como uma reação à revolução industrial, valorizando o trabalho e principalmente o trabalho artesanal (BIEZE, 2008, p. 92-93). Um exemplo seria os quadros do pintor Millet.

¹²⁴ SMITH 1999, p. 72.



Booker T. Washington and Emmett J. Scott.

Fig. 9. O reitor do Instituto Tuskegee com seu secretário particular. Observe que o telefone é o terceiro “personagem” da foto.

De acordo com Bieze, a intenção de Washington quando encomendou as imagens do instituto que fundou foi exibi-las na Feira Mundial da cidade de St. Louis, no estado norte-americano de Louisiana, em 1904, mas as fotografias do negro como “sujeito” foram rejeitadas.¹²⁵ Segundo Bieze:

A Exposição de Charleston de 1903 teve uma exposição fotográfica. Entretanto, o apoio do Governo Federal para a fotografia negra diminuiu após a Exposição de Paris. A Feira Mundial de St. Louis de 1904 projetou e depois abandonou uma enorme exposição de fotografias de Tuskegee da autoria de Frances Benjamin Johnston, eliminando assim qualquer presença contemporânea do *African American*. Mesmo assim, as exposições regionais continuaram [...] Só depois de várias gerações, fotógrafos como Gordon Parks e Ernest Withers oficialmente romperiam a “linha de cor” na mídia branca e os brancos tomariam consciência da fotografia negra¹²⁶.

Seguindo o ritmo cíclico das relações raciais iniciado com a Abolição nos Estados Unidos em 1865, o negro norte-americano conquistava avanços seguidos por retrocessos, progredindo no ritmo de “dois passos para frente, um passo para trás”.

¹²⁵ A Exposição de St. Louis não deixou de expor o negro para “ser visto” no contexto de um zoológico humano, inclusive num *plantation*, “mostrando a vida do negro [tal como era] antes da Guerra da Secessão” (BIEZE, 2008, p. 99).

¹²⁶ BIEZE, 2008, p. 102.

Propaganda, auto-promoção e lavagem cerebral

Outra função das imagens, ainda no século XIX, era a propaganda (inclusive a auto-promoção).¹²⁷ Um dos pioneiros nesta área nos Estados Unidos foi P.T. Barnum, fundador do famoso circo-espetáculo “Ringling Brothers & Barnum & Bailey”. Segundo a biografia divulgada pelo site do próprio circo:

No decorrer de seus 80 anos de vida, Barnum ofereceu ao “sábio público” do século XIX toda a gama, de artimanhas desavergonhadas a espetáculos inigualáveis – entretenimento suficiente para ganha-lo o título de “mestre showman” uma dúzia de vezes. Quando escolheu Barnum como uma das 100 personagens mais importantes do milênio, a revista *Life* o apelidou ‘o santo padroeiro dos marketeiros’¹²⁸.

Outros figuras do Oitocentos que tornaram-se referências em relação a confecção de uma “identidade midiática moderna” foram o autor norte-americano Mark Twain e a atriz francesa Sarah Bernhardt. Bieze observa que, neste sentido, Washington se assemelha mais a esses personagens do que às figuras com as quais ele geralmente é comparado – ou seja, Frederick Douglass e W.E.B. Du Bois¹²⁹.

Segundo Burke, “Uma solução mais comum para o problema de tornar concreto o abstrato é mostrar indivíduos como encarnações de idéias ou valores”¹³⁰. Washington entendia esse conceito muito bem e procurou divulgar imagens dele mesmo e de seus colegas e colaboradores, que transmitiam os valores mais caros aos vitorianos brancos nos Estados Unidos – negros inteligentes, cultos e sofisticados e, para os supremacistas brancos do Sul, acima de tudo, negros que “conheciam seu lugar” e não apresentavam uma ameaça ao sistema de segregação chamado “Jim Crow” que substituiu a escravocracia. Nas suas próprias fotos, Washington pode ser visto montando cavalo, com a mão dentro do paletó, no estilo napoleônico, e sentado em frente a mesas de trabalho¹³¹ – em um caso, equipada com um telefone (Fig. 9), uma tecnologia de ponta no início do século XX.¹³²

Como vimos, Washington dirigia os seus livros e suas imagens a dois públicos – os brancos e os negros. Para ambos, era imprescindível combater e superar as imagens

¹²⁷ O uso das imagens na publicidade pode ser verificado no Japão, em anúncios de saquê utilizando gravuras de Utamaro (1753-1806) (BURKE, Peter. *Testemunha ocular, História e imagem*. Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 115).

¹²⁸ RINGLING BROTHERS & BARNUM & BAILEY. “P.T. Barnum”. Disponível em: <<http://www.ringling.com/FlashSubContent.aspx?id=11734&parentID=366&assetFolderI=368>>. Acessado em 31.12.10.

¹²⁹ BIEZE. *Booker T. Washington and the Art of Self-Representation*, 2008, p. 112-113.

¹³⁰ BURKE, Peter. *Testemunha ocular, História e imagem*. Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 81.

¹³¹ Uma pose que também pode ser chamada de napoleônica, uma vez que Burke observa que “o quadro de Napoleão em seu escritório, pintado por Jacques-Louis David (1748-1825), apresentou um aspecto relativamente novo do poder, o governante como burocrata[...]” (BURKE 2008, p. 86).

¹³² Ver nota no. 2.

negativas do negro – estereótipos de inferioridade “de corpo e mente”,¹³³ luxúria, preguiça etc. – disseminadas em jornais, revistas, postais e livros. Por exemplo, na edição de 1885 do livro *Huckleberry Finn*, de Mark Twain, onde Jim, o escravo foragido, é uma figura heróica, as pranchas mostram-no como uma figura infantil, quase animalesca (ver Fig. 10)¹³⁴. Segundo o publicitário negro norte-americano Tom Burrell, desde o início do século XVII, quando os primeiros africanos desembarcaram nos futuros Estados Unidos, uma “campanha de propaganda” e lavagem cerebral vem reforçando os estereótipos da inferioridade negra e a superioridade branca, com resultados nefastos para o auto-estima do negro.¹³⁵ Existem incontáveis exemplos de imagens derogatórias que circulavam nos Estados Unidos, na Europa e no Brasil antes, depois e durante a virada do século XIX. O livro *Eu tenbo um sonbo: De King a Obama – A saga negra do norte* apresenta uma amostra destas imagens que ilustra a verdadeira feição do “dragão” imagético que Washington, Querino e outros líderes e intelectuais negros enfrentavam para combater os preconceitos dos brancos e servir como referências positivas para os seus irmãos de cor.¹³⁶

¹³³ Nas palavras de Thomas Jefferson, o principal autor da Declaração da Independência dos Estados Unidos: “I advance it therefore as a suspicion only, that the blacks, whether originally a distinct race, or made distinct by time and circumstances, are inferior to the whites in the endowments both of body and mind” (1784).

¹³⁴ TWAIN, Mark. *Huckleberry Finn*. Nova York: Charles Webster and Co., 1885. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/76/76-h/76-h.htm>> Acesso em 09.01.2011.

¹³⁵ BURRELL, Tom. *Brainwashed: Challenging the Myth of Black Inferiority*. Carlsbad, Califórnia: SmileyBooks, 2010.

¹³⁶ ARAÚJO, Emanuel (Org.). *Eu tenbo um sonbo: De King a Obama – A saga negra do norte*. São Paulo: Museuafrobrasil, 2011.



Fig 10. Ilustração de *Huckleberry Finn* (1885). Nesta imagem, o perfil de Jim se assemelha mais ao focinho de um cão do que ao rosto um ser humano.

As pranchas de *A raça africana*

Querino usou fotografias para combater as imagens negativas e científicas do negro de duas maneiras: primeiro, divulgando sua própria imagem de um “homem de cor” ativo e sofisticado e segundo, divulgando imagens respeitadas e dignas de africanos e afrodescendentes. Enfim, almejava a representação de tudo que era “civilizado” nos olhos dos brancos, contrariando o estereótipo de “corpos robustos, nus pela metade, [...] fisionomias desinteligentes” promulgado por Louis Agassiz e seus semelhantes.¹³⁷

O livro *A raça africana* (1955) é ilustrado por 25 pranchas – 23 fotografias e 2 gravuras (entre elas, Figs. 11 a 14 e 16 a 24). Nove das fotografias retratam “typos” e “representantes” de “tribos” africanas, representando pessoas anônimas¹³⁸ ou identificadas apenas pelo cargo, no caso da “antiga mãe de terreiro do Gantois, Typo Egbá” (Fig. 22, estampa XII-a); cinco são fotografias privadas de indivíduos e grupos de pessoas. Também incluem uma fotografia intitulada “Ganhadores de Canto”, uma imagem amplamente disseminada em que todos estão descalços, indicando sua condição de escravos, mas

¹³⁷ AGASSIZ, Louis & Agassiz, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil – 1865-1866*. Tradução e notas de Edgar Süsskind de Mendonça. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 66.

¹³⁸ Em alguns casos, é possível identificar a pessoa retratada, como a “Typo Igê-chá”, que foi identificada como Manjebassa, a mãe de Martiniano Eliseu do Bonfim.

dignamente trajados com paletós escuros e chapéus (estampa XVIII, Fig. 24). A extrema direita da foto, vemos Felisberto Couve, um ex-rei africano e sacerdote de Ifá. Também se vê sombrinhas – símbolos de realeza em várias regiões da África – uma das quais está encostada contra a parede.¹³⁹

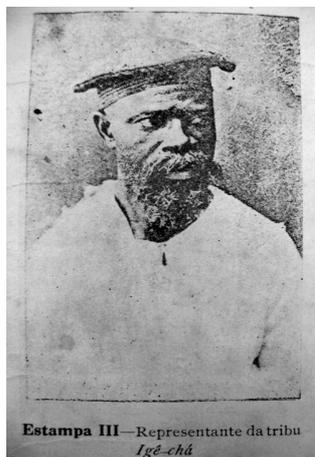


Fig.11 Estampa III Representante da Tribu Igê-chá

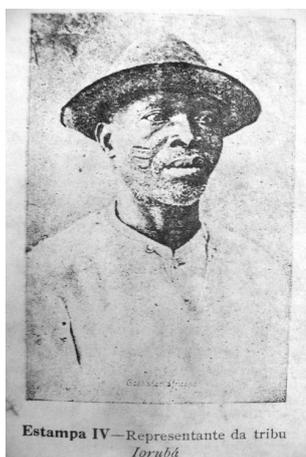


Fig. 12 Estampa IV Representante da Tribu Iorubá



Fig. 13. Estampa V Representante da Tribu Igê-chá. Descendente de família real

¹³⁹ Outras imagens mostram escravos e libertos com sombrinhas, mas não necessariamente como símbolos de realeza – possivelmente representando apenas as mercadorias que vendiam. Ver AZEVEDO, Paulo Cesar de, e LISSOVSKY, Mauricio (Orgs.). *Escravos brasileiros do século XIX na fotografia de Christiano Jr.* São Paulo: Ex Libris, 1988.



Fig. 14 Typo Benin



Fig. 15a Mãe Aninha, fundadora do Opo Afonjá Fonte: Wikipedia

Quase todas as mulheres que aparecem nestas fotografias usam um pano da costa no ombro, no estilo não-litúrgico – durante rituais de Candomblé, seria usado em torno da cintura pelas mais velhas e em torno do peito pelas mais novas. Este modo de vestir foi descrito pelo autor francês C.M.A. Dugrivel no início da década de 1830: “Todas as negras em geral se vestem com um *pano da costa*, espécie de manto à grega, com que elas se cobrem com uma graça divina. Como eu gosto de tudo que é antigo, você deve imaginar como me dá prazer observar estes costumes que relembram os belos tempos de Temístocles, de Péricles”¹⁴⁰.

A posição e a maneira de usar o pano da costa da mulher que representa o “Typo Benin” na “Estampa VI” (Fig. 14), provavelmente retratada no início do século XX, são muito parecidas com alguns retratos das ialorixás do Ilê Axé Opô Afonjá – Mãe Stella de Oxossi dá continuidade a essa tradição numa fotografia da autoria de Mário Cravo Neto, produzida no final do século, no ano 1999 (Figs. 15a e 15b). Segundo Christiane Vasconcellos:

¹⁴⁰ DUGRIVEL, C.M.A. *Des bords de la Saône à la baie de San Salvador ou promenade sentimentale en France et au Brésil*. Paris: Lacour, 1843. Querino teria gostado desta comparação com a Grécia Antiga, uma vez que fez questão de comparar os escravos africanos no Brasil com os escravos gregos de Roma.

Na coleção formada por Querino as fotografias que tematizaram o candomblé, foram realizadas pela Fotografia Diamantina, estabelecida na Rua Dr Seabra, Baixa do Sapateiro, área de comércio popular, cuja localização afastava-se do circuito comercial dos outros ateliês existentes na cidade, situados nas freguesias da Sé e São Pedro.[...] É interessante notar que as fotografias de mães-de-santo, que surgiram apenas nas primeiras décadas do século XX, foram produzidas pela Photographia Diamantina. A importância do ateliê está na evidência da auto-representação dessa parcela da população negra que almejou e pagou pelo seu retrato; simultâneo à produção e circulação de fotografias públicas da gente negra escolhida pelos fotógrafos europeus para compor as séries de tipos urbanos da Bahia¹⁴¹.

Duas dessas fotografias (Figs. 22 e 23) seguem o estilo de cartes-cabinet – a da “antiga mãe de terreiro”, facilmente identificada como Maria Júlia da Conceição Nazareth, a fundadora do Ilê Iyá Omin Axé Iyá Massé, ou terreiro do Gantois, e a de sua filha biológica e sucessora, Maria Pulquéria da Conceição Nazareth (1840-1918), “carismática e



Fig. 15b Mãe Stella. Foto: Mario Cravo Neto

respeitada ialorixá que abriu as portas do terreiro para pesquisas aos intelectuais”¹⁴². A segunda também era mãe de santo de Querino, quando foi ogã do Gantois¹⁴³. As duas mulheres são retratadas de pé, de corpo inteiro, trajando roupas e jóias que, no segundo retrato, Querino caracteriza como sendo de “grande gala”. Tanto a mãe como a filha tem porte de rainha.

Os símbolos de realeza e as poses aristocráticas podem ser interpretações subjetivas em algumas dessas imagens, mas outra fotografia não deixa dúvidas – segundo Querino, representa um descendente de família real ijexá (Fig. 13, Estampa V). Na apresentação de “A raça africana”, o pesquisador lamenta que “se extinguiram, precisamente, os africanos que, sendo aqui escravizados, ocuparam, na terra natal, *posição social elevada, como guia dos*

¹⁴¹ VASCONCELLOS, Christiane. “O Uso de Fotografias de Africanos no Estudo Etnográfico de Manuel Querino”, In *Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, no. 4 dez. 2009, p. 88-111.

¹⁴² NOBREGA, Cida e ECHEVARRIA, Regina. *Mãe Menininha do Gantois*. Salvador: Editora Corrupio, 2006, p. 16 e 17.

¹⁴³ LIMA, Vivaldo da Costa. Sobre Manuel Querino, in *A anatomia do acarajé e outros escritos*. Salvador: Corrupio, 2010, p. 87-97. P. 94.

*destinos da tribo, ou como depositários dos segredos da seita religiosa*¹⁴⁴. Em meados do século XIX, o cônsul inglês James Wetherell comentou, com um tom de deboche bem britânico, sobre a existência de “príncipes pretos” em Salvador:

Existem alguns pretos que eram príncipes em seu país e, cada vez que se encontram com um dos seus conterrâneos, este nunca deixa de ajoelhar-se para cumprimentá-los. Falam quase sempre muito alto e, quando é possível, mantêm a conversação em sua própria língua. Ao encontrarem-se, têm quase sempre algo para dizer e, no decorrer da conversa, após fazer uma pergunta, parecem repetir numerosas vezes a mesma palavra ou palavras. Frequentemente falam em alta voz para si mesmo, e, em quase todos os casos, o assunto de seu solilóquio é o dinheiro.¹⁴⁵

Segundo Alberto da Costa e Silva, a presença de pessoas de “posição social elevada” entre os africanos escravizados no Brasil, e descendentes da realeza africana é hoje mais que comprovada.¹⁴⁶

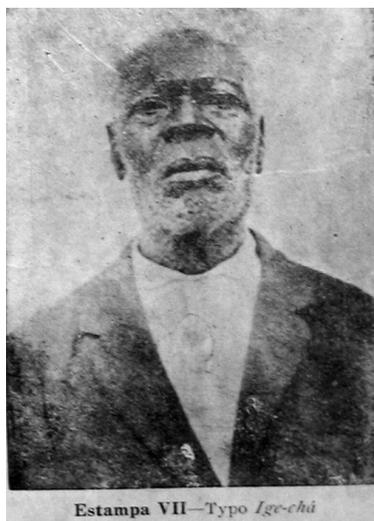


Fig. 16 Estampa VII Typo Igê Chá

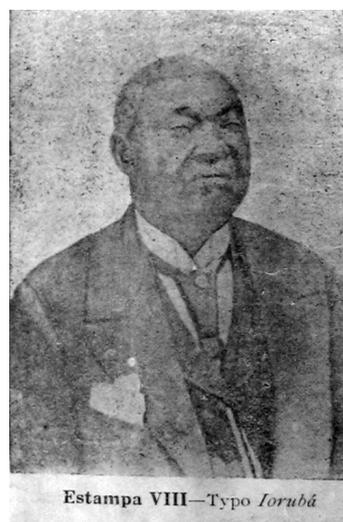


Fig. 17 Estampa VIII Typo Iorubá

¹⁴⁴ QUERINO, Manuel. *A raça africana e seus costumes na Bahia*. Salvador: P555 Edições/Theatro XVIII, 2006, p. 11-12 (grifo nosso).

¹⁴⁵ WETHERELL, James. *Brasil, Apontamentos sobre a Bahia*. Salvador, Edição Banco da Bahia S/A, p. 18.

¹⁴⁶ COSTA E SILVA, Alberto da. “Portraits of African Royalty in Brazil,” In Lovejoy, Paul E.(ed.), *Identity in the Shadow of Slavery* Londres: Continuum, 2000, p. 129-136.



Fig. 18. Estampa IX Oondó, Igê-chá, Igechá



Estampa X—Typo Gêge

Fig. 19. Estampa X. Typo Gêge da Tribu Ige-chá



Estampa XI—Typo Ige-chá

Fig 20. Estampa XI Typo Igê-chá



Estampa XII—Representante da tribu Ige-chá

Fig 21 Estampa XII Representante



Fig 22. Estampa XII-a A antiga mãe de terreiro do Gantois. Typo Egbá



Fig 23. Estampa XXIII. Creoula em grande gala. A mãe de terreiro do Gantois. Pulchéria Maria da Conceição



Fig 24 Estampa XVIII Ganhadores no Canto

O uso que Manuel Querino fez de imagens de africanos e “crioulos” que contrariavam a iconografia humilhante produzida pelos cientificistas veio complementar seus trabalhos escritos, que sempre realçavam as contribuições positivas do “colono preto”. Devido à vergonha latente quanto à ancestralidade mestiça do Brasil, gerada e mantida pelo racismo científico, escassa atenção foi prestada por historiadores brasileiros à contribuição do africano e seus descendentes à civilização brasileira até a terceira década do século XX. A imagem predominante do negro era a de um instrumento passivo do trabalho, um bem possuído pelo senhor de escravos e seu papel no movimento abolicionista passava despercebido. Numa tentativa de branquear a imagem do Brasil e sua historiografia, o negro foi relegado a algumas poucas páginas referentes à escravidão e à Lei Áurea. Decidido a reverter essa tendência, Querino também destacou as contribuições mais recentes do negro e seus descendentes em várias obras. Em “O colono preto como fator da civilização”, por exemplo, fornece a seguinte relação de nomes ilustres:

Sem nenhum esforço, pudemos aqui citar o Visconde de Jequitinhonha, Caetano Lopes de Moura, Eunápio Deiró, a privilegiada família dos Rebouças, Gonçalves Dias, Machado de Assis, Cruz e Souza, José Agostinho, Visconde de Inhomirim, Saldanha Marinho, Padre José Maurício, Tobias Barreto, Lino Coutinho, Francisco Glicério, Natividade Saldanha, José do Patrocínio, José

Teófilo de Jesus, Damião Barbosa, Chagas, o Cabra, João da Veiga Murici e muitos outros, só para falar dos mortos¹⁴⁷.

Em 1923, a *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* (no. 48, 353-363) publicou um artigo da autoria de Professor Manuel Querino, titulado "Os homens de cor preta na História", no qual o autor fornece dados biográficos (em muitos casos, escassos, com apenas 3 linhas) de 38 ilustres afrodescendentes: médicos, militares, religiosos, revolucionários, bacharéis, músicos e educadores, além de um engenheiro (Emigdio Augusto de Mattos). Também cita os nomes de vários outros militares (tenentes e alferes) e educadores. Embora a maioria não tenha data, quase todos são do século XIX. Neste esforço, Querino seguia o exemplo da imprensa negra que, no século XIX, procurou apresentar personagens ilustres "de cor" para fornecer referências positivas para o negro e combater os estereótipos que o cercavam e ainda o cercam no Brasil.¹⁴⁸ Podemos acrescentar a seus esforços literários o uso de imagens para enfrentar o cientificismo.

Bibliografia:

1. AGASSIZ, Louis & Agassiz, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil – 1865-1866*. Tradução e notas de Edgar Sússekind de Mendonça. Brasília: Senado Federal, 2000.
2. ARAÚJO, Emanuel (Org.). *Eu tenho um sonho: De King a Obama – A saga negra do norte*. São Paulo: Museuafrobrasil, 2011.
3. AZEVEDO, Paulo Cesar de, e LISSOVSKY, Mauricio (Orgs.). *Escravos brasileiros do século XIX na fotografia de Christiano Jr*. São Paulo: Ex Libris, 1988.
4. BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
5. BECKER, William B. "Cabinet Cards", In HANNAVY, John (ed.), *Encyclopedia of Nineteenth-Century Photography*, vol. 1, p. 233-234. Nova York: Routledge, 2008. P. 233-234.
6. BIEZE, Michael. *Booker T. Washington and the Art of Self-Representation*. Nova York: Peter Lang, 2008.
7. BLANCHARD, Pascal et alii (eds.) *Human Zoos : Science and Spectacle in the Age of Colonial Empires*, traduzido por Teresa Bridgeman. Liverpool: Liverpool University Press, 2008.
8. BURKE, Peter. *Testemunha ocular, História e imagem*. Bauru, SP: Edusc, 2004.
9. BURRELL, Tom. *Brainwashed: Challenging the Myth of Black Inferiority*. Carlsbad, Califórnia: SmileyBooks, 2010.

¹⁴⁷ QUERINO, Manuel. *Costumes africanos no Brasil*. Prefácio e notas de Artur Ramos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938, p. 160, grifo nosso.

¹⁴⁸ PINTO, Ana Flávia Magalhães. *De pele escura e tinta preta: A imprensa negra do século XIX (1833-1899)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006, p. 98. O semanário pernambucano *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social* foi lançado no Recife em 13 de janeiro de 1876 e a edição do mês de março do mesmo ano, continha uma seção intitulada "Galeria de Homens de Cor Ilustres", a qual era "dirigida majoritariamente à valorização de personagens negros da história brasileira, o que se inscreve no trabalho de fortalecimento dessa população" (PINTO 2006, p. 124.)

10. CUNHA, Manuela Carneiro da. “Olhar Escravo, Ser Olhado”, In AZEVEDO, Paulo Cesar de, e LISSOVSKY, Mauricio (Orgs.). *Escravos brasileiros do século XIX na fotografia de Christiano Jr.* São Paulo: Ex Libris, 1988.
11. COSTA E SILVA, Alberto da. “Portraits of African Royalty in Brazil,” In Lovejoy, Paul E.(ed.), *Identity in the Shadow of Slavery* Londres: Continuum, 2000.
12. COUVE, Antenor Boaventura. Narrativa de um Descendente de um rei africano escravo na Bahia, publicada na revista Almanaque Do Mensageiro da Fé, Ano 1964. pág. 96/99 – Salvador/BA. Disponível em: <<http://bahiatextos.blogspot.com/2010/05/meu-avo-rei-ossurumis.html>> Acesso em: 13.01.11.
13. DU BOIS, W.E.B. *The Souls of Black Folk*. Nova York: Barnes & Noble, 2003.
14. DUGRIVEL, C.M.A. *Des bords de la Saône à la baie de San Salvador ou promenade sentimentale en France et au Brésil*. Paris: Lacour, 1843.
15. ERMAKOFF, George. *O negro na fotografia brasileira do século XIX*. Rio de Janeiro: George Ermakoff Casa Editorial, 2004.
16. GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
17. KING, Reyahn et alii. *Ignatius Sancho: An African Man of Letters*. Londres: National Portrait Gallery, 1997.
18. LIMA, Vivaldo da Costa. Sobre Manuel Querino, in *A anatomia do acarajé e outros escritos*. Salvador: Corrupio, 2010.
19. MACHADO, Maria Helena, e HUBER, Sasha. *(T)racés of Louis Agassiz: Photography, Body and Science, Yesterday and Today/Rastros e Raças de Louis Agassiz: Fotografia, Corpo e Ciência, Ontem e Hoje*. Publicado na ocasião da 29ª Bienal de São Paulo. São Paulo: Capacete Entretenimentos, 2010.
20. MAXELL, Anne. “Montrer l’Autre: Franz Boas et les soeurs Gerhard”, In BANCEL, Nicolas, et alii, *Zoos humains. De la Vénus bontentote aux reality shows*. Paris: La Découverte, 2002.
21. MIRZOEFF, Nicholas. *Bodyscape: Art, modernity and the ideal figure*. Londres e Nova York: Routledge, 1995.
22. NOBREGA, Cida e ECHEVARRIA, Regina. *Mãe Menininha do Gantois*. Salvador: Editora Corrupio, 2006.
23. QUERINO, Manuel. “Os homens de côr preta na Historia.” Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Salvador, 48, 353-363, 1923.
24. RINGLING BROTHERS & BARNUM & BAILEY. “P.T. Barnum”. Disponível em: <<http://www.ringling.com/FlashSubContent.aspx?id=11734&parentID=366&assetFolderI=368>>. Acessado em 31.12.10.
25. RODRIGUES, Raimundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Bahia: Imprensa Popular, 1894.
26. SAMPAIO, Moiseis de Oliveira. O coronel negro: Coronelismo e poder no norte da Chapada Diamantina. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local), UNEB, Salvador, 2009.
27. SMITH, Shawn Michelle. “Photographing the ‘American Negro’: Nation, Race and Photography at the Paris Exposition of 1900”, In BLOOM, Lisa (ed.), *With Other Eyes: Looking at Race and Gender in Visual Culture*. Minneapolis e Londres: University of Minnesota Press, 1999, p. 58-87.
28. TRACHTENBERG, Alan. *Reading American Photographs: Images as History, Mathew Brady to Walker Evans*. Nova York: Hill and Wang, 1990.
29. TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos, a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839-1889)*. Rio de Janeiro: Funarte/Rocco, 1995.

30. TWAIN, Mark. *Huckleberry Finn*. Nova York: Charles Webster and Co., 1885. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/76/76-h/76-h.htm>> Acesso em 09.01.2011.
31. VASCONCELLOS, Christiane. “O Uso de Fotografias de Africanos no Estudo Etnográfico de Manuel Querino”, In *Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, no. 4 dez. 2009, p. 88-111.
32. WALLIS, Brian. “Black Bodies, White Science: Louis Agassiz’s Slave Daguerreotypes”, In *American Art*, vol. 9, no. 2 (Summer 1995), p. 39-61.
33. WETHERELL, James. *Brasil, Apontamentos sobre a Bahia*. Salvador, Edição Banco da Bahia S/A.
34. WESTERBECK, Colin L. “Frederick Douglass Chooses His Moment”. *Museum Studies*. The Art Institute of Chicago, 2000. Disponível em <<http://www.artic.edu/webspaces/museumstudies/ms242/westerbeck1.shtml>> Acessado em 28 de Agosto 2009, p. 147.

Artigo recebido em: 22/04/2011

Aceito para publicação em: 20/06/2011

Educação e Saúde: Perspectivas para a Autoestima de Crianças Negras no Processo de Escolarização¹⁴⁹

Veronice Francisca dos Santos¹⁵⁰
Isabelle Sanches¹⁵¹

Resumo

O presente artigo trata da promoção da saúde enquanto perspectiva para a construção da autoestima de crianças negras no processo de escolarização da Educação infantil. Dessa forma, se encaminha através das seguintes questões norteadoras: Identificar como os problemas de saúde interferem na construção da autoestima das crianças no processo de escolarização; Verificar se existem políticas públicas educacionais voltadas para a atenção da saúde das crianças nos Centros Municipais de Educação Infantil; Analisar como se dá a articulação entre a educação e a saúde dessas crianças no cotidiano escolar. Para tanto, a abordagem metodológica foi direcionada a partir de uma pesquisa de campo, por meio de uma entrevista semi-estruturada com gestores das políticas públicas de educação e do levantamento bibliográfico, considerando o contexto histórico da Educação Infantil, refletindo sobre suas influências nos dias atuais. Nesse sentido, problematiza de que maneira as políticas públicas educacionais direcionam a temática Saúde nos Centros Municipais de Educação Infantil e como este encaminhamento prioriza as necessidades de cada criança, sobretudo, quanto às especificidades do grupo étnico/racial que pertencem. Em síntese, o trabalho se encaminha de modo a verificar de que forma têm sido garantido as crianças da Educação Infantil, a articulação entre educação e saúde e a valorização da sua autoestima para que de fato se desenvolvam plenamente.

Palavras-chave: Saúde; Relações Raciais; Educação Infantil.

Abstract

This article deals with the health promotion perspective as to build self esteem of black children in the education process of children's education. Thus, it is routed through the following questions: how to identify health problems interfere with building self esteem of children in the schooling process; Check for public educational policies aimed at care for children's health at the Centers Municipal Education Child; analyze how the articulation between education and health of these children in school environments. For both, the methodological approach was directed from a field survey, through a semi-structured interviews with managers of public policies on education and literature, considering the historical context of early childhood education, reflecting on its influence on day current. In this sense, it analyzes how public policy drive the educational theme Municipal Health Centers in Early Childhood Education and how this routing prioritizes the needs of each child, especially regarding the specifics of the racial group they belong to. In summary, the work is heading in order to see how they would have been guaranteed the children of the kindergarten, the relationship between education and health and recovery of their self esteem to actually develop fully.

Keywords: Health, Race Relations, Child Education.

Introdução

O presente artigo trata da promoção da saúde como um dos fatores determinantes para a auto-estima de crianças negras no processo de escolarização na Educação Infantil. Nesse sentido, busca identificar como os problemas de saúde interferem de forma negativa na construção da autoestima das crianças negras e, conseqüentemente, no seu processo de

¹⁴⁹ Artigo produzido durante a vigência do Projeto “Qualificando a Permanência de Estudantes Cotistas na UNEB” coordenado pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB)/ Centro de Estudos dos Povos Afro-Índio-Americanos (CEPAIA)/ Secretaria de Promoção da Igualdade (SEPROMI).

¹⁵⁰ Estudante da UNEB - Campus I, do curso de Pedagogia com habilitação em Educação Infantil, bolsista de iniciação científica do Projeto “Qualificando a Permanência de Estudantes Cotistas na UNEB”. E-mail: verofsantos@hotmail.com

¹⁵¹ Orientadora: Mestra em Educação, Psicopedagoga, Professora da UNEB, campus XXI – Serrinha. E-mail: oxobo@hotmail.com.

aprendizagem durante sua trajetória escolar. Assim, a pesquisa se encaminha de modo a verificar de que forma têm sido garantidas as crianças da Educação Infantil, a articulação entre educação e saúde, para que lhes sejam permitidas desenvolverem plenamente as suas potencialidades.

Fundamentado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o conceito de “saúde” será analisado neste trabalho na perspectiva da promoção, entendendo a saúde, não apenas como ausência de doença, mas apoiado pelo conceito da Organização Mundial da Saúde (OMS), que acredita ser a saúde “o bem estar físico, mental, emocional, espiritual e de realização plena de uma pessoa”.

Reconhecendo os agravos à saúde como variáveis condicionantes no processo de escolarização das crianças da educação infantil, faz-se necessário entender: Quais são os efeitos dessas variáveis para a construção da autoestima das crianças da educação infantil? Desse modo, o trabalho se delinea a partir da investigação sobre como é percebido pelos Gestores das políticas públicas educacionais direcionadas à educação infantil, a articulação entre educação e saúde, e como este encaminhamento está sendo de fato potencializado nos Centros Municipais de Educação Infantil.

Para tanto, a pesquisa aborda três principais eixos temáticos: As políticas públicas direcionadas à Educação Infantil no Brasil; A promoção da saúde enquanto direito fundamental de todo cidadão e a articulação entre Educação e Saúde como determinantes para a construção da autoestima das crianças negras da Educação Infantil.

Indicadores políticos, sociais e econômicos, apontados por pesquisas no Brasil, revelam que a população negra encontra-se em situação de maior vulnerabilidade em relação aos problemas de saúde, principalmente, em se tratando da saúde emocional, que muitas vezes é invisibilizada pela sociedade, mas evidenciados pelas crianças negras na escola através do seu desempenho. Tais problemas interferem negativamente na trajetória escolar dessas crianças trazendo, portanto, sérias conseqüências para a construção da sua auto-estima, revelados através de dificuldades de aprendizagem, que podem levar a evasão escolar, conseqüentemente, sua exclusão social.

Nesse sentido, concorda Lopes e Castro ao afirmar:

A saúde enquanto conjunto de condições integrais e coletivas de existência é influenciada pela conjuntura política, sócio-econômica e cultural e, em função disso, é essencial considerar que as desigualdades raciais em saúde estão sendo mantidas devido às dificuldades em promover um serviço adequado às necessidades de todas as pessoas, sem distinção. (LOPES e CASTRO, 2004, p.64)

Desse modo, ao reconhecer às dificuldades que as crianças negras enfrentam ao longo da vida, a opção por essa pesquisa é mais do que uma escolha minha, é uma questão de postura política, com finalidade de evidenciar os problemas de saúde, que afetam principalmente crianças negras, através da perpetuação da ideologia racista imposta pela sociedade e reproduzida nos espaços escolares. Assim, o presente artigo pretende levantar a temática como prática de problematização e reflexão para o cotidiano escolar, mais precisamente nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs).

Políticas Públicas de Educação Infantil no Brasil: Avanços e Desafios

[...] é um senso comum acreditar que nas escolas todos estejam usufruindo das mesmas oportunidades. (CAVALLEIRO, 2001, p.143)

Para entender de que maneira acontece à articulação entre Educação e Saúde, no âmbito da política pública educacional direcionada as crianças pequenas torna-se necessário, antes, entender como se configuram as Políticas Públicas de Educação Infantil no Brasil, mais precisamente no âmbito municipal. Investiremos em discutir neste ponto como é percebida pelos gestores dessas políticas públicas direcionadas a educação infantil as concepções de “criança” e “infância”, uma vez que é a partir desse entendimento que serão norteados a elaboração dos projetos que contemplem as necessidades das crianças.

Assim, ao analisar o conceito de “criança” e “infância” percebe-se que essas concepções só poderão ser compreendidas, considerando cada momento histórico em que a criança está inserida. Dessas acepções, levanta-se o seguinte questionamento: Terá sido percebida, a criança em suas diversas especificidades ao longo da história?

Os estudos de Philippe Áries (1973, p.50) sobre a História Social da Infância destacam que: “até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a criança. É difícil crer que essa ausência se devesse a incompetência ou a falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo”.

De acordo com Áries (1973, p.36) desde antiguidade clássica até a Idade Média,

[...] logo cedo a criança era introduzida no mundo do adulto, de cujos jogos e trabalhos participava. Até o século XII a infância era concebida de forma bem diferente da sua representação atual. Os corpos de crianças esculpidos numa miniatura otomaniana do século XI, por exemplo, eram reproduções em escala reduzida, de homens adultos (ÁRIES, 1973, p.36).

Nota-se, que ao longo da história da humanidade, nem sempre a criança era percebida a partir de suas especificidades, visto que na Idade Média inexistia espaço para o

sentimento de infância, pois, a criança era confundida como adulto. Desse modo, as pseudo formas de abordagem infantil convergem para uma interpretação apenas física e biológica da criança, interpretando-a como adulto em miniatura. Assim, pode-se perceber a precoce maturação da criança desprovida das suas peculiaridades, o que Zabalza (1998) denomina de “criança-adulto” ou “infância negada”.

Apesar de trazer ranços dos períodos anteriores, foi a partir do século XX que começou a surgir um novo, porém, não satisfatório conceito de infância. Segundo Zabalza (1998), a Educação Infantil, bem como a criança, só foi percebida como tal, a partir do século XX, onde a sistematização do ensino infantil assegurado por lei faz nascer um espaço, um lugar específico para a criança, mas que precisa ser repensado, todavia este espaço é passível de limites.

No Brasil, o entendimento do conceito de criança, enquanto portadora de direitos e, portanto, cidadã se dá quando o Estado brasileiro e as diversas organizações da sociedade civil “passaram a reconhecer nas crianças, pessoas com necessidades específicas de desenvolvimento, sobretudo, em sua fase inicial, de zero a seis anos de idade, cujas potencialidades humanas devem ser respeitadas de forma digna, sem discriminação”. (BITTAR; SILVA; MOTTA, 2003, p.40.).

Assim, o processo de construção da política de Educação Infantil reconhece como políticas públicas, os direitos de cidadania das crianças de zero a seis anos, quando a partir da Constituição de 1998 assegura o direito da criança à educação no artigo 280, garantindo que: “O dever do estado com a educação será efetivada mediante a garantia de [...] atendendo em creches e pré-escolas, as crianças de o a seis anos de idade”. (BRASIL, 1988, p. 138).

Com isso, é importante ressaltar que essa conquista foi assegurada na lei, a partir do entendimento de criança enquanto cidadã, através da pressão dos movimentos sociais para com o Estado, sobretudo, o movimento de mulheres em defesa da visibilidade das crianças enquanto cidadãs, pois, até então só havia programas de caráter assistencialista, mas nada obrigatório que garantisse a oferta educacional desse nível de ensino.

Esse reconhecimento foi importante por desmistificar o conceito limitado que se tinha sobre a infância no país, que era somente o de cuidar em detrimento de educar, entretanto, deve-se destacar a importância das duas relações, entendendo que são duas coisas distintas, mas que devem estar interligadas enquanto dever de qualquer instituição educacional de atendimento infantil, de protegê-la e também educá-la.

Além da Constituição de 1988 que incorporou os direitos de cidadãos das crianças, a LDB 9394/96 foi fundamental por regulamentar esses direitos, onde no artigo 29 garante que:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de 0 à 3 anos de idade e de 4 à 5 anos sendo atendidos em creches e pré-escolas, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996, p.40).

Em seus estudos sobre o trato dado a Educação Infantil no Brasil, principalmente no que se refere a questão racial, Cavalleiro aponta que “[...] a experiência escolar amplia e intensifica a socialização da criança” (CAVALLEIRO, 2001, p.17), o que caracteriza as creches e pré-escolas como locus preferencial para essa socialização. Para Cavalleiro,

[...] o contato com outras crianças da mesma idade, com outros adultos não pertencentes ao grupo familiar, com outros objetos de conhecimento, além daqueles vividos pelo grupo familiar vai possibilitar outros modos de leitura do mundo. (CAVALLEIRO, 2000, p.17).

Sendo assim, reitera Gomes (1990, p.19) que “[...] ao final do processo de socialização a criança não só domina o mundo a sua volta, mas acima de tudo, já adquiriu as características fundamentais de sua personalidade e identidade”. Dessa perspectiva é possível inferir que a instituição escolar deverá ser o espaço privilegiado dessa socialização, proporcionando as crianças uma convivência harmoniosa entre todos na escola, respeitando sua cultura, suas particularidades e seu modo singular de vê e pensar o mundo.

Tais afirmativas permitem considerar que a construção da auto-estima das crianças passa pelo processo de socialização. De acordo com Cavalleiro [...] “a identidade é um dos resultados mais importante do processo de constituição social do sujeito [...] assim a identidade resulta da percepção que temos de nós mesmos, advinda da percepção que temos de como os outros nos vêem”. (CAVALLEIRO, 2000, p.19). No entanto, os conflitos raciais presentes no cotidiano escolar, sobretudo, da educação infantil, colocam em desvantagem a criança negra do processo de socialização, comprometendo assim sua autoestima durante sua itinerância escolar.

Ao entender a escola enquanto espaço de socialização devemos compreender que a omissão frente aos problemas familiares, de saúde, de identidade, bem como de outros fatores trazidos pelos alunos para o cotidiano escolar, contribuem para a manifestação e conflitos identitários entre as crianças com seus pares e com outros funcionários da escola.

Assim, não é possível pensar nas creches e pré-escolas como espaço de socialização, sem, contudo, problematizar o sentido da educação, que é antes, entender, acolher as especificidades da criança. Para tanto, uma política pública direcionada para as crianças pequenas deve considerar a criança como um ser integral, como seres que sentem e pensam o mundo de um modo particular, com singularidades e particularidades do universo infantil, mas que também precisam de cuidados, proteções, além de outras necessidades específicas à sua idade. É pensar na criança como um sujeito histórico e social. Um sujeito de identidades que são marcadas, mas que também marcam o mundo a sua volta, por pertencerem a uma cultura, a uma história, a um grupo social.

A Promoção da Saúde Enquanto Direito Fundamental de Todo Cidadão

*“A educação para a Saúde só será efetivamente contemplada se puder mobilizar as necessárias mudanças na busca de uma vida saudável”
(BRASIL, 1998, p.69).*

Entendendo que os problemas de saúde comprometem no rendimento escolar do aluno, conseqüentemente, contribuindo para sua baixa auto-estima, a presente pesquisa busca respostas quanto ao encaminhamento das Políticas Públicas Educacionais, na Instância Municipal, principalmente na maneira como é concebida a relação da Educação com a Saúde das crianças nas escolas de educação infantil.

É nesse sentido que se problematiza a importância da Saúde no processo de escolarização das crianças para o desenvolvimento das habilidades e capacidades infantis. Daí, tal conceito é analisado, não mais como saúde versus doenças, mas, a partir do entendimento de saúde enquanto perspectiva da promoção. Para tanto, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) apontam que:

A promoção da saúde se faz por meio da educação, da adoção de estilos de vida saudáveis, do desenvolvimento de aptidões e capacidades individuais, da produção de um ambiente saudável. Está estreitamente vinculada, portanto, à eficácia da sociedade em garantir a implantação de políticas públicas voltadas para a qualidade de vida e ao desenvolvimento da capacidade de analisar criticamente a realidade e promover a transformação positiva dos fatores determinantes da condição de saúde. (BRASIL, 1998, p.67).

Com isso, é preciso desmistificar a concepção de saúde apenas como ausência de doença, seu entendimento se relaciona com práticas que promovam o bem-estar das pessoas, em seus aspectos físicos, psicológicos e sociais, enfim, que lhe garantam a qualidade de vida plenamente. Para isso é preciso um encaminhamento de políticas

públicas que tenha claro essa concepção de saúde, tendo em vista que ela norteará todas as práticas de educação articuladas à saúde.

Logo, tratar da saúde enquanto promoção é pensá-la a partir de uma política pública que garantida por direito a todo cidadão. Portanto, num estado democrático de direito, como o Brasil, a partir do que rege a Constituição de 1988, na seção II da Saúde, Art.196. “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas...”.

Ainda no texto da Constituição, em seu preâmbulo, assegura:

Estado democrático destinado a assegurar o exercício de direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, e bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. (BRASIL, 2005).

Mas, o que se questiona não é uma política que teoricamente preconize a saúde para todos, todavia, que esta de fato seja estendida a todos, principalmente com o enfoque num dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), que é a equidade. Que se explica pela necessidade de atender diferente aos que necessitam de atendimento diferenciado.

Desse modo, é que se adentra na discussão das especificidades da população negra que historicamente foram e ainda são excluídos das diversas áreas da produção social seja na saúde, na educação, dentre outros âmbitos da vida em sociedade. Para tanto, “coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações”. (JACCOUD apud BRASIL, 2005).

Nesse sentido, assumir a equidade “representa o aprofundamento do princípio de igualdade formal de todos (as) diante da lei, no qual pessoas e coletividades, que se encontram em circunstâncias especiais ou que são diferentes sejam tratadas de formas especiais ou diferenciadas”. (SALVADOR, 2006, p.7). Fazendo isso, estará exigindo o cumprimento da lei, o que só será possível através da observância da sociedade civil e diversos segmentos sociais no acompanhamento e monitoramento de práticas para que se efetive o que é instituído enquanto lei.

Assim, a elaboração de uma política pública de saúde que contemple as necessidades das crianças da Educação Infantil, deve considerar as especificidades da saúde aos determinados grupos étnicos ao qual pertencem. É possível então situar, que em se tratando do grupo étnico/racial negro, observa-se que pelas precárias condições de saúde a que está submetida essa população, há uma necessidade do direcionamento de políticas

específicas a esse segmento, que sofrem pelas desigualdades raciais, inclusive no âmbito da saúde, refletindo diretamente na autoestima das crianças negras.

No entanto, é necessário exigir o encaminhamento de políticas públicas educacionais no Município que atenda as particularidades das crianças, para que se torne de fato potencial nos Centros Municipais de Educação Infantil, através do cuidado com a saúde dessas crianças em fase inicial de desenvolvimento. Haja vista, que na infância, por ser uma fase importante para o desenvolvimento da sua personalidade e na formação do seu caráter, como bem destaca as Diretrizes Curriculares para o Ensino de História Africana:

[...] a autoestima que a criança desenvolve é em grande parte interiorização da estima que se tem por ela e da confiança da qual ela é alvo. Falar em autoestima das crianças pequenas significa compreender a singularidade de cada uma delas em seus aspectos corporais, culturais e étnico-raciais. As pessoas constroem uma natureza singular que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito próprio desde os primeiros anos de idade. (BRASIL, 2007, p.22).

Assim, as práticas de saúde que levem em conta as especificidades dos grupos racialmente discriminados se justificam pela importância, de ressignificar os valores dessa população, que conseqüentemente refletirá para a sua auto-estima, que é um dos principais requisitos para o bem-estar no entendimento que aqui construímos sobre saúde. De acordo com Cavalleiro (2000, p.19). [...] “a identidade é um dos resultados mais importantes do processo de constituição social do sujeito [...] assim a identidade resulta da percepção que temos de nós mesmos, advinda da percepção que temos de como os outros nos vêem”.

Educação e Saúde: Por uma Pedagogia Anti-Racista

“Não é pressuposto da educação para a Saúde a existência do professor “especialista”; o que se pretende é um trabalho pedagógico cujo enfoque principal esteja na saúde e não na doença”. (BRASIL, 1998, p.69)

Tendo como um dos principais objetivos no Plano Municipal de Educação do município, “a Articulação entre Saúde e Educação como garantia do atendimento global e desenvolvimento integral e integrado das crianças”. Deve-se ao questionamento no que tange as políticas públicas educacionais voltadas para a educação infantil: De que forma está sendo contemplada nas escolas de Educação Infantil tal articulação?

Ao reconhecer a escola como espaço promotor de saúde, principalmente a saúde mental, através da realização de atividades de promoção à saúde, pretende-se problematizar

como está sendo de fato potencializado à articulação entre Educação e Saúde no tratamento das crianças pequenas. Dessa maneira, entende-se que tal articulação, pode favorecer tanto a promoção da saúde, no plano emocional, quanto em seus aspectos físicos, sobretudo, no que se refere à primeira que está diretamente relacionada com a autoestima da criança negra, que historicamente traz marcas do longo período de escravidão vivido no Brasil e reproduzido hoje, nas manifestações do racismo presentes nas instituições de ensino.

Tais considerações evidenciam a necessidade de uma política pública de Educação que contemple a temática saúde, devendo esta ser visibilizada no currículo escolar, para que atenda as demandas das crianças. Vale ressaltar que a saúde deve ser entendida aqui, não apenas como identificação de problemas físicos, como pôde ser esclarecida no capítulo anterior, mas como práticas de promoção, para que favoreçam o bem-estar das crianças em sua plenitude.

Em consonância com tais afirmativas, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) enfatizam que:

Entende-se Educação para a Saúde como fator de promoção e proteção à saúde e estratégia para a conquista dos direitos de cidadania. Sua inclusão no currículo responde a uma forte demanda social, num contexto em que a tradução da proposta constitucional em prática requer o desenvolvimento da consciência sanitária da população e dos governantes para que o direito à saúde seja encarado como prioridade. (BRASIL, 1998, p.66)

No entanto, em que medida as escolas de Educação Infantil estão sendo preparadas para que as práticas de saúde sejam de fato efetivadas? E o sistema educacional, tem dado subsídios às escolas para que de forma autônoma potencialize ações de saúde integrada a educação dessas crianças? E mais, existem verbas específicas voltada para a saúde das crianças da educação infantil? Qual o entendimento dos gestores educacionais sobre a concepção de saúde enquanto perspectiva de promoção? Quais são os efeitos da ausência desta para a autoestima das crianças?

Buscando uma resposta a respeito de tais questionamentos, foi realizada uma entrevista semi-estruturada com a Coordenadora de Ações Sócio-Educativa da Secretaria de Educação do Município de Salvador (SECULT). Conforme a entrevistada, existe ao nível de política pública municipal, o Programa de Educação para a Saúde Infantil (PESE), que segundo a mesma contempla todos os Centros de Educação Infantil do Município.

De acordo com a Coordenadora¹⁵² da instituição, o programa é composto por uma equipe multidisciplinar, onde atuam nos CMEIs, diversos profissionais das áreas ligadas à saúde como: Psicólogos, Assistentes Sociais, Enfermeiros etc., que acompanha cada criança individualmente, para diagnosticar a situação de saúde, bem como buscando entender as dificuldades de aprendizagem dos alunos. Assim, ao ser questionada sobre o entendimento de saúde utilizada pelo grupo, a mesma afirmou: “Vejo a criança como um todo, não existe separação por raça/cor, a criança não pode ser enxergada pela cor e sim pela alma, pelo ser criança.”

Dessas afirmativas, pode-se levantar o seguinte questionamento: E os problemas que afetam diretamente o grupo racial pertencente à criança negra, a exemplo da violência simbólica nas práticas de bullying e outras doenças psíquicas permeadas no cotidiano escolar, como elas refletem no seu autoconceito? Será que as crianças são vistas sem levar em consideração a cor da pele? Todas devem ser tratadas de maneira igual, mas o que é igualdade?

Estas inquietações são para provocar uma reflexão e um diálogo mais profundo entre todos os envolvidos no processo de escolarização das crianças, estendendo ao professor que tem contato direto com as mesmas, em busca de discussão sobre as condições de saúde destas crianças, principalmente aos problemas que refletem na sua auto-estima. Dessa maneira, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) apontam que

Ao educar para a saúde, de forma contextualizada e sistemática, o professor e a comunidade escolar contribuem de maneira decisiva na formação de cidadãos capazes de atuar em favor da melhoria dos níveis de saúde pessoais e da coletividade. (BRASIL, 1998, p.60)

Tais afirmações são também problematizadas por Lopes (2004), quando afirma que “a formação do aluno para o exercício da cidadania compreende a motivação e a capacitação para o autocuidado, assim como a compreensão da saúde como direito e responsabilidade pessoal e social”. Portanto, por ser a escola, a representação dos valores, das crenças e dos costumes individuais e coletivos, deverá ser o lócus preferencial para a realização de práticas que promovam a socialização e o acolhimento das diversas culturas existentes no cotidiano escolar, visando o seu pleno desenvolvimento para o exercício da cidadania.

¹⁵² O nome aqui não será citado tendo em vista o resguardo da identidade da interlocutora.

Para isso, é necessário desconstruir algumas inverdades que ainda estão no inconsciente coletivo e que atrapalham a realização de um trabalho que de fato direcione uma política de educação e saúde que atenda a todos e a cada um dentro de suas particularidades. Pois, voltando a problematizar sobre a entrevista com a coordenadora da SECULT, percebe-se que de maneira sutil, ainda que não de forma intencional ela revela uma negação dos conflitos raciais na escola.

Pois, apesar de dizer que existe um programa de Anemia Falciforme – doença que atinge em grande parte negros e negras – que visa identificar o problema nas escolas destacando a importância deste. A entrevistada enfatiza que:

[...] ao contrário, o que nós deixamos muito claro no programa é um incentivo para que não haja distinção de cor, pois, a criança do olho azul deverá ser tratada da mesma forma que a criança negra e vice-versa, não há separação.

Mas, o que se pretende mesmo não é uma distinção de cor, nem mesmo um tratamento melhor, para um ou para o outro. O que se problematiza aqui é sobre o racismo, uma questão que ainda não foi resolvida pela sociedade brasileira e que muito facilmente é propagada no cotidiano escolar, tanto entre as crianças com seus pares, quanto na relação das crianças com outros profissionais da escola, acarretando em graves problemas de saúde.

Para tanto, o que se chama a atenção é para que se possa assumir um dos princípios básicos do SUS, que é sobre a equidade. E assumir tal princípio é “requisito para a melhoria das condições que afetam diretamente a qualidade do ensino” (LIBÂNEO, 2004, p.378). No entanto, cabe aos/as gestores/as das políticas educacionais, bem como professores e demais profissionais da escola, em problematizar as questões raciais existentes no ambiente escolar, desconstruindo mentalidades racistas para torná-la de fato um espaço democrático.

Considerações Finais

Depreende-se desse trabalho que a Educação brasileira, desde a sua gênese até os dias atuais, está umbilicalmente atrelada, a uma política universalizadora e não fomentadora da autonomia das crianças. O próprio processo histórico da Educação Infantil no Brasil denuncia práticas assistencialistas que não consideram as potencialidades das crianças como um todo.

Apesar disso, reconhece-se que houve sucessivos avanços com a implementação de políticas públicas de educação infantil no Brasil. Porém, estes pecam se pela limitação de suas próprias leis e decretos, ou quando não fornece meios de aplicabilidades, em que pese

os avanços significativos no contexto educacional, sobretudo, a partir da Constituição Federal de 1988, que incorporou os direitos de cidadania das crianças, a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, dentre outros.

As políticas educacionais direcionadas à Educação Infantil sobre as condições de saúde das crianças, para o seu pleno desenvolvimento, ainda não conferem uma educação que promovam as oportunidades de igualdade entre todos no ambiente escolar. Assim, ao acreditar nas crianças como ser em potencial, a escola como locus privilegiado para o desenvolvimento das capacidades infantis, possa proporcioná-la, ao seu pleno bem-estar em seus aspectos físicos, psicológicos, sociais, familiares, para que preparem seu aluno de forma integral para os problemas por eles enfrentados durante toda sua trajetória de vida.

Contudo, ficou nítido no presente trabalho, tanto em relação às consultas bibliográficas, quanto na pesquisa de campo, uma insuficiência de intersetorialidade de políticas na gestão pública e do trato pedagógico sobre as questões raciais nas escolas de educação infantil, que as reconheçam como questões de saúde. Para tanto, esse reconhecimento só será de fato potencializado através da cobrança e da vontade política da sociedade civil e das escolas públicas de educação infantil, para mudar o quadro das desigualdades raciais em saúde e que interferem negativamente no aprendizado da criança no cotidiano escolar.

Assim, o presente trabalho visa contribuir para o aprofundamento do debate acerca das relações entre saúde e educação, ampliando-se o debate para as relações raciais por entender as especificidades de cada aluno. Nesse sentido, chama a atenção do papel das autoridades governamentais para o compromisso na transformação social, através da efetivação de políticas públicas de saúde direcionadas a educação infantil, que contemplem as necessidades individuais e coletivas, por entender as crianças como sujeitos que são marcadas, mas que também marcam o mundo a sua volta, com seu jeito singular de vê, pensar e entender o mundo.

Contudo, espera-se com esse trabalho exaltar a importância da discussão voltada para a educação das relações étnico-raciais, sobretudo, na educação infantil, por ser a primeira etapa da educação formal. Reconhecendo assim, a relevante contribuição desse debate para a escolarização de crianças negras durante toda a sua trajetória escolar, direcionando dessa forma para práticas de uma educação anti-racista.

Portanto, faz-se necessário que haja por parte de todos os profissionais da escola uma formação que atenda as necessidades e as particularidades das crianças, ao mesmo

tempo em que as reconheçam como pertencentes a uma cultura, a uma história e a um grupo social. Sendo assim, espera-se que a escola esteja pautada numa perspectiva pluricultural, que acolham a todas as crianças, sem quaisquer tipos de discriminação e que valorizem todas as culturas evidenciadas na escola, tornando um ambiente escolar agradável e acolhedor.

Por fim este trabalho pretende contribuir para a autoestima das crianças negras da educação infantil a partir do trabalho de articulação de Educação e Saúde no cotidiano escolar. E mais, chamar a atenção da responsabilidade de todos os envolvidos no processo de escolarização das crianças pequenas para a promoção de práticas equitativas no ambiente escolar, direcionando a todos para uma educação anti-racista.

REFERÊNCIAS

1. ARIÈS, Philippe. *O Sentimento da Infância e a Descoberta da Infância. História Social da Criança e da Família* / Philippe Áries: Trad. Dora Flakman, segunda edição. – Rio de Janeiro: Guanabara,1981.
2. BATISTA, Luís Eduardo e KALCKMANN, Suzana(org). *Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população negra no Brasil*. In: LOPES, Fernanda. *Seminário de Saúde da População Negra Estado de São Paulo*, 2004.São Paulo: Instituto de Saúde, 2005.
3. BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Casa Civil da Presidência da República, Brasília, DF, Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2009.
4. BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de outubro de 1988. Casa Civil da Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 15 jan.2010.
5. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto: Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. V.1. Brasília: MEC/SEF, 1998. p.35. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf>. Acesso em: 09 out. 2009.
6. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, Pluralidade Cultural e Saúde*. Brasília: MEC/SEF,1997 a.
7. BRASÍLIA. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília, DF, CNE, 10 de março de 2004. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (Relatora).

9. CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2000.
10. CAVALLEIRO, Eliane (Org.). *Racismo e Anti-racismo na educação: repensando nossa escola* São Paulo: Selo, 2001.
11. CONSTITUCIONAL, Emenda. República Federativa do Brasil, Ano 05/09/05 Local,mês/Ano.Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 15/ 01/ 2010.
12. GOMES, Nilma Lino. *A mulher negra que vi de perto*. Belo Horizonte: Mazza. Edições, 1995.
13. JACOOUD, Luciana. O Combate ao racismo e à desigualdade: O Desafio Das Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial. In: THEODORO, Mário.(org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição*. Brasília. Ipea, 2008.
14. LIBÂNEO, SOUSA, Sandra M. Zákia L. Avaliação do Rendimento Escolar como Instrumento de Gestão Educacional. In: OLIVEIRA, Dalila (Org.). *Gestão Democrática da Educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
15. LIMA, Maria Nazaré Mota de. (org). *Escola Plural: A Diversidade está na sala. Formação de Professoras em História e Cultura Afro-brasileira e Africana*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF; Salvador, BA: CEAFFRO, 2006.
16. MOURA, Clovis. Formas de Resistência do Negro Escravizado e do Afro – Descendente. In: MUNANGA, Kabengele (org.). *História do Negro no Brasil - O negro na sociedade brasileira: Resistência, participação, contribuição*. Brasília/CNPq: Fundação Palmares.
17. 2004.
18. MUNANGA, Kabengele. Racismo, discriminação racial e ações afirmativas: a sociedade atual. In: MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino (org.). *Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos*. São Paulo: Global: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e informação, 2006.
19. MUNANGA, Kabengele. Conceito e história da mestiçagem. In: MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
20. RUSSEF, Ivan; BITTAR, Mariluce (orgs.). *Educação Infantil: política, formação e prática docente*. Campo Grande: UCDB, 2003. SALVADOR. Cartilha Quilombola nº3. Quilombos Urbanos de Salvador e a Saúde da População Negra. 2004, p.07.

Artigo recebido em: 24/03/2011

Aceito para publicação em: 22/06/2011

Ensaio & Debates

Impactos dos Interesses Petrolíferos nas Relações Comerciais China-África¹⁵³

Marina Gusmão de Mendonça¹⁵⁴

Nas últimas décadas, o crescimento da economia chinesa tem sido alvo de constantes estudos e análises. Isto se deve ao fato de que, assim como a China se tornou a manufatura do mundo e um dos principais destinos de investimentos estrangeiros, a manutenção do crescimento do país demanda, cada vez mais, suprimentos seguros e permanentes de matérias-primas e energia. Do mesmo modo, o aumento contínuo da produção industrial requer mercados cada vez mais amplos.

Considerando essas questões, o governo chinês vem desenvolvendo estratégias e políticas voltadas à garantia da manutenção do crescimento econômico. Para tanto, o abastecimento permanente de energia, inclusive petrolífera, é fundamental. Por isto, desde 1993, a China passou da condição de exportadora de petróleo para a de importadora, e a busca por novas fontes de fornecimento se tornou vital.

A instabilidade do mercado mundial de petróleo e os problemas geopolíticos que afetam a maior zona produtora do planeta – ou seja, o Oriente Médio –, levou as autoridades chinesas a procurar novas áreas de abastecimento, inclusive em regiões antes relegadas ao segundo plano pelas grandes empresas petrolíferas do Ocidente. É este, exatamente, o caso da África, cujas jazidas são estimadas em cerca de 8% do total

¹⁵³ Este texto foi apresentado no I Seminário Iberoamericano de Estudos Asiáticos y Latinoamericanos, realizado na Universidade Nacional de Cuyo, em Mendoza, Argentina, entre os dias 27 e 28 de novembro de 2009.

¹⁵⁴ Bacharel em História e em Direito pela Universidade de São Paulo (USP); Mestre e Doutora em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP); Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília; Professora Titular licenciada de Formação Econômica do Brasil e Formação Econômica da América Latina na Faculdade de Economia e Relações Internacionais da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP); autora de *Progresso e Autoritarismo no Brasil* (Pensieri, 1992), *O Demolidor de Presidentes* (Códex, 2002), *Histórias da África* (LCTE, 2008) e *Formação Econômica do Brasil* (Thomson, 2002), este último em colaboração com Marcos Cordeiro Pires; atualmente desenvolve a pesquisa intitulada “A Trajetória Intelectual de Josué de Castro (1930/1973)” no Programa de Pós-Doutorado da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília, sob a supervisão do Prof. Dr. Tullo Vigevani. (Endereço eletrônico: marinamendonca@uol.com.br).

disponível no globo, sendo que o continente responde, atualmente, por 11% da produção mundial¹⁵⁵.

Diante disso, a estratégia do governo chinês tem sido a de se aproximar dos governos africanos, notadamente daqueles países com grandes recursos naturais, principalmente petróleo, no intuito de garantir fornecimento para a China. Em troca, oferece empréstimos e financiamentos para a construção de infra-estrutura, além de apoio tecnológico em vários setores. Também a ajuda médica e educacional tem sido constante moeda de troca entre os governos da China e dos países da África. Por último, não se pode esquecer que o continente africano constitui um imenso mercado para as manufaturas baratas chinesas.

Todos esses fatores levaram ao desenvolvimento, por parte das autoridades de Pequim, de uma estratégia de estreita aproximação com a África, de que a organização do *Fórum de Cooperação China-África* (FOCAC), a partir de 2000, é a manifestação mais evidente.

Evolução das relações diplomáticas e comerciais entre China e África (1949-1989)

A vitória da Revolução Chinesa, em 1949, introduziu um novo elemento no mundo criado a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, em que as duas grandes potências vitoriosas no conflito – Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS) – passaram a disputar a hegemonia econômica e política do planeta. Num primeiro momento, a Revolução Chinesa parecia vir fortalecer o campo socialista sob hegemonia soviética e, na década de 1950, o país efetivamente se alinhou com a URSS. Nessa época, os únicos parceiros políticos da China eram a própria URSS e as nações socialistas da Ásia e do Leste Europeu.

Todavia, a necessidade de desenvolver o país e a busca por uma política que pudesse contribuir para promover a revolução socialista no mundo levaram o governo de Pequim a divulgar, em 1954, um documento intitulado *Cinco Princípios da Coexistência Pacífica*, que preconizava as linhas para o estabelecimento de relações com as nações recém-independentes da Ásia e da África, a saber: 1) respeito mútuo da soberania e da integridade territorial; 2) não agressão mútua; 3) não ingerência em assuntos internos; 4) igualdade e vantagens recíprocas; e 5) coexistência pacífica¹⁵⁶.

Essa estratégia ganhou impulso durante a Conferência de Bandung, realizada na Indonésia, em 1955, quando representantes de trinta e três países asiáticos e africanos

¹⁵⁵ Veja-se: VAN DE LOOY, Judith. Africa and China: a strategic partnership? *African Studies Center*. Leiden, 2006, p. 15 (disponível em: <http://www.africanstudies.nl/Pdf/wp67.pdf> - acesso em 10/10/2009).

¹⁵⁶ Veja-se: HONG-MING, Zhang. *A política chinesa na África*, p. 2 (disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/china/10.rtf> - acesso em 9/10/2009).

fixaram os princípios norteadores daquele que ficou conhecido como *Movimento dos Países Não-Alinhados*. A seguir, em 1956, o governo egípcio, liderado por Gamal Abdel Nasser, estabeleceu relações diplomáticas com a China. A partir de então, as autoridades chinesas se voltaram para uma política efetiva em relação à África, baseada em dois objetivos: 1) empenho em estabelecer relações com países recém-independentes; e 2) apoio ao processo de descolonização do continente. A justificativa era que China e África mantinham uma história comum de luta contra o colonialismo ocidental.

A partir do início da década de 1960, e especialmente depois da Revolução Cultural, a China construiu uma política externa cada vez independente, passando a lutar contra aquilo que denominou dupla hegemonia, que seria exercida pelos EUA e pela URSS. Dentro dessa perspectiva, o governo chinês procurou organizar uma frente internacional, na qual os países subdesenvolvidos constituiriam a principal força na luta contra a hegemonia norte-americana e soviética. E, com o objetivo de se aproximar das nações africanas, em 1963, Chou-En-lai, Primeiro-Ministro chinês, realizou uma visita a dez países do continente, durante a qual proclamou os cinco princípios que passariam a embasar as relações sino-africanas: 1) apoio aos povos da África na luta contra o imperialismo, o colonialismo e o neo-colonialismo; 2) adoção de uma política de paz, neutralidade e não-alinhamento; 3) apoio às aspirações de solidariedade e unidade por meio de livre escolha; 4) respeito à soberania dos países africanos; e 5) luta contra agressões e intervenções estrangeiras¹⁵⁷. Essa posição seria fortalecida em 1964, quando a França estabeleceu relações diplomáticas com a República Popular da China (RPC). Tal fato possibilitou dissipar eventuais resistências nas ex-colônias francesas na África.

Em 1971, a China obteria uma grande vitória internacional, com a expulsão de Taiwan da Organização das Nações Unidas (ONU) e a integração da RPC nos quadros daquele organismo, inclusive como membro permanente do Conselho de Segurança e, conseqüentemente, com poder de veto. Para esse resultado contribuiu enormemente o fato de os países africanos deterem cerca de 1/3 dos votos na Assembléia Geral da ONU.

A partir de então, a China adotaria uma política de reaproximação com os EUA, tendo em vista que o Partido Comunista Chinês (PCC) passou a considerar a URSS como a verdadeira inimiga. Nesse sentido, o governo de Pequim começou a fornecer armas e treinamento militar para diversas organizações de libertação de países africanos, notadamente das colônias portuguesas, com vistas a contrabalancear a política soviética no continente.

¹⁵⁷ Idem, p. 7.

O fortalecimento das relações sino-africanas (1989-2009)

Depois da morte de Mao-Tsé-Tung, em 1976, as novas diretrizes adotadas pelo PCC, voltaram-se para a modernização do país. Isto levou as autoridades de Pequim a redefinir sua estratégia diplomática, com o objetivo de construir um contexto internacional pacífico, no qual fosse possível dar prioridade aos interesses do Estado chinês. A partir de então, o governo adotou uma política externa pragmática, baseada em três princípios: 1) manutenção da independência e da autonomia; 2) defesa da paz; e 3) busca de um desenvolvimento comum¹⁵⁸. No que diz respeito à África, a estratégia fundamental seria a de despolitizar as relações, dando-se ênfase à cooperação e aos intercâmbios comerciais.

Com o fim da Guerra Fria, em 1989, e as conseqüentes mudanças ocorridas na conjuntura internacional, o governo chinês buscou estabelecer relações com todos os países do mundo. A característica fundamental da diplomacia chinesa passaria a ser, então, a abertura externa como política de Estado, cujos objetivos seriam: 1) promoção de intercâmbios; 2) cooperação comercial, econômica, científica, tecnológica e cultural; 3) vantagens recíprocas; e 4) resolução de problemas históricos por meio de negociações pacíficas.

Para que esses objetivos pudessem ser alcançados foi de fundamental importância o papel exercido nos organismos internacionais pelos países africanos. Isto porque, após os acontecimentos da Praça da Paz Celestial, em 1989, a China se tornou alvo de intensas pressões ocidentais, principalmente no que se refere à questão dos direitos humanos. Nesse sentido, os votos dos representantes africanos na ONU contribuíram para relaxar aquelas pressões. A tentativa de contornar tais sanções ocidentais foi um dos motivos que fez com que o governo chinês, a partir do início da década de 1990, procura-se diversificar seus mercados, o que o levou a impulsionar suas relações com a África. Foi com esta finalidade que o Ministério do Comércio Exterior e da Cooperação Econômica elaborou, em 1993, um plano para exploração dos mercados africanos, passando a estimular empresas chinesas a participarem do comércio e a aumentarem seus investimentos naquele continente.

Nessa ocasião – e como já mencionado -, outra questão surgia no horizonte do desenvolvimento econômico chinês: o fato de o país ter passado, em 1993, da condição de exportador para a de importador de petróleo. Diante disso, o governo decidiu reorganizar as fontes fornecedoras de energia, baseando-se em duas alternativas: 1) a expansão do uso de gás natural, recorrendo às jazidas domésticas e às de países vizinhos; e 2) o ingresso na corrida mundial por suprimentos de petróleo, buscando acordos com nações detentoras de

¹⁵⁸ Veja-se: OLIVEIRA, Amaury Porto de. *A política africana da China*, p. 4 (disponível em: <http://www.casadasafricanas.org.br/site/img/upload/674760.pdf> - acesso em: 9/10/2009).

grandes reservas, especialmente aquelas em que as principais empresas petrolíferas internacionais tivessem dificuldades para se implementar. E isto ocorria em diversos países africanos.

Dessa forma, em 1995, Zhu Rongji, Ministro da Economia da China, realizou uma visita à África e organizou a Conferência Nacional de Trabalho para Reforma da Assistência a Países Estrangeiros. O resultado imediato foi a criação, em 1996, de Centros para Investimento e Comércio em dez países africanos. E, no ano seguinte, o Ministério do Comércio Exterior e da Cooperação Econômica convocaria a primeira conferência nacional sobre cooperação econômica e comercial com a África. Finalmente, em outubro de 2000, seria realizado, em Pequim, o *I Fórum de Cooperação China-África* (FOCAC), durante o qual o governo chinês anunciou a decisão de reduzir ou cancelar dívidas de países africanos no montante de U\$ 1,2 bilhão, ampliando ainda a parcela do continente na assistência externa chinesa¹⁵⁹.

Saliente-se que, ao organizar o FOCAC, a China tinha, como objetivo fundamental, garantir fornecimento de matérias-primas para sustentar seu próprio desenvolvimento econômico. Porém, do ponto de vista africano, a posição chinesa é extremamente atraente. De fato, os países do continente nutrem grandes ressentimentos em relação ao Ocidente, não apenas pelo passado colonial, mas pelo fato de que, nas últimas décadas, e em função da predominância do neoliberalismo, houve retração dos investimentos e da ajuda para o desenvolvimento do continente. A tendência dos antigos doadores ocidentais, desde o início da década de 1990, tem sido a de condicionar o auxílio a mudanças políticas e econômicas nos países receptores. Diante disso, os governos africanos passaram a buscar outras fontes de recursos que possam contribuir para a manutenção da estabilidade e independência dos regimes. A China tem se colocado, desde então, como uma parceira econômica de primeira ordem. Afinal, este país tem mostrado um comportamento diverso daquele adotado pelo Ocidente, aceitando, entre outros, realizando acordos com os governos do Zimbábue, da República Centro-Africana e do Sudão, nações que sofrem graves restrições por parte do Ocidente e dos organismos financeiros internacionais, nas décadas de 1990 e 2000.

O resultado tem sido um aumento impressionante do volume de negócios entre a China e a África. Para se ter uma idéia desse crescimento, basta lembrar que, em 1999, o valor total do comércio sino-africano era de U\$ 2 bilhões, passando para U\$ 29,6 bilhões

¹⁵⁹ Veja-se: HONG-MING, Zhang, op. cit., p. 24.

em 2004¹⁶⁰, U\$ 40 bilhões em 2005¹⁶¹, e U\$ 55,5 bilhões em 2006, enquanto, neste mesmo ano, as exportações da África para a China atingiram U\$ 28,8 bilhões¹⁶². No que diz respeito à evolução das relações econômicas entre as duas partes, entre 1979/2004, a China investiu cerca de U\$ 925 milhões no continente¹⁶³, sendo que, em 2004, dos U\$ 15 bilhões de investimentos externos na África, cerca de U\$ 900 milhões eram chineses¹⁶⁴.

Também os dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apontam para um crescimento muito acentuado dos investimentos chineses na África nos últimos anos. De fato, se na segunda metade da década de 1990 o valor era estimado em U\$ 107 milhões ao ano, entre 2003 e 2006 passou para U\$ 2,6 bilhões ao ano¹⁶⁵. Assim, estudos do Banco Mundial (BIRD) mostram que os recursos chineses atingiram 10% do total de investimentos diretos estrangeiros na África.¹⁶⁶. E, de acordo com o *China-Africa Business Council*, atualmente a China é o terceiro maior parceiro comercial da África, atrás apenas dos Estados Unidos e da França, mas à frente da Grã-Bretanha. Apesar disso, em 2005, a participação da África no comércio total chinês ainda era muito pequena (cerca de 3%), embora o crescimento tenha sido de 535% desde 1995¹⁶⁷.

Outro aspecto a ressaltar diz respeito às características do investimento chinês na África. Com efeito, das cerca de 800 empresas instaladas no continente, aproximadamente 100 são estatais¹⁶⁸, reunindo os maiores recursos. Os financiamentos são oferecidos pelo *China Development Bank* (CDB) e pelo *China Export and Import Bank* (*Exim Bank*), ambos estatais. Finalmente, destaque-se que apenas cinco países recebem a maior parte desses investimentos: Argélia, Nigéria, África do Sul, Zâmbia e Sudão.

O *Exim Bank*, criado em 1994, se tornou a principal instituição financiadora das empresas chinesas no exterior. Seu maior objetivo é promover exportações e investimentos. O crescimento das operações foi muito acentuado e, já em 2005, suas atividades eram maiores que as de agências norte-americanas, inglesas e japonesas. Naquele ano, os créditos oferecidos pelo *Exim Bank* se estenderam também a projetos desenvolvidos na África. Para tanto, em 2006, o governo chinês divulgou um documento

¹⁶⁰ Veja-se: TAYLOR, Ian. China's oil diplomacy in Africa. *International Affairs*. v. 82, nº 5, 2006, p. 937.

¹⁶¹ Veja-se: OLIVEIRA, Amaury Porto de, op. cit., p. 12.

¹⁶² Veja-se: ASHAN, Li. China and Africa: policy and challenges. *China Security*. v. 3, nº 3, verão/2007, p. 78

¹⁶³ Veja-se: NIQUET, Valérie. *China's african strategy*, p. 6 (disponível em: <http://www.diplomatie.gouv.fr/en/IMG/pdf/0805-Niquet.ANG.pdf> - acesso em: 10/10/2009).

¹⁶⁴ Veja-se: OLIVEIRA, Amaury Porto de, op. cit., p. 12.

¹⁶⁵ Veja-se: ACIOLY, Luciana; ALVES, Maria Abadia S.; LEÃO, Rodrigo Pimentel F. A internacionalização das empresas chinesas (nota técnica). *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, p. 9 (disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/notastecnicas22.pdf> - acesso em: 9/10/2009).

¹⁶⁶ Veja-se: OLIVEIRA, Amaury Porto de, op. cit., p. 12.

¹⁶⁷ Veja-se: NIQUET, Valérie, op. cit., p. 4.

¹⁶⁸ Veja-se: ACIOLY, Luciana; ALVES, Maria Abadia S.; LEÃO, Rodrigo Pimentel F., op. cit., p. 9.

intitulado “*Política Africana*”, por meio do qual encorajava e oferecia suporte para empresas com investimentos e negócios no continente.

Ao mesmo tempo, anunciou diversos projetos a serem financiados pelo *Exim Bank*, a saber: 1) empréstimo de U\$ 1,2 bilhão para Gana; 2) U\$ 2,3 bilhões de financiamento para Moçambique, para construção da represa de Mepanda Nkua e da planta de uma hidrelétrica, além de U\$ 300 milhões para a represa de Moamba-Major; 3) U\$ 1,6 bilhão para um projeto petrolífero na Nigéria; 4) U\$ 200 milhões para a construção do primeiro satélite de comunicação da Nigéria; 5) linha de crédito de U\$ 2 bilhões para Angola, com possibilidade de outra, no montante de U\$ 9 a 10 bilhões; e 6) empréstimos e créditos para exportação no Congo-Brazzaville, no Sudão e no Zimbábue¹⁶⁹. Ademais, a China está procurando abrir seu mercado interno para a África, reduzindo tarifas de vários produtos (em 2009, devem passar de 190 para 440)¹⁷⁰.

Em resumo, em setembro de 2006, o *Exim Bank* travava contatos com 39 países africanos, possuindo 259 projetos do continente em seu portfólio. Os projetos para o setor de energia correspondiam a 40% dos acordos, seguidos de 24% destinados a múltiplos setores, 20% para transportes, 12% para telecomunicações e 4% para projetos aquáticos¹⁷¹. Durante a cúpula da FOCAC, realizada em Pequim, em 2006, o presidente chinês, Hu Jintao, anunciou a liberação de U\$ 3 bilhões em empréstimos preferenciais, e mais U\$ 2 bilhões para importadores africanos em três anos. A seguir, em maio de 2007, o *Exim Bank* se comprometeu a conceder cerca de U\$ 20 bilhões para a África, até 2010 (apenas para efeito de comparação, em 2006 o BIRD aprovou apenas U\$ 4,8 bilhões para o continente). Finalmente, no mesmo mês, o *CDB* anunciou a criação de um Fundo Sino-Africano para o Desenvolvimento, com o objetivo de garantir investimentos em infra-estrutura, agricultura e manufatura¹⁷².

Como se vê, a expansão comercial da China na África tem sido muito acentuada. Como salientou Ian Taylor, o principal interesse chinês no continente é o mercado de petróleo, embora não seja o único, uma vez que o país necessita de matérias-primas de todo tipo, especialmente cobre, bauxita, urânio, alumínio, manganês e minério de ferro¹⁷³.

¹⁶⁹ Veja-se: MOSS, Todd; ROSE, Sarah. *China Exim Bank and Africa: new lending, new challenges*. Center for Global Development: Washington, D.C., Nov/2006, p. 1 (disponível em: <http://www.eldis.org/vfile/upload/1/document/0708/DOC22802.pdf> - acesso em: 10/10/2009).

¹⁷⁰ Veja-se: ASHAN, Li, 2007, op. cit., p. 79.

¹⁷¹ Veja-se: BOSSHARD, Peter. China's environmental footprint in Africa. *Working Papers in African Studies*, p. 3 (disponível em: <http://www.sais-jhu.edu/academics/regional-studies/africa.pdf/BosshardWorkingPaper.pdf> - acesso em 10/10/2009).

¹⁷² Idem, p. 4.

¹⁷³ Veja-se: TAYLOR, Ian, 2006, op. cit., p. 938.

A política chinesa em relação ao petróleo africano

Em 1993, diante do fim da auto-suficiência em petróleo, a China assinou com o Peru o primeiro contrato de fornecimento externo do produto, seguindo-se outros acordos, primeiramente com a Venezuela e, depois, com países da Ásia, notadamente o Irã. E, a partir de 1998, as autoridades chinesas procurariam racionalizar a maior parte das operações das empresas estatais de petróleo, submetendo-as à regulamentação da Administração Nacional de Energia.

Assinale-se que, do ponto de vista da estratégia do governo chinês, essas medidas eram absolutamente necessárias, tendo em vista que o crescimento da demanda tem sido exponencial, como se constatou em 2003, quando a China ultrapassou o Japão como segundo maior consumidor de petróleo do mundo. Entre 1995/2005, o consumo do país dobrou, atingindo cerca de 6,8 milhões de barris/dia. Conforme dados da *US Energy Information Administration*, a demanda chinesa deve crescer 130% até 2025 (12,8 milhões de barris/dia) e, segundo a Agência Internacional de Energia, em 2030 as importações de petróleo do país serão equivalentes às norte-americanas. Por fim, a previsão para 2010 é de que 45% da demanda chinesa por petróleo seja atendida por importações¹⁷⁴.

Esse crescimento exponencial do consumo de petróleo levou ao impulso verificado recentemente no comércio sino-africano. Com efeito, no caso da África, o governo chinês passou a desenvolver uma diplomacia voltada eminentemente para a obtenção de petróleo, cujas principais metas são: 1) no curto prazo, assegurar o fornecimento para garantir a manutenção do crescimento econômico; e 2) no longo prazo, colocar a China como país influente no mercado internacional de petróleo. Dessa forma, foram estabelecidos contratos com diversos países, especialmente Sudão, Angola e Argélia, onde passaram a atuar as três maiores empresas petrolíferas chinesas, todas estatais: *China National Petroleum Corporation (CNPC)*, *China Petroleum and Chemical Corporation (SINOPEC)*, e *China National Offshore Oil Corporation (CNOOC)*.

Das três, a maior delas é a *CNPC*. Fundada em 1988, desde 1993 a empresa opera no mercado externo, tanto na exploração e na produção de gás e petróleo como, também, no transporte de combustível. A companhia atua em todos os campos de exploração, desenvolvimento, refino, química, prospecção, perfuração, produção de testes e engenharia do setor. Com subsidiárias principalmente no Oriente Médio, na Ásia e na África, detém US\$ 6 bilhões de ativos e 22 mil empregos no exterior¹⁷⁵, sendo responsável por 66% do fornecimento de petróleo e gás para a China, e com 42% da capacidade de refinação do

¹⁷⁴ Idem, p. 943.

¹⁷⁵ Veja-se: ACIOLY, Luciana; ALVES, Maria Abadia S.; LEÃO, Rodrigo Pimentel F., op. cit., p. 6.

país¹⁷⁶. Já a *SINOPEC*, é responsável por 23% da produção de petróleo, 11% da produção de gás e 54% da capacidade de refinação¹⁷⁷. Quanto à *CNOOC*, foi fundada em 1982, e opera na exploração e produção de petróleo em alto-mar.

A estratégia das petrolíferas chinesas tem sido a de adquirir fontes de fornecimento estrangeiras por meio de contratos de longo prazo e da compra de estabelecimentos ligados à indústria de energia por todo o mundo. No caso da África, a China procura se estabelecer principalmente nos países onde não atuam empresas européias e norte-americanas. O sucesso desta investida decorre do fato de as petrolíferas chinesas serem estatais, o que lhes permite cobrir ofertas de eventuais competidores e aceitar contratos de longo prazo na maior parte dos acordos com os países africanos. Isto, evidentemente, não é possível para as empresas ocidentais, que têm de considerar os lucros e a sua partilha. Por outro lado, o interesse da China pelo petróleo africano levou-a até mesmo a abandonar a única exigência que fazia aos seus fornecedores: não manter relações diplomáticas com Taiwan. Prova disso é o contrato assinado com o Chade, em 2003, pelo qual o governo chinês se comprometeu a construir um oleoduto ligando a área produtora do país aos Camarões.

Tendo em vista essa estratégia, os contratos de exploração petrolífera na África se sucedem. Assim, em 2002, a *SINOPEC* assinou um acordo de U\$ 525 milhões para a exploração do campo de Zarzaitine, na Argélia. Em 2003, a *CNPC* comprou refinarias argelinas por U\$ 360 milhões, e firmou um contrato para explorar petróleo em dois blocos, ao mesmo tempo em que a *PetroChina* estabeleceu acordo com a *Algeria's Hydrogen Carbide* para desenvolvimento de campos e a construção de uma refinaria. Em 2004, a *Total Gabon* assinou contrato com a *SINOPEC*, pelo qual o petróleo gabonês será vendido para a China. E, no ano seguinte, novos acordos foram firmados: Angola recebeu um empréstimo de U\$ 2 bilhões, em troca de contratos sobre petróleo, a *PetroChina* e a *Nigerian National Petroleum Corporation* acertaram uma aquisição de 30 mil barris/dia de óleo cru, no valor de U\$ 800 milhões, e foi anunciada a intenção chinesa de explorar manganês, petróleo e ouro na Costa do Marfim, onde a *SINOPEC* já possui investimentos num campo na costa, controlando 27% do bloco.

No ano de 2006, foram firmados diversos outros acordos: primeiramente, a *CNOOC* aceitou pagar U\$ 2,3 bilhões pela demarcação de um campo de petróleo e gás na Nigéria, além de assinar contrato para exploração de seis blocos na costa do Quênia, numa extensão de 44.500 milhas quadradas de norte a sul do país, e outro de U\$ 4 bilhões por licenças de exploração na Nigéria. Ademais, a *SONANGOL* anunciou uma concessão à

¹⁷⁶ Veja-se: TAYLOR, Ian, 2006, op. cit., p. 941.

¹⁷⁷ Idem, *ibidem*.

SINOPEC, pela qual esta última adquiriu o direito de demarcar 40% do bloco número 18, em troca de uma ajuda de U\$ 1 bilhão para o governo angolano e mais investimentos de U\$ 1,4 bilhão.

Também em 2006, as empresas petrolíferas chinesas divulgaram a assinatura de contratos de exploração marítima no Congo-Brazzaville. Anunciaram, ademais, o começo das atividades no norte da Namíbia, onde pretendem instalar uma refinaria. De outra parte, a Nigéria comunicou que daria direito de prioridade de recusa à *CNPC* em quatro blocos, em troca de um compromisso de investimento de U\$ 4 bilhões em infra-estrutura. Pelo acordo, a China adquiriria o controle da refinaria de Kaduna, com capacidade para 110 mil barris/dia, em troca da construção de uma ferrovia e de estações de transmissão de energia.

Ainda em 2006, a *Zhongyuan Petroleum Company* iniciou a exploração na bacia de Gambella, no oeste da Etiópia, ao mesmo tempo em que começaram os estudos para a formação de *joint-ventures* em Madagáscar, com o objetivo de explorar reservas recém-descobertas. Finalmente, a *SINOPEC* e a *CNPC* adquiriram direitos de perfuração num campo no Sudão, por U\$ 600 milhões¹⁷⁸.

Diante dessas investidas, a diplomacia ocidental tem criticado veementemente a postura chinesa de fazer acordos com diversos países da África, considerados “Estados-párias”, integrantes do “eixo do mal” e “arcos de extremismo”. Sobre isto, o Embaixador chinês na Eritreia rebateu: “*Não há Estados-párias. A China foi classificada como tal no passado, e outros governos não deveriam criticá-la*”. De qualquer forma, a propósito desse debate, é significativa a declaração do Embaixador de Serra Leoa na China. Segundo ele, “*os chineses simplesmente vêm e fazem. Não exigem nada sobre impacto ambiental, direitos humanos, boa e má governança*”. E acrescentou: “*Eu não estou dizendo que está certo, apenas que os investimentos chineses estão sendo bem sucedidos porque não há altas exigências*”¹⁷⁹.

Embora a China tenha se tornado, em 2004, o segundo maior importador de petróleo da África, atrás apenas dos EUA, é preciso ressaltar que o valor comercial dos investimentos das empresas petrolíferas chinesas no continente atinge apenas 8% do valor comercial combinado das empresas ocidentais atuantes no petróleo africano, e cerca de 3% do que todas as companhias petrolíferas investem no continente. E as empresas chinesas produzem menos óleo e gás que as ocidentais¹⁸⁰. Por outro lado, em 2006, a exportação total das petrolíferas chinesas foi de 267 mil barris/dia, correspondentes a 1/3 da produção da *Exxon Mobil*, maior empresa estrangeira na África, que extraiu cerca de 780 mil

¹⁷⁸ Sobre esses acordos, veja-se: TAYLOR, Ian, 2006, op. cit., pp. 944-945.

¹⁷⁹ Apud TAYLOR, Ian, 2006, op. cit., p. 946 (tradução nossa – MGM).

¹⁸⁰ Veja-se: DOWNS, Erica S. The fact and fiction of sino-african energy relations. *China Security*. v. 3, nº 3, verão/2007, p. 44.

barris/dia, e 7% daquilo que a maior companhia do continente – *Sonatrach* – obteve, ou seja, 4,1 milhões de barris/dia. De todo modo, os interesses chineses estão apoiados nas grandes reservas comprovadas que a África possui de petróleo: entre 1996/2006, esses recursos se elevaram 56%, em comparação com os 12% do restante do mundo, e as projeções indicam que até 2010 a África Ocidental responderá por 38% do crescimento da produção global¹⁸¹.

Seja como for, para se ter uma idéia do sucesso dessa política, em 2005 a China comprava 38 milhões de toneladas de petróleo da África, correspondentes a 30% de suas importações¹⁸². De outra parte, a demanda chinesa por petróleo provocou o aumento dos preços internacionais que, entre 2001/2006, subiram de U\$ 26 para U\$ 66/barril. Isto proporcionou mais recursos para os Estados produtores africanos, levando a um crescimento econômico do continente de 4,5%, em 2004¹⁸³. Assinale-se também que os principais exportadores de petróleo da África - Argélia, Líbia, Nigéria e Sudão – detinham, em 2004, aproximadamente 54% do total de investimentos chineses no continente¹⁸⁴. E os maiores fornecedores de petróleo para a China – e também os maiores beneficiários dessa política - são Angola e Sudão, que exportam 25% e 60%, respectivamente, de sua produção para aquele país¹⁸⁵.

A questão do petróleo em Angola e no Sudão

Depois da destruição provocada por quase 30 anos de guerra civil, Angola é, atualmente, o segundo maior produtor de petróleo da África subsaariana, e suas reservas são estimadas em 12,3 bilhões de barris. Para se ter uma idéia da importância do petróleo na economia angolana, basta lembrar que, em 2007, correspondia a 55% do PIB, 90,3% das exportações, 78,6% das receitas fiscais e 80,1% das receitas totais¹⁸⁶.

Esta circunstância tem sido considerada fundamental para a reconstrução do país. A China tem aí um papel indiscutível, pois se tornou uma alternativa de financiamento. Com efeito, em 2004, o governo angolano procurou negociar um empréstimo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), com o objetivo de reconstruir a nação. Todavia, o organismo fez severas exigências em relação à adoção de medidas de austeridade e transparência. Quando o acordo estava em vias de ser assinado, as autoridades de Luanda

¹⁸¹ Idem, p. 45.

¹⁸² Veja-se: OLIVEIRA, Amaury Porto de, op. cit., p. 10.

¹⁸³ Veja-se: TAYLOR, Ian, 2006, op. cit., p. 951.

¹⁸⁴ Veja-se: VAN DE LOOY, Judith, 2006, op. cit., p. 26.

¹⁸⁵ Veja-se: NIQUET, Valérie, op. cit., p. 5.

¹⁸⁶ Veja-se: ALVES, Duarte Bué. A presença chinesa em África: o caso de Angola. *Negócios Estrangeiros*. nº 10, fev/2007.p. 61.

anunciaram que não tinham mais interesse no mesmo. Na verdade, haviam recebido uma proposta do *Exim Bank* chinês, pelo qual a instituição oferecia um empréstimo de U\$ 12 bilhões, com juros de 1,5% ao ano e prazo de 17 anos para pagamento, em troca de um suprimento de 10 mil barris/dia de petróleo cru, volume que seria elevado posteriormente para 40 mil barris/dia. Além disso, oferecia também contratos para a realização de obras de infra-estrutura¹⁸⁷. A única condição era que os primeiros U\$ 2 bilhões liberados fossem aplicados no desenvolvimento de projetos em que 70% das obras ficassem a cargo de empresas chinesas. O resultado foi que, entre 2001/2006, a produção de petróleo de Angola quase dobrou, elevando-se de 742 mil barris/dia para 1,4 milhão de barris/dia¹⁸⁸.

No caso do Sudão, anteriormente importador de petróleo, os investimentos chineses transformaram o país em exportador do produto. Em 2005, aproximadamente 10 mil chineses trabalhavam no Sudão¹⁸⁹, sendo que 4.000 destes eram guardas chineses não uniformizados contratados para garantir os interesses econômicos daquele país¹⁹⁰. No entanto, cabe assinalar a aparente despreocupação da China com o fato de o Sudão integrar a lista negra dos EUA. Para os chineses, além de uma fonte segura de abastecimento de petróleo, a ajuda ao governo sudanês lhes garante simpatia dos demais Estados africanos.

Atualmente, a China é o maior investidor estrangeiro no Sudão, sendo o total desses recursos estimado em U\$ 4 bilhões¹⁹¹, e sua política se baseia em critérios exclusivamente econômicos. De fato, além dos investimentos na indústria petrolífera, o governo chinês tem lucrado com a venda de aviões militares e armamentos para o Sudão. Contudo, é preciso assinalar que os recursos oferecidos pela China têm contribuído para melhorar a infra-estrutura do país, propiciando a construção de escolas e hospitais, e desenvolvendo projetos de abastecimento de água, além do fornecimento de U\$ 10 milhões em ajuda humanitária¹⁹².

Somente no que diz respeito à produção de energia, é preciso destacar que a China se responsabilizou pela construção da Usina de Meroé, ao custo de US\$ 2 bilhões. A usina terá capacidade para a geração de 1.250 megawatts, dobrando o fornecimento no país e garantindo o abastecimento das cidades de Cartum, Port Sudan e Dongola¹⁹³. Aí também, como em Angola, a China está sendo uma alternativa de financiamento para o governo, tendo em vista que, desde o fim da década de 1990, as autoridades sudanesas haviam

¹⁸⁷ Veja-se: TAYLOR, Ian, 2006, op. cit., p. 947.

¹⁸⁸ Veja-se: DOWNS, Erica S., 2007, op. cit., pp. 56-57.

¹⁸⁹ Veja-se: VAN DE LOOY, Judith, 2006, op. cit., p. 17.

¹⁹⁰ Veja-se: OLIVEIRA, Amaury Porto de, op. cit., p. 10.

¹⁹¹ Veja-se: TAYLOR, Ian, 2006, op. cit., p. 949.

¹⁹² Veja-se: ASHAN, Li, 2007, op. cit., p. 77.

¹⁹³ Veja-se: BOSSHARD, Peter, op. cit., p. 6.

tentado obter financiamento também no Canadá, na Malásia, na Europa e em países árabes, que negaram ajuda em virtude do atraso no pagamento de juros de empréstimos anteriormente concedidos pelo BIRD e pelo FMI. Por outro lado, a França rejeitou apoio em decorrência dos impactos ambientais e sociais do projeto da usina. Diante disso, a China concordou em financiá-la em 2002. As empresas responsáveis pela obra são a *China International Water and Electric Corporation* e a *China National Water Resources and Hydropower Engineering Corporation*, que atuam em conjunto com companhias sudanesas, alemãs, francesas e suíças.

Quanto aos interesses petrolíferos, a *CNPC* se tornou parceira num consórcio para desenvolvimento da produção de petróleo no Sudão, desde meados da década de 1990. O braço da empresa na construção civil ajudou a erguer um oleoduto de 932 milhas até o Mar Vermelho, com custos de U\$ 15 bilhões¹⁹⁴, além de uma refinaria perto de Cartum. Ademais, a *Petroleum Engineering Construction Group* está construindo um terminal de exportação em Port Sudan, ao custo de US\$ 215 milhões, bem como um oleoduto entre os campos e o porto¹⁹⁵.

Atualmente, a *CNPC* detém o controle de 40% da *Greater Nile Petroleum Operating Company (GNPOC)*, uma *joint-venture* com a *Malaysia's Petronas*, a *India's ONGC* e a *Sudan's Sudapet* que se constitui, hoje, na maior empresa sudanesa. A parcela chinesa no projeto é de cerca de 150 mil barris/dia. O campo explorado cobre cerca de 50 mil milhas quadradas na região sul do país, e a produção deve chegar a 15 milhões de toneladas/ano de óleo cru, sendo as reservas comprovadas de 220 milhões de toneladas¹⁹⁶.

Considerações finais

Desde o início da década de 1990, o grande crescimento das relações comerciais sino-africanas e o volume dos investimentos chineses no continente, que se acentuaram marcadamente a partir de 2000, vêm mudando a face da África. Devido a este fato os países africanos têm, agora, mais acesso a manufaturados baratos, e conquistaram um mercado seguro para exportações, notadamente de produtos primários.

No caso do petróleo, os interesses da China são claros: garantir abastecimento para a continuidade do crescimento econômico e, no futuro, assumir capacidade de intervenção no mercado mundial de óleo. Tendo em vista esses objetivos, o governo chinês desenvolve uma política agressiva, estabelecendo contratos com diversos países do mundo, inclusive da

¹⁹⁴ Veja-se: VAN DE LOOY, Judith, 2006, op. cit., p. 17.

¹⁹⁵ Veja-se: TAYLOR, Ian, 2006, op. cit., p. 950.

¹⁹⁶ Idem, p. 949.

África. Para isto, não atenta para às críticas ocidentais e às pressões e boicotes estabelecidos por organismos internacionais. Para a China, a questão do abastecimento de petróleo é estratégica, e as autoridades do país não tecem grandes considerações éticas, morais, humanitárias e ambientais antes de assinar os acordos. Como assinalou Zhou Wenzhong, representante do Ministério do Exterior da China, a propósito dos contratos assinados com o governo do Sudão: “negócios são negócios. Nós tentamos separar política de negócios. Penso que a situação interna do Sudão é um assunto interno”¹⁹⁷.

Por outro lado, o fato de as empresas petrolíferas chinesas serem estatais garante ao país vantagens nas negociações, o que se mostra inviável para as companhias ocidentais, que têm de se preocupar com lucros e com distribuição de dividendos entre os acionistas. Em face disso, só resta ao Ocidente reclamar.

Já do ponto de vista africano, a posição chinesa é extremamente atraente, conforme se pode ver das palavras de Thabo Mbeki, Presidente da África do Sul, em visita à China, em 2001. Segundo ele,

“O mundo e todos nós somos definidos pela divisão entre ricos e pobres, os que têm e os que não têm, os desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Esta é a diferença entre os países do Norte e do Sul. Com a China, nós somos normalmente definidos como pertencendo ao Sul”¹⁹⁸.

O entusiasmo dos chefes de Estado e representantes de países da África durante a cúpula do FOCAC, realizada em 2006, em Pequim, era patente. De fato, para Sikatana, Ministro do Exterior de Zâmbia, “o melhor que podemos fazer é agir como os chineses”¹⁹⁹. Já Meles Zinawi, Primeiro-Ministro da Etiópia, afirmou:

“Sentimo-nos bem diante do aumento da influência da China na África. Para a África, a influência da China não é fonte de preocupação ou perigo. Os países africanos estão felizes por assistir ao despertar da China”²⁰⁰.

Também Hosni Mubarak, então presidente do Egito, manifestou seu entusiasmo: “para mim, visitar a China é como estar em casa. O Egito vê a China mais como uma irmã do que uma nação amiga comum”. Por seu turno, Kufour, Presidente de Gana, assim se pronunciou: “com ricos recursos, vasto mercado potencial, tecnologia e capital, África e China podem estabelecer cooperação com ganhos para as duas”²⁰¹. Finalmente, Mosisili, Primeiro-Ministro do Lesoto, afirmou:

“O Lesoto está convencido de que o FOCAC é mais importante como um mecanismo prático para um diálogo político regular e de alto nível, bem como

¹⁹⁷ Apud TAYLOR, Ian, 2006, op. cit., p. 950 (tradução nossa – MGM).

¹⁹⁸ Apud VAN DE LOOY, Judith, 2006, op. cit., p. 6 (tradução nossa – MGM).

¹⁹⁹ Apud KING, Kenneth. *Aid within the wider China-Africa partnership: a view from Beijing Summit*, p. 4 (disponível em: <http://www.hku.edu/cerc/KK-article/4.China-Africa%Partnership.King.2006d.pdf> – acesso em: 10/10/2009) – tradução nossa - MGM.

²⁰⁰ Idem, ibidem.

²⁰¹ Idem, ibidem.

para consultoria sobre cooperação nos âmbitos social, econômico, cultural, científico, tecnológico, comercial e para investimentos”²⁰².

Contudo, é preciso ressaltar que o estreitamento dos laços financeiros e comerciais com a China não tem evitado o aparecimento de tensões sociais e políticas nos países africanos, as quais se manifestam de várias formas e por diversos motivos. Nesse sentido, um aspecto que deve se salientado é o fato de que a entrada maciça de produtos baratos chineses tem provocado prejuízos para indústrias têxteis e manufaturas de baixa tecnologia africanas, que não conseguem enfrentar a concorrência. Do mesmo modo, há atritos relacionados à disputa por mercados com redes de lojas retalhistas chinesas e, por outro lado, à prática de empresas chinesas de trazerem seus próprios trabalhadores para a realização dos projetos contratados. O resultado tem sido o surgimento de protestos por todo o continente, alguns deles extremamente violentos.

Bibliografia:

1. ACIOLY, Luciana; ALVES, Maria Abadia S.; LEÃO, Rodrigo Pimentel F. A internacionalização das empresas chinesas (nota técnica). *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* (disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/sites/000/2/publicações/notastecnicas22.pdf> - acesso em 9/10/2009).
2. ALVES, Duarte Bué. A presença chinesa em África: o caso de Angola. *Negócios Estrangeiros*. nº 10, fev/2007.
3. ANSHAN, Li. China ad Africa: policy and challenges. *China Security*. v. 3, nº 3, verão/2007.
4. BOSSHARD, Peter. China's environmental footprint in Africa. *Working Papers in African Studies* (disponível em: <http://www.sais-jhu.edu/academics/regional-studies/africa.pdf/BosshardWorkingPaper.pdf> - acesso em 10/10/2009).
5. DOWNS, Erica S. The fact and fiction of sino-african energy relations. *China Security*. v. 3, nº 3, verão/2007.
6. HONG-MING, Zhang. *A política chinesa na África* (disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/china/10.rtf> - acesso em 9/10/2009).
7. KING, Kenneth. *Aid within the wider China-Africa partnership: a view from Beijing Summit* (disponível em: <http://www.hku.edu/cerc/KK-article/4.China-Africa%Partnerrship.King.2006d.pdf> - acesso em 10/10/2009).
8. MOSS, Todd; ROSE, Sarah. *China Exlm Bank and Africa: new lending, new challenges*. Center for Global Development: Washington, D.C., Nov/2006 (disponível em:

²⁰² Idem, p. 5.

- <http://www.eldis.org/vfile/upload/1/document/0708/DOC22802.pdf> - acesso em 10/10/2009).
9. NIQUET, Valérie. *China's african strategy* (disponível em: <http://www.diplomatie.gouv.fr/en/IMG/pdf/0805-Niquet.ANG.pdf> - acesso em 10/10/2009).
 10. OLIVEIRA, Amaury Porto de. *A política africana da China* (disponível em: <http://www.casadasafricas.org.br/site/img/upload/674760.pdf> - acesso em 9/10/2009).
 11. TAYLOR, Ian. China's oil diplomacy in Africa. *International Affairs*. v. 82, nº 5, 2006, pp. 937-959.
 12. VAN DE LOOY, Judith. Africa and China: a strategic partnership? *African Studies Center*. Leiden, 2006 (disponível em: <http://www.africanstudies.nl/Pdf/wp67.pdf> - acesso em 10/10/2009).

Artigo recebido em: 25/03/2011

Aceito para publicação em: 19/06/2011

Resenha

Guerra e Cidadania de Primeira Classe

Por Flávio Thales Ribeiro Francisco²⁰³

LENTHZ-SMITH, Adriene Danette. *Freedom Struggles: African Americans and World War I*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

Como afirma o historiador Alexander Keyssar, ao observar a história do direito ao voto nos Estados Unidos, as guerras e os conflitos envolvendo a sociedade norte-americana sempre abriram brechas para que minorias políticas colocassem em questão a sua integração social. É exatamente este movimento que encontramos na obra de Adriene Lentz-Smith, historiadora de Duke University, sobre a participação de soldados afro-americanos na Primeira Guerra Mundial.

Lentz-Smith não trata especificamente das experiências dos soldados afro-americanos nas frentes de batalhas da Primeira Guerra Mundial, o seu foco é a luta da população negra por direitos nos Estados Unidos, tendo como pano de fundo o conflito entre as potências europeias. Com a presença de tropas afro-americanas combatendo em favor da democracia norte-americana, aflorava a esperança pela conquista efetiva da cidadania. A historiadora percebe uma situação contraditória em que os soldados negros reforçavam as tropas norte-americanas tendo como horizonte uma cidadania de primeira classe, mas lutando por um país que difundia supremacia branca em sua política externa.

Assim que os norte-americanos resolveram participar da guerra que já havia devastado grande parte da Europa, os ativistas logo especularam sobre a participação dos soldados negros no conflito, o que poderia ser uma maneira de demonstrar a lealdade desse grupo à nação norte-americana. O argumento era o de que o recrutamento de afro-americanos significaria o passo inicial para a conquista de uma cidadania de primeira classe, o que engendrou inúmeras articulações para pressionar o exército dos Estados Unidos a convocá-los para a Primeira Guerra Mundial.

Neste contexto agitado em torno da guerra, a autora acompanha a trajetória de dois ativistas negros que não figuraram entre as grandes lideranças daquele período: Kathryn Johnson e Ely Green. Os dois tiveram posições distintas em relação ao confronto do racismo norte-americano. No caso de Johnson, a militância foi feita através da participação em diferentes organizações negras, valorizando a importância da pressão coletiva na esfera

²⁰³ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. Contato: ffrancisco@usp.br

pública. Já Ely Green, que chegou a se alistar no exército norte-americano, optou por estratégias individuais, desafiando até mesmo policiais em um ambiente de supremacia racial no sul dos Estados Unidos. Entre os sete capítulos do livro, os dois ativistas negros aparecem como protagonistas e coadjuvantes de diferentes eventos que nos introduzem a um quadro histórico da militância afro-americana durante a Primeira Guerra Mundial.

A abordagem de Adriene Lentz-Smith, no entanto, não enfoca somente o apelo afro-americano por cidadania, ela também utiliza uma perspectiva de gênero, associando a luta pela participação política dos homens negros ao reconhecimento de sua masculinidade, aqui este conceito está interligado aos de raça e nação. Entre a identificação de várias disputas em torno da noção de gênero, a autora destaca um levante de militares negros em Houston, em 1917 - antes de embarcarem para a guerra - demonstrando como os afro-americanos articularam noções de humanidade e masculinidade para definir um discurso em favor da integração negra nos Estados Unidos. Ao reagirem a atos de violência sobre mulheres negras por parte de policiais brancos, oficiais negros empunharam armas e desafiaram a estrutura social do Jim Crow atirando em cidadãos brancos da cidade. O levante, embora tenha excitado parte do regimento, não foi o suficiente para incitar a raiva e o senso de justiça de todos os militares negros, se desarticulando em poucas horas. Logo aqueles que haviam protagonizado o evento foram julgados e condenados. Alguns foram para a forca, outros passariam o resto da vida na cadeia, e uma parte foi sentenciada com condenações leves.

Embora o evento tenha se encerrado de forma infeliz para grande parte dos recrutas afro-americanos, o ato de carregar armas em uniformes militares foi consistente ao teatralizar a virilidade do homem negro. Lentz-Smith, através de editoriais de jornais de leitores negros e brancos, retratou a disputa entre intelectuais negros e brancos segregacionistas sobre a narrativa do levante de oficiais do regimento negro de Houston. Todas elas se baseavam nas idéias de humanidade e masculinidade. Enquanto os brancos demonstravam o temor com a audácia de negros uniformizados que desafiavam os códigos raciais do Jim Crow em nome da cidadania, os afro-americanos martirizavam o regimento, falando de uma humanidade negra que se manifestava a partir de um ato de insubordinação ocorrido após a provocação à dignidade dos afro-americanos de Houston. De um lado os jornais faziam a observação sobre o perigo de se oferecer uniformes aos negros, que se sentiam no direito de “provocar” os civis brancos; de outro, enfatizavam a coragem dos oficiais em defenderem a própria honra e a das mulheres negras, conectando masculinidade negra e feminilidade negra em torno da luta pela cidadania.

A questão da masculinidade, na visão da autora, atravessou o Atlântico junto com as tropas e se manifestou, sobretudo, no contato dos soldados negros com a sociedade francesa. Além de perceberem que os soldados africanos que lutavam pela nação francesa não se organizavam em tropas segregadas como os norte-americanos, os afro-americanos ultrapassaram os limites dos “códigos raciais” dos Estados Unidos ao abordarem e serem abordados pelas mulheres francesas. Lenthz-Smith nos traz a questão do perigo da mulher francesa para a supremacia branca. A historiadora ressalta o esforço dos supremacistas em exportar o Jim Crow para as frentes de guerra na França. Era necessário que os franceses aprendessem a segregar os negros, evitando a possibilidade de degradação racial a partir da miscigenação. Os afro-americanos visualizaram na mulher francesa um desafio ao racismo, mas a aproximação não significava que os franceses não manifestassem preconceito de sua forma. A autora argumenta que havia diferenças no racismo francês e norte-americano: enquanto neste havia a preocupação em se delinear os limites entre cidadãos brancos e não brancos, no francês havia a preocupação com a criação de fronteiras entre a metrópole e a colônia; ou seja, o racismo dos europeus tinha suas prioridades.

Os dois personagens, que têm as suas trajetórias observadas na obra, além de confrontarem o racismo em território norte-americano, também participaram da Primeira Guerra Mundial. Kathryn Johnson, enquanto voluntária, e Ely Green, que integrou os tropas norte-americanas, experimentaram em solo estrangeiro a segregação racial dos Estados Unidos, manifestada no exército e em organizações voluntárias. A partir dos testemunhos de soldados negros e alguns oficiais brancos, Lenthz-Smith demonstrou como o Jim Crow se revelou em terras europeias, provocando uma disputa entre a supremacia branca e o nacionalismo negro. Cada esquina onde se instalavam os soldados norte-americanos, os brancos testavam sua autoridade colocando os oficiais negros em situações humilhantes e degradantes – como o carregamento de suprimentos em dias frios por catorze horas seguidas. Enquanto alguns soldados afro-americanos sucumbiam ao racismo e perdiam a esperança na possibilidade de uma cidadania integral, outros se apegavam a uma França imaginada, um ponto de partida para a ascensão de uma verdadeira democracia na América.

O fato é que a experiência na França foi preponderante para a formação política de oficiais que se tornariam ativistas. A Primeira Guerra Mundial estimulou o internacionalismo das organizações políticas afro-americanas. Green e Johnson ao retornarem da França junto com outros afro-americanos transformados pelo conflito, contribuíram de diferentes maneiras para o protesto contra supremacia branca norte-

americana. Kathryn Johnson participaria de diferentes organizações do ativismo afro-americano, entre elas a UNIA – Universal Negro Improvement Association –, do radical Marcus Garvey; Ely Green, que havia adotado estratégias individuais de confronto ao racismo antes de atravessar o Atlântico, se juntou à luta de operários negros que combatiam a discriminação racial nos sindicatos norte-americanos. Adriene Lentz-Smith, mais do que retratar a participação de soldados negros na guerra como uma possibilidade de integração social, pintou um quadro amplo de redes ativistas que foram energizadas pela guerra. Além dos dois personagens acompanhados pela autora, outras figuras citadas na obra e que tiveram trajetórias semelhantes tiveram seus horizontes políticos expandidos pela Primeira Guerra Mundial. Aqueles que retornaram aos Estados Unidos refinaram seus argumentos com observações sobre a sociedade francesa, testemunhando padrões de sociabilidades diferentes do universo segregado da nação norte-americana. Os que permaneceram ajudaram a abrir caminho para ativistas e intelectuais que formariam as redes transnacionais da militância negra na primeira metade do século XX.

Freedom Struggles está situado entre os estudos recentes que rastreiam as conexões do ativismo norte-americano com espaços mais amplos e que transcendem os limites do território nacional. Adriene Lentz-Smith nos apresenta uma visão panorâmica de articulações da política afro-americana que são impulsionadas pela Primeira Guerra Mundial. Se de um lado a historiadora observa a participação dos soldados negros no conflito, que cumpriram o papel de testemunhas oculares, de outro acompanha a repercussão de informações sobre a segregação das tropas e um ambiente cultural distinto do norte-americano, que agitaram os ativistas negros de diferentes perspectivas políticas. O contexto de guerra não resolveu a questão racial nos Estados Unidos, mas inflamou uma geração que construiu as bases para a ascensão de movimentos afro-americanos consistentes.

Entrevista

Zezito de Araújo²⁰⁴: “O Movimento Negro em Alagoas: Militância e História”

Por Irinéia M. Franco

-
- 1. Professor Araújo, por favor, gostaria que o senhor comentasse sobre sua participação no Movimento Negro em Alagoas; quais as pessoas estavam envolvidas e qual era o pensamento de vocês naquele momento.**

Araújo: O interessante do movimento negro em Alagoas é que enquanto movimento político-social ele só começou realmente na década de 1980. E tem uma característica talvez diferente de vários outros Estados. Inclusive essa diferença aparece em alguns trabalhos de alunos... O Jeferson e o Carlos Martins fizeram monografias sobre o tema. Eles são das Ciências Sociais. Fizeram sobre a questão do movimento negro em Alagoas e ambos não viram isso. Cada um deles também tem a sua versão. E a versão dos dois sempre é uma crítica de como o movimento negro atuou e começou a atuar aqui em Alagoas. Talvez eles não percebam, ou não quiseram fazer um trabalho anterior à presença do movimento negro; é que não existia movimento negro em Alagoas tal como estava organizado no Brasil. Também o movimento negro no Brasil começou na década de 1970. E é uma coisa nova, uma organização nova. E outro fato que as pessoas não percebem aqui em Alagoas é que o movimento negro surgiu como resultado de um processo da organização da sociedade brasileira. Outros movimentos também surgiram. O Lula é dessa época, os sindicatos também são dessa época. Os movimentos da Igreja também são dessa época. As pessoas não percebem. Então, esse movimento, ele tem características muito particulares do lugar que surgiu. O Movimento Negro Unificado (MNU) surgiu em decorrência daquela discriminação que houve na cidade de São Paulo, de dois negros que foram discriminados. Aí eles sentiram a necessidade em relação à discriminação. Aqui em Alagoas não. O movimento negro aqui surgiu dentro da Universidade Federal de Alagoas. Ele surgiu dentro da UFAL. E, ou felizmente ou infelizmente, comigo. Porque eu entrei na UFAL em três de março de 1980, como professor colaborador. E a minha entrada na

²⁰⁴ Professor aposentado da Universidade Federal de Alagoas. Professor-coordenador do Curso de História do CESMAC-AL. Pesquisador do NEAB-AL - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros. Membro do Comitê Gestor do Parque Memorial Quilombo dos Palmares – 2008. Coordenador Pedagógico do Projeto Socialcultural do Parque Memorial Zumbi dos Palmares - Caminhos para o Intercâmbio Afro-latino - 2008/2009. Parte de Entrevista realizada em 18/01/2011, NEAB, Maceió, Alagoas.

universidade foi ótima, mas o processo da minha ascensão e confirmação como professor passou pela questão da discriminação, inclusive entre os meus próprios companheiros. Eu fui monitor quase três anos na UFAL, fiz o curso em quatro anos. Terminei em 1979. Em janeiro de 1980 a Reni Gomide que era a diretora do nosso atual centro, perguntou se eu não queria ser professor de Antropologia do Brasil, que eram as disciplinas Antropologia do Negro, que era a II e a do Índio que era a I. Eu ia sair pra ficar desempregado, e me chamaram, antigamente era pra ser professor colaborador. Eu fui. “Três meses só Zezito enquanto o prof. Clóvis Antunes saiu pra fazer um curso, quando ele voltar você vai embora. Você aceita?”. E eu: “claro que eu aceito”. Quando terminou os meses foi uma fase de transição, de mudança do MEC, estavam reestruturando os professores e tudo. E o projeto era que em julho todos os professores colaboradores saíssem da universidade. O que ocorreu? Nesse período, voltou uma professora do mestrado. E eu estava lecionando para o curso de Serviço Social e Antropologia do Brasil II para o curso de História, eram duas turmas. E na turma de Serviço Social essa professora chegou para os alunos e disse que eu não poderia lecionar essa disciplina porque eu era negro e eu ia criar o racismo dentro da universidade. Como eu sempre me dei bem com os alunos e era garotão na época eles vieram comentar comigo. Pra você ver esse racismo aqui... E eu falava sobre a visão do negro daqui e era aquela visão do negro histórica, tradicionalista, Roger Bastide, Nina Rodrigues etc. Eu trabalhava com aquele material que tinha na UFAL. Lá no Sul a gente sabia que as coisas estavam mudando. Isso me chocou um pouco. Mas eu estava pensando muito mais no emprego, no trabalho, do que na questão do racismo. Mas, mexeu comigo porque nesse momento, eu nem pensei muito na questão do racismo, eu pensei que ela achava que eu não era capaz de lecionar. Pra você ver como eu não era negro até esse momento. Literalmente eu não era negro. “Será que essa professora pensa que eu não sou capaz de lecionar”? Isso também mexeu comigo porque eu fiquei um pouco retraído na universidade. Mas os professores me apoiavam, aqueles professores da “velha guarda”. Naquela época era FIH, o departamento de Filosofia e História e eu era o menininho querido dos professores, já que eu fui aluno de quase todos eles e era monitor. “Não Zezito, vamos continuar e não sei o que...” Aí, está certo. O que ocorreu? O prazo ia terminar, eu ia embora, não tinha problema, terminaram os três meses e automaticamente, o presidente, um desses generais aí, renovou o nosso contrato. Não houve demissão coletiva, porque eles não iam demitir em massa, então disseram que iam fazer um concurso em agosto. Aquele que passar permaneceria, aquele que não passar caía fora. Só que esse concurso era aberto à sociedade de uma forma em geral. Eu fiz o concurso pra

Antropologia que era em Ciências Sociais e em História. Aí aconteceu um fato comigo. Essa dita professora estava na banca e me reprovou. Todos os outros professores me deram 9 e 10 e ela me deu 2. Em Ciências Sociais. Isso eu soube depois. Eu fui aprovado em História. Em agosto de 1980 eu fiquei efetivo então já como professor concursado. E, o interessante é que foi a partir daí que aconteceu todo o movimento negro em Alagoas, nesse mesmo mês de agosto.

Porque o Rondon vinha desde 1978 tentando resgatar a história da Serra da Barriga, através do professor Aluisio Galvão, ele era também um dos diretores do Rondon. Aí entrou nesse meio a EMATUR, empresa de turismo de Alagoas que funcionava na época. Então, o Rondon e a EMATUR tentaram promover aqui um seminário sobre a história do Quilombo dos Palmares. Evidentemente eles chamaram a UFAL para fazer isso, já que o prof. Aluisio Galvão era um dos diretores da UFAL. E o prof. João Azevedo [reitor à época] provocou o CNPq, a CAPES e o IPHAN. O Formiga era um dos dirigentes do IPHAN, e o prof. Aluisio Magalhães, esse nome é conhecido até hoje, foi ele que deu essa dimensão do patrimônio da cultura material e imaterial no Brasil. E, coincidentemente, trabalhava no IPHAN um amigo nosso, o Olimpio Serra. O Olimpio Serra perguntou para o Aluisio Magalhães: como eles queriam fazer um seminário sobre a história dos negros deixando os negros de fora? Porque a concepção nossa, digo nossa de Alagoas, era trazer intelectuais para pensar o Quilombo dos Palmares, deixando a negrada de fora. Talvez na cabeça deles nem existisse no Brasil intelectuais negros. Quando aí começou a repensar a idéia desse seminário. O Olimpio falou com o prof. João Azevedo, e eles resolveram convidar todo o movimento negro do Brasil. Então, no dia 20 de agosto de 1980, iniciou-se aqui esse seminário. É quando eu entro nessa história toda. Eu estou lhe repassando uma história que o Olimpio passou pra mim. Estava o Abdias do Nascimento na mesa, o Wilson Serra, o Joel Rufino. Aí o Abdias falou para o João Azevedo: “Prof. Azevedo nós estamos aqui com a representação negra de todo o Brasil e eu não estou vendo uma representação negra de Alagoas”. Foi a primeira provocação. Aí ele olhou assim, realmente não tinha. E o pior, disse o Abdias, “eu não estou vendo nenhum professor negro da UFAL aqui”. O prof. João Azevedo já me conhecia, aí alguém disse, “olha o Zezito está lá atrás”. Porque, inclusive eu soube do encontro, mas não fui convidado. O nosso departamento não foi convidado para participar desse fato histórico, desse encontro. Era um encontro feito pela Reitoria, foi feito pela Reitoria e nós não fomos convidados. Outros professores foram da geografia, mas nós não. O curso, o Departamento de História não foi convidado, mas eu soube que o encontro estava acontecendo. “Porque o senhor não vai?”

O resto dos professores diziam: “eu não vou não, eu não vou não”. Ficaram chateados com o que aconteceu comigo. Mas, eu disse: “eu vou, que eu vou aprender lá”. Lembro que estava na última fila. Aí o professor disse o “Zezito está lá atrás, “eita é mesmo”, ele fala no microfone: “Zezito venha fazer parte da mesa”. Olha, quando ele disse que o Zezito está aí, eu me encolhi todinho lá atrás. Porque eu não me sentia como negro. E aquele ambiente era um ambiente que eu não me dava com ele, você imagine que esse auditório cabia umas 350 pessoas. Estava, literalmente, cheio de negros. Não eram brancos não, os brancos estavam na primeira fileira, que era as autoridades daqui, na mesa; o restante era negro, só negro; e eu estava lá atrás, no meio deles, e eu me sentia... Aí eu fui, sentei-me à mesa e aí começou toda a minha história. E a fala assim, eu não tinha postura. Falar de Zumbi, eu nunca tinha ouvido falar na minha vida, o que eu tinha ouvido falar era da alma do cavalo, do boi comum nessa região, mas da história de Zumbi e da Serra da Barriga, eu nunca tinha ouvido falar. Olha que eu era do curso de história [risos]. A minha militância, ela começou a partir desse momento.

2. Como foi o seu processo de tomada de consciência?

Araújo: Só quando eu comecei a fazer uma reflexão eu vi que tinha uma postura independente, desde adolescente, jovem, em função de alguns fatos que me discriminavam. Mas eu jamais pensei que aquilo era decorrência de eu ser negro, por exemplo, diziam assim pra mim: “mas o Zezito tem os dentes tão branquinhos”. Ora, evidentemente, se eu tenho a pele negra, os meus dentes serão diferentes, porque é o contraste; mas depois eu pude tomar consciência que os “dentes brancos” eram uma das “qualidades” por eu ser negro. Isso era muito comum. Agora quem falava isso eram as pessoas da classe média que me ajudavam, me auxiliaram na minha vida pregressa; sempre tive padrinhos brancos que sempre estavam ao meu lado. E eles começavam a me elogiar pela qualidade, não pela questão de negro. Um deles; fico até emocionado quando lembro; quando eu fui pedir um trabalho, me deu uma picareta. Aí eu disse assim: “eu não quero picareta não, que eu quero ser igual ao seu filho”, que eu brincava com ele. Ele disse: - “não, mas você não tem a instrução”. E eu: “tenho sim, eu já faço a oitava série!” Naquela época, eu não entendia que eu era pobre, que minha mãe era empregada doméstica. Então, era a exclusão. E vinha na minha cabeça, quer dizer, pra mim o lugar de negro era no jardim, era empregado doméstico. E é isso. Só que eu não aceitava, queria outra coisa. Mas era a visão que essas pessoas tinham e têm hoje da posição do negro na sociedade brasileira e alagoana. E se

falava conformalmente, e eu não aceitava. Depois eu vim me dar conta porque eu era negro, era um adolescente negro que tinha que dar esse recado. Tudo isso me despertou depois desse encontro aqui. Eu participei de outro encontro no Centro Dom Adelmo Machado, que fica no bairro do Vergel, foi quando todos os meus paradigmas, valores foram quebrados. O encontro durou uma semana e eu era de Igreja, passei dez anos em colégio religioso, passei mais seis anos no exército e entre o exército eu vivia na igreja, eu fazia parte da Juventude Franciscana, que era orientar pessoas a converte-se ao cristianismo. E o que ocorreu: o encontro era organizado pelas irmãs; você imagina lá essa negrada se beijando, transando, olha as irmãs ficavam em choque [risos], as irmãs ficaram assim. Mas como era o Reitor da UFAL que tinha bastante dinheiro e pagou a hospedagem de todo mundo, nós passamos lá três dias dormindo. Foi assim um choque e um aprendizado para mim muito bom, eu comecei a conhecer as pessoas, o João Jorge, o Januário, as pessoas que tinham uma experiência na militância e também na academia, e, logo depois que terminou o encontro, eles perguntaram: “Zezito porque vocês não organizam um movimento aqui em Alagoas?” Eu sabia que não tinha movimento, que não tinha nada, então, eu percebia a dificuldade, a necessidade de organizar realmente esse movimento. Quando foi em 1981, eu tinha alguns amigos e convidei para fazer um movimento; só que esses amigos eram do meu meio social, do meu meio cultural, eram as pessoas que eram professores da rede pública: a Fátima Viana, Vanda Menezes, Marcelino Dantas, Marcelino Silvestre. Foram essas pessoas que tinham um vínculo diretamente com o Estado, não eram profissionais liberais, que ministravam esse trabalho e foi a partir daí que começou o Movimento Negro. Agora, quem dava todo o apoio a isso, e que as pessoas não sabiam que era Movimento Negro, era o NEAB – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros.

3. Como foi, então, a articulação do NEAB com o Movimento Negro?

Araújo: Naquela época, eu já era do NEAB. O professor João Azevedo trouxe o professor Délcio Freitas para criar – e não era nem NEAB – o Centro de Estudos Afro-Brasileiros aqui na UFAL. O professor Délcio era amigo, e eu comecei ajudando-o na organização do NEAB fazendo de tudo, transcrição de fita, etc. Assim comecei, ele me deu livros sobre a história do negro e eu comecei a ler. O NEAB foi criado comigo e com o professor Délcio Freitas. Eu que carregava a cadeira mais forte, o Délcio Freitas se expressava na intelectualidade. Depois de todo o atrito e dos problemas de ordem administrativa o professor Délcio Freitas se afastou do NEAB e foi embora, aliás, não era nem NEAB era

CEAB ainda, Centro de Estudos Afro-Brasileiros. Em seguida, entrou o professor Rogério Gomes, que era diretor da Pinacoteca, foi excelente, mas não se afinou com a questão do negro, aliás, não tinha nada sobre o negro na Universidade fora a organização, não tinha espaço, não tinha sala, não tinha nada. Aí entrou o professor Marques Luterman. O Luterman passou também quase seis meses. Foi quando o professor João Azevedo, no final de 2001, eu já era concursado, tinha vinte horas, apresentou um convite do professor Aluísio Galvão. O professor Aluísio Galvão disse: “olha Zezito, nós estamos precisando dar vida ao NEAB e nós reformamos a casa Jorge de Lima, lá em União dos Palmares e o nosso pensamento é colocar o Centro de Estudos Afro-Brasileiro lá, você topa ir para lá?” Eu fiquei pensando também aqui no nosso movimento que a gente estava organizando: “olha professor não posso não que só tenho vinte horas, não tenho como sobreviver lá, aí expliquei”. “Não tem problema não, agente resolve”. Falamos com o professor João Azevedo e eles me deram quarenta horas, dedicação exclusiva. Mas não era o paraíso não. Sem nada, não tinha nem espaço. Eu vivia mais fora lá em União do que aqui, não é? E fui para lá, briguei com os prefeitos, briguei para os vereadores, briguei mesmo, me expulsaram da câmara de vereadores, eu digo “não saio, eu sou professor da Universidade” e não saí não, eu sabia se eu saísse ficava desmoralizado. Então, nós iniciamos o Movimento Negro aqui organizando ao mesmo tempo com o NEAB. Inclusive, o trabalho que a gente realizava no NEAB dava apoio ao movimento, o que foi que nós fizemos: pensamos na questão da educação das grandes fábricas. Os militantes eram professores da rede, os que estavam chegando eram professores da rede, eu era também professor e a gente tinha já essa possibilidade de fazer esse trabalho. O que foi que nós fizemos? Nós começamos um trabalho lá em União dos Palmares, em 1983, com a implantação de um projeto que era um desafio do Governo Federal, um projeto de interação, hoje tem muito a ver com o programa “Jovens e Adultos”; você fazia com que aquelas crianças aprendessem a ler e escrever com a realidade local, isso era um desafio! Quando nós começamos, falou-se da questão da terra, pegamos o Muquém [Quilombo] e o projeto não durou seis meses. O prefeito mandou parar porque estava fazendo a denúncia sobre a questão da terra, que eles perderam terra, etc; criou-se até uma escola no quilombo, aquela da casinha velha ali, foi uma escola criada por nós. Então, saía um movimento desses sempre vinculado ao NEAB. A UFAL e os professores tinham essa visão. Aliás o militante é professor, e não tinha, nesse momento não se falava em grupos culturais de matriz africana, só que existia.

Agora quem eram esses grupos culturais? É uma coisa que a gente não resgatou ainda. Olha, se você pega o livro de Abelardo Duarte, “O folclore negro em Alagoas”, na

década de 1980, o que tinha em Alagoas era isso, a professora Marisa responde, e era ela que levava esses folguedos de matriz africana para União, era o quê? Era o Bumba-Meu-Boi, era a Taiêra, era a Baiana, Côco de Roda, nem Capoeira tinha nessa época. Nem a capoeira tinha nessa época com a dimensão que tem hoje. Era o folclore mesmo, alagoano, que nós do NEAB levávamos lá; isso não foi só um ano não, isso nós levamos em 80, 81, 82, 83. Quando o Ilê Ayê começou a vir em 81, vem em 82, 83 e veio depois o Musenga. Mas o grupo de Alagoas não existia não. O grupo de Alagoas começou a existir quando surgiu aquele grupo lá da Bahia que fez sucesso, o Olodum, aí que começou as pessoas a imitarem o Olodum. O Ilê Ayê já existia, mas ninguém imitava o Ilê Ayê que era coisa muito de negro e as músicas eram muito africanas, isso foi na década de 1990. O que ocorreu foi o surgimento desses grupos em função do trabalho do NEAB. Nós fazíamos o trabalho na periferia, e vários cursos aqui sobre a África. Trouxemos o Kabengele Munanga que passou quinze dias aqui fazendo curso, em duas etapas. Trouxemos o Wilson Barbosa; o professor Otavio Ianni; o professor João Batista, o Jaime Pinsk. Tudo foi o NEAB que trouxe. Aqueles que mais trabalhavam a questão negra no país, nós trouxemos aqui para Alagoas. Inclusive qual o foco que nós dávamos, de 1980 a 1990? Nós focamos o pessoal da rede do Estado, nós não trabalhamos com o município por que era muito complicado naquela época, só que os professores do município também eram do Estado, então, nós focamos na área da Educação; fizemos vários cursos aqui, e foi com isso que houve o desdobramento na periferia. Quando começaram a surgir os grupos de capoeira organizada, começou a surgir as bandas, até mesmo os grupos folclóricos da Universidade. Tudo isso foi em função do trabalho do NEAB e da Associação Cultural Zumbi.

4. Como o senhor avalia o Movimento Negro hoje em Alagoas?

Araújo: Do Movimento Negro eu tenho uma experiência muito rica e boa da década de 1980, início da década de 1990; nós tínhamos alguns objetivos e até conseguimos alcançar alguns. E hoje, o Movimento Negro em Alagoas tem uma característica, que eu digo, posso até estar errado, eles usam da matriz africana para dizer que é Movimento Negro, mas não tem uma prática política de Movimento Negro. Porque, o que eu quero dizer com isso: eles não discutem dentro do seu momento, da produção cultural, a situação do meio alagoano, a situação do negro no Brasil. Alguns apresentam – não se pode negar – projetos pontuais para o governo, mas são muito vinculados a uma determinada organização. Por exemplo, o grupo do Pai Célio, que é um grupo muito bem organizado, eles levaram algumas reivindicações políticas, favoreceu a comunidade negra de uma forma geral, mas não

houve, em contrapartida uma distinção na base dessa proposta que foi levada. Para alguns foi somente umas datas para o governo celebrar; não sei se é feriado ou não o que o pessoal do Pai Célio levou, mas isso não é discutido na base. O dois de fevereiro²⁰⁵, isso não é discutido. É tanto que agora, a festa que houve, não há mobilização do Movimento Negro. Há mobilização dos religiosos da Lavagem aqui do Bonfim; você vai a Salvador, a Lavagem do Bonfim não é dos religiosos, é da população negra de Salvador. Então, por isso digo que não há Movimento Negro, há grupos que utilizam da matriz africana para fazer cultura. A capoeira é muito isso, e até os meninos recentes que não tem essa estrutura. Têm alguns grupos de danças, também, e eu não vejo essa discussão é a dança pela dança. Inclusive, veio um menino da Paraíba, quase uns três meses que ele chegou aqui e disse: “eu pensei que Alagoas tinha crescido, mas o pessoal continua vendo a cultura negra pela cultura negra e não avança no aspecto político”. Ele conseguiu fazer algumas falas, mas alguns continuam com o discurso de cultura pela cultura e não avançam, não querem fazer o diálogo com o Estado e tudo, infelizmente ainda temos essa situação.

5. Professor, a partir de sua experiência no Movimento Negro, o que o senhor percebe de avanço ou recuo, em relação ao racismo e da possibilidade de lutar contra essa prática, essa ideologia?

Araújo: Eu acho que o racismo no Brasil, ele não diminuiu e jamais vai diminuir. Eu não acredito. Eu acredito que a sociedade, principalmente, o Movimento Negro está tomando consciência dos seus valores e dos seus direitos, aí sim. A gente está mais fortalecida para combater coletivamente. A mídia tem contribuído muito nisso. Então, as pessoas, agora, percebem que tem, através do Estado, um direito assegurado que vai generalizar. Aqui mesmo em Alagoas nós tivemos isso; vai fazer uns 15 dias, uma senhora foi para uma cabeleireira e foi discriminada. Ela foi, denunciou e a polícia chegou lá. A filha tentou passar a mão, dizendo que a mãe estava doida, que estava tomando remédio controlado, nervosa. Eu acho que o importante foi a denúncia. E o Ministério Público, que é o órgão de fiscalização, vai até o final, se isso foi mentira dela ou não, ela será penalizada, agora, vamos até o final verificar. Outro menino também foi discriminado, um segurança, num festival que houve aqui, me parece que foi num show da Ivete Sangalo, e cinco rapazes, eles estavam brigando dentro, esses rapazes de classe média, e o segurança chamou, educadamente, inclusive, que esses seguranças são “brutamontes”, mas ele tirou, aí quando ele colocou os cinco rapazes fora, eles começaram a gritar: “Negro safado” e mais. Qual a

²⁰⁵ O dois de fevereiro é a data que marca o Quebra-Quebra dos terreiros de Xangô em Maceió no ano 1912. Ela é utilizada como momento de luta contra a intolerância religiosa no Estado.

diferença? O que fez? Ele foi fazer a denúncia. Para mim a mudança que está havendo na sociedade brasileira é que alguém que o viu ser vítima da agressão, foi lá testemunhar a favor dele, dizendo que aqueles rapazes discriminaram, o chamaram de “negro safado” e o delegado prendeu, os rapazes ficaram presos. Antigamente, você não tinha isso. Alguém chamava de negro, você nem ouvia que era chamado, era mal tratado e tudo. E para ser testemunha pior ainda. Porque na medida em que você tem alguém que vai testemunhar, que alguém foi vítima da agressão de racismo pode ser um avanço enorme da sociedade brasileira. Isso que eu estou dizendo não vai acabar. No entanto, é um processo educativo, aquele que vai xingar o outro vai pensar duas vezes. Eu acho que isso é um grande ganho, desse processo da lei, ir para uma delegacia se expor, dar o nome das pessoas, acho que, às vezes, eles fazem isso para não pagar uma bucha ou ir para o xadrez. E a população independente de ser vítima, daquilo que é ser negro, está tomando consciência de que alguém foi vítima daquele preconceito. E aí não é só em relação ao negro, não. Eu acho que a sociedade brasileira está tomando certa consciência do portador de deficiência, você vê a questão do carro hoje, como está mudando! Aqui no supermercado a vaga já está lá, a questão do homem, da mulher, acho que é um conjunto de mudanças que está havendo na sociedade brasileira. E quando você tem uma lei que assegura esse direito, eu acho que as pessoas pensam duas vezes.

Muito obrigada, professor, pela atenção.
